



"TODO O NOSSO ESFÔRÇO TEM DE SER
DIRIGIDO NO SENTIDO DE EDUCAR A
MOÇIDADE E PREPARÁ-LA PARA O FUTURO"



"AS LEIS SOCIAIS COM QUE O ATUAL GOVERNO,
POR INICIATIVA PRÓPRIA, TEM PROCURADO AMPARAR
AS CLASSES TRABALHADORAS, DEVEM CONSTITUIR
MOTIVO DE ORGULHO PARA OS BRASILEIROS"

Coleção
Documentos
51

ESTADO NOVO E PROPAGANDA:

ALGUNS LIVROS E LIVRETOS
EDITADOS AO LONGO DO
PRIMEIRO ANO DO REGIME

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

**ESTADO NOVO E PROPAGANDA:
ALGUNS LIVROS E LIVRETOS
EDITADOS AO LONGO DO
PRIMEIRO ANO DO REGIME**





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES

VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS

1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES

2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO

TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

ESTADO NOVO E PROPAGANDA: ALGUNS LIVROS E LIVRETOS EDITADOS AO LONGO DO PRIMEIRO ANO DO REGIME



- 51 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2021

Ficha Técnica

- Título: Estado Novo e propaganda: alguns livros e livretos editados ao longo do primeiro ano do regime
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Documentos, 51
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: Cartazes produzidos pelo DNP
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Setembro de 2021

ISBN – 978-65-89557-23-4

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.



Conselho Editorial/Científico

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG)
José Eduardo Franco (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

APRESENTAÇÃO

Podendo ser definida “como difusão deliberada e sistemática de mensagem destinada” a um determinado grupo, a propaganda visa “a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos”, como “pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.”, bem como “a estimular determinados comportamentos”. Ela constitui “um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total”¹. Assim, o conteúdo propagandístico traz consigo as “atividades persuasivas que tenham afinidades tão íntimas com a publicidade e a educação”². A ditadura estado-novista utilizou-se largamente da estratégia de propagandear as formas de pensar e agir de seus mantenedores, bem como de apontar os inimigos e, essencialmente, demonstrar os propalados avanços do regime.

No Estado Novo, “para a realização da propaganda, montou-se um sistema de controle em que o Estado monopolizava todos os meios de produção e difusão de ideias”. Nesse quadro, tais “órgãos foram criados ou reestruturados para realizar o controle”, sendo eles “destinados a dirigir ou obstar a difusão de ideias”, manipulando “de maneira permanente e absoluta todos os recursos e meios de comunicação disponíveis”. A partir dessa estrutura, “nenhuma

¹ SANI, Giacomo. Propaganda. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 1018-1019.

² ROBERTS, Warren. Propaganda. In: SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1001.

informação poderia ser veiculada fora dos limites e condições estabelecidos” e, “paralelamente, o meio físico ia sendo remodelado de forma a tornar-se unidimensional”. O conjunto de atividades que cercavam a vida em sociedade “era cuidado para que se adequasse às ideias divulgadas pela propaganda, tornando-as mais concretas e permanentes e sugerindo a força e a eficiência onipresente do Estado”³.

A propaganda foi uma preocupação constante do grupo liderado por Getúlio Vargas praticamente desde a sua chegada ao poder, após a Revolução de 1930. Nesse contexto, foi criado, em 1931, o Departamento Oficial de Publicidade, vinculado ao Ministério da Justiça e destinado a proporcionar informes para a imprensa, a partir da perspectiva governamental. A justificativa para a criação desse Departamento prendia-se “à necessidade e conveniência de dar mais amplitude às informações referentes à boa ordem dos negócios públicos e as diretrizes à tarefa administrativa, coligindo, coordenando e divulgando dados estatísticos”, bem como “conhecimentos uteis à atividade do governo e à formação de uma ideia exata do verdadeiro estado em que a Revolução encontrou o país”, de modo a facultar “à opinião pública apreciar e julgar conscientemente a sua obra reconstrutora”. Ainda era argumentado que o novo organismo público viria ao encontro da perspectiva de que “a eficiência dos meios de publicidade oficial, pela falta de órgão adequado”, estaria “a exigir a

³ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 98.

sistematização de tal serviço de finalidade informativa”, que viesse a constituir, “ao mesmo tempo, fonte idônea de conhecimentos da vida nacional”⁴.

Mais tarde, ocorreria um aperfeiçoamento do Departamento Oficial de Publicidade, o qual se transformou, em 1934, no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que assumiu maior relevância na divulgação das práticas governamentais⁵. O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural estava subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e tinha por competências: estudar a utilização do cinematógrafo, da radiotelefonia e demais processos técnicos e outros meios que sirvam como instrumento de difusão; estimular a produção, favorecer a circulação e intensificar e racionalizar a exibição, em todos os meios sociais, de filmes educativos; classificar os filmes educativos para se prover à sua intensificação, por meio de prêmios e favores fiscais; e orientar a cultura física⁶.

O próprio aparelho burocrático-intelectual de propaganda do regime apontava que “foi somente em 1930, depois da Revolução, que o Estado Brasileiro deu o primeiro passo para a organização da propaganda política no plano nacional”. Para tanto, “o Departamento Oficial de Publicidade foi criado como

⁴ Decreto Nº 20033, de 25 de maio de 1931. In: *Diário Oficial da União* - Seção 1 de 28 de maio de 1931, p. 8794.

⁵ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p. 169; IGLÉSIAS, Francisco. *Breve História contemporânea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 87.; e SILVA, Hélio. *O Estado Novo – 1937-1938*. São Paulo: Editora Três; Editora Brasil 21, 2004. p. 143.

⁶ Decreto Nº 24.651, de 10 de julho de 1934. In: *Diário Oficial da União* - Seção 1 de 14 de julho de 1934, p. 14276.

apêndice da Imprensa Nacional” e “a sua característica principal, o uso do rádio, constituiu uma experiência de que se deveria tirar, logo depois, o máximo proveito”. Em outros campos, o órgão “limitou suas iniciativas ao fornecimento de informações oficiais à imprensa, ensaiando a publicidade governamental”. Tais atribuições foram ampliadas com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e, posteriormente, com o Departamento Nacional de Propaganda, cuja “extensão de serviços tomou um vulto considerável, logo no início”⁷.

O mesmo referencial destacava que, a partir de tais organismos estatais, houve uma crescente centralização do fornecimento de notícias acerca do Brasil, explicitando que, “quase dois milhares de jornais brasileiros e mais de mil estrangeiros passaram a ter serviço regular de informações”, com distribuição de natureza oficial. Nessa linha, “a captação da *press* internacional, para os órgãos de imprensa do interior, e a propaganda do Brasil no exterior, entraram a fazer parte das atividades do Departamento Nacional de Propaganda”. Além disso, “no campo cultural, jornalistas e escritores nacionais foram lançados em jornais de outros países, em artigos de *copyright* da Agência Nacional”, e também vários impressos foram elaborados, em línguas diferentes, para divulgar o Brasil no exterior, bem como o rádio, o cinema e o turismo foram aparelhados nessa mesma função de divulgação de informes de natureza oficial. Assim, completava-se um circuito de criação propagandística favorável ao regime, difundida para o mercado interno e externo. Desse modo, “pouco

⁷ ACHILLES, Aristheu. *Aspectos da ação do DIP*. Rio de Janeiro: DIP, 1941. p. 46 e 48-49.

mais de três anos depois, as atividades do Departamento Nacional de Propaganda já haviam ultrapassado de muito os limites da ideia inicial”⁸.

Nesse quadro, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural foi criado “às vésperas da promulgação da Constituição, ainda no Governo Provisório”, e cuja “finalidade seria estudar a utilização do cinema, da radiotelegrafia e outros meios de comunicação de massas”⁹. Mais tarde, no início de 1938, “o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural se converteu no Departamento Nacional de Propaganda, cujos objetivos eram mais amplos e ambiciosos”, buscando “dar a conhecer as conquistas do governo”, difundir “a ideologia do Estado Novo” e distribuir “enormes quantidades de folhetos”, além do que “exaltava e quase endeusava o Chefe de Estado”, sendo publicadas “muitas biografias de Getúlio Vargas”¹⁰. As ações desse Departamento “compreendiam a elaboração e distribuição de publicações e folhetos, organização de comemorações de grandes datas nacionais, produção de filmes educativos e documentários”, bem como a “organização das emissões radiofônicas oficiais”¹¹.

⁸ ACHILLES, Aristheu. *Aspectos da ação do DIP*. Rio de Janeiro: DIP, 1941. p. 49-50.

⁹ SILVA, Hélio. *O Estado Novo – 1937-1938*. São Paulo: Editora Três; Editora Brasil 21, 2004. p. 143.

¹⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Breve Historia contemporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.. p. 88

¹¹ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 99.

Tais órgãos precursores¹² viriam a dar origem ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o mais conhecido como difusor da propaganda estadonovista. Os departamentos originais tiveram dentre suas missões a de promover a propaganda política. Assim, essa propaganda, “entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas adquiriu enorme importância nas décadas de 1930-1940”, época na qual “ocorreu, em âmbito mundial, um avanço considerável dos meios de comunicação”. Nesse contexto, “a propaganda política vale-se de ideias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos”, além disso, “os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação”. Desse modo, “a referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas”, de maneira que, “nesse terreno em que política e cultura se mesclam com ideias, imagens e símbolos”, pode ser definido “o objeto da propaganda política como um estudo de representações políticas”¹³.

Nos anos iniciais do Estado Novo, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, seguido pelo Departamento Nacional de Propaganda fizeram parte do esforço propagandístico do regime¹⁴. A partir da propaganda, “apoiado

¹² Há uma certa confusão quanto à época definida da utilização das denominações Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e Departamento Nacional de Propaganda, existindo edições cancelas por este órgão antes mesmo de 1938.

¹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 39-40.

¹⁴ O governo reconhecia a relevância do Departamento Nacional de Propaganda, ao afirmar: “No tocante à defesa das instituições nacionais, não se pode esquecer a atuação eficiente da propaganda dirigida pelo Estado”, constituindo-se um “órgão de ação não só informativa,

na visão de um país de grandes possibilidades cujo problema maior consistia na desorganização política, o Estado Novo propõe os objetivos básicos a serem atingidos e as medidas adequadas à sua consecução". Em termos políticos o escopo governamental "era o de estabelecer a paz e a ordem através de reformas políticas e institucionais", de modo que, "estabelecida a ordem, o objetivo subsequente seria a reorganização econômica do país de molde a solucionar os graves problemas gerados pela crise mundial", que teriam sido "agravados com a desorganização interna para permitir a recuperação da economia e o progresso do país". Dessa maneira, "grande parte dos feitos eram apresentadas de forma hiperbolizada, através de descrições sugestivas", assim como "o uso de

artística e educativa, mas sobretudo de propaganda do governo, de coesão nacional como poderoso elemento de formação da opinião pública, enfim de importância decisiva na defesa e consolidação do regime. Competia-lhe, a princípio, o estudo e a utilização do cinematógrafo, da radiotelegrafia e demais processos técnicos como instrumentos de difusão, bem como classificar os filmes educativos, estimular a sua produção e circulação e racionalizar a sua exibição em todos os meios sociais. Desenvolvendo os seus serviços, o Departamento desdobra-se hoje num grande número de atividades, seja mantendo um programa diário de radiodifusão, programa de arte, de propaganda e de informação (*Hora do Brasil*), executado simultaneamente pelas 53 estações emissoras existentes no país, seja fornecendo crônicas para as estações de rádio; editando obras sobre as atividades do governo e distribuindo à imprensa nacional e estrangeira colaboração assinada por nomes de projeção; imprimindo e distribuindo prospectos, álbuns e cartazes demonstrativos das realizações do governo e das possibilidades do Brasil; mantendo uma agência telegráfica que fornece diariamente aos jornais copioso noticiário nacional e internacional, além de comentários, fotografias e reportagens; editando jornais cinematográficos, de propaganda e controlando, previamente, a exibição de filmes, do ponto de vista da sua moralidade ou conveniência; seja, finalmente, estreitando o intercâmbio cultural e informativo do Brasil com entidades e países estrangeiros" (EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1939. p. 57.).

cifras e dados estatísticos tornava mais convincentes as afirmações, à medida que eram o “índice irrecusável da prosperidade e da grandeza do Estado”. Na mesma linha, “a descrição dos inúmeros problemas e dificuldades, que haviam sido superados em cada caso, valorizava ainda mais as realizações”¹⁵.

Durante o Estado Novo se estabeleceu “efetivamente a montagem de uma propaganda sistemática do governo, destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais”¹⁶. Dessa forma, “o governo procurou ampliar a base de apoio através da propaganda política, arma muito importante num regime que se volta para as massas”. A exemplo dos modelos totalitários da Europa, foi criada “uma máquina de propaganda em busca de apoio das massas como base de sustentação de suas políticas”¹⁷. Tal propaganda se destinava a legitimar um “poder político, na medida em que os que dele se apropriam de maneira individual”, como no caso de “um golpe de Estado, o fazem em nome de um ideal supostamente partilhado por certo

¹⁵ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 82 e 93.

¹⁶ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 149.

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 116-117.

número de indivíduos”, ainda que “minoritário, que têm necessidade de manter-se no poder sob uma aparência de aprovação popular”¹⁸.

O período que cercou a chegada ao primeiro ano do Estado Novo constituiu um momento de ampla divulgação do regime, de modo que “os encarregados da propaganda procuraram aperfeiçoar-se na arte de empolgação e envolvimento das ‘multidões’ através das mensagens políticas”¹⁹. Dessa maneira, os órgãos responsáveis pela difusão propagandística destinaram um esforço especial para demarcar a passagem daquele ano inicial, mantendo a tradição de produzir peças no intento de divulgar os “feitos” governamentais e, como diziam as autoridades diretivas estado-novistas, “prestar contas” à população. Foram diversos os recursos e múltiplas as estratégias empregadas para propagandear o governo. Dentre elas houve uma profícua edição de livros e livretos que veio ao público durante o ano de 1938 até a virada para o ano seguinte, em ação que compôs a “produção cultural dos órgãos de propaganda”²⁰. Nesse quadro, a abordagem de algumas dessas publicações constitui o objetivo deste livro.

¹⁸ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 20.

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 170.

²⁰ FRAGA, André Barbosa. A contribuição do DNP para a defesa nacional: o concurso de frases e cartazes patrióticos sobre a nova lei do serviço militar. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 196, set./dez. 2020.

ÍNDICE

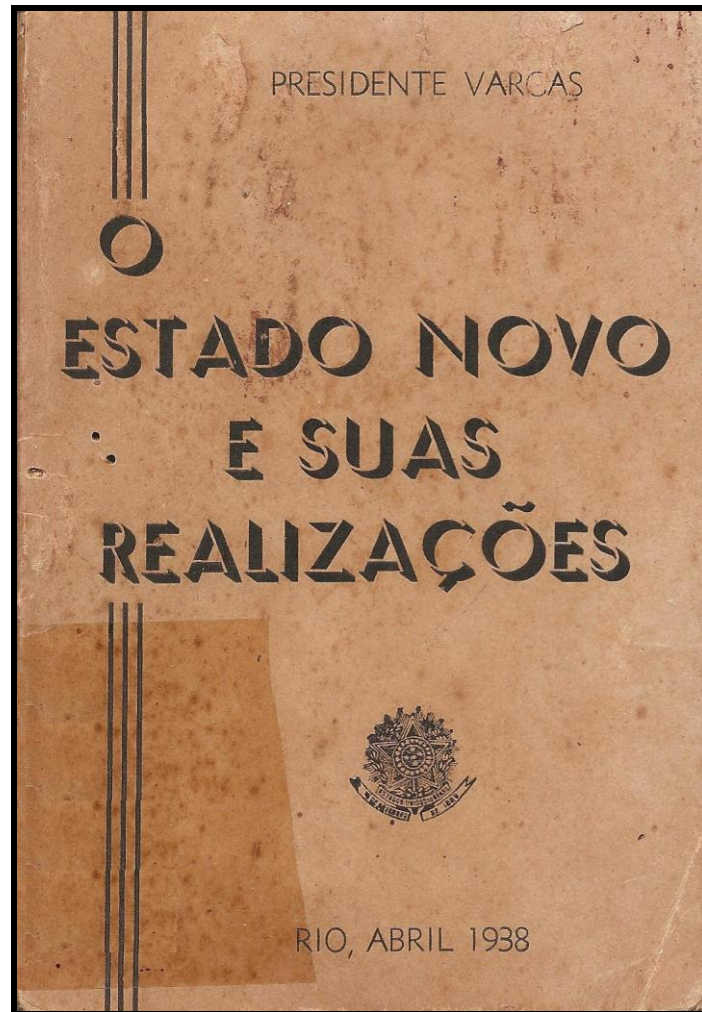
<i>Problemas e realizações do Estado Novo e O Estado Novo e suas realizações...</i>	21
<i>Foi no poder que me tornei amigo vosso.....</i>	57
<i>Elogio proletário de Getúlio Vargas.....</i>	67
<i>O Estado Novo e o momento brasileiro.....</i>	91
<i>Promessas e realizações.....</i>	135

***PROBLEMAS E REALIZAÇÕES DO
ESTADO NOVO E O ESTADO NOVO E
SUAS REALIZAÇÕES***

Problemas e realizações do Estado Novo foi editado em fevereiro/abril de 1938, pelo Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, aparecendo a identificação da sigla DNP. A edição, com as dimensões de 12,5 X 18 cm., contava com noventa e duas páginas, impressas em preto, a não ser nas aberturas dos capítulos, que continham detalhes em vermelho. Logo na abertura, a publicação esclarecia seu objetivo que era o de proporcionar um contato direto do Presidente com a população, evitando assim a presença de intermediários, bem de acordo com algumas das diretrizes ideológicas do Estado Novo. O conjunto do texto abordava elementos constitutivos diversificados da sociedade brasileira, envolvendo temáticas de natureza econômica, social, política, administrativa e diplomática.

Visando a ampliar o público atingido pela propaganda estado-novista, o governo publicou, em abril de 1938, um livreto de formato diminuto, denominado *O Estado Novo e suas realizações*, com as dimensões de 9,3 X 13,4 cm e possuindo quarenta e oito páginas. Tratava-se de uma edição mais simples e, portanto, com custos menos elevados, permitindo uma tiragem maior, fator que possibilitaria uma significativa ampliação na distribuição. Ao final era explicado que se tratava de uma “entrevista concedida pelo Presidente da República à imprensa carioca, em São Lourenço, 22 de abril de 1938”. O texto era uma reprodução daquele apresentado em *Problemas e realizações do Estado Novo*, com algumas poucas alterações quanto à estrutura dos parágrafos.





No conteúdo dos livros ficava expresso o propósito de propagandear o regime, intentando demonstrar os propalados avanços do país ao longo da gestão de Getúlio Vargas, com ênfase para aquele período inicial do Estado Novo. Os tradicionais adversários expressos desde a origem do modelo estadonovista se faziam presentes, com destaque para a política tradicional, as oligarquias e o regionalismo, típicos da República Velha, além do comunismo. A busca pela expansão da economia nacional também era tratada, notadamente com a meta da ocupação das zonas com baixa densidade demográfica. Houve uma grande preocupação com a implantação da legislação trabalhista, sempre apontada como um dos trunfos governamentais.

Setores e regiões econômicas com possibilidades de ampliação constituíam outros temas apresentados. Ainda faziam parte da pauta de propaganda governamental a educação e a saúde pública, o significado das forças armadas e a política externa. Também aparecia o intento de justificar uma possível consonância entre um “governo forte” e a “democracia”. Finalmente, no tópico sobre o Estado Novo, os governantes defendiam o regime como um “imperativo da vontade nacional”, ou seja, que estaria supostamente contando com o apoio popular, sem levar em conta a repressão, apresentando o regime como uma vitória sobre o “profissionalismo político e os aventureiros demagógicos e audaciosos”, além do comunismo, considerado como o “perigo nacional”.

#####

Prefácio

Foi no regresso de sua última viagem ao Rio Grande do Sul que o Presidente Getúlio Vargas resolveu iniciar uma fase nova, no que diz respeito à colaboração da imprensa com o governo. A atitude do Presidente está na lógica dos acontecimentos. Abolidos os intermediários, desaparecido o parlamento, só restava falar diretamente ao povo por meio dos jornais. Duas entrevistas coletivas já concedeu o Sr. Getúlio Vargas, uma em Petrópolis, a primeira aliás, e outra em São Lourenço. Em ambas, o chefe do Estado Novo abordou os mais altos problemas nacionais, como se verá dos trechos destacados neste livro.

Fronteiras econômicas e fronteiras políticas

As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam entre os fenômenos específicos do seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão de apropriação econômica. Dessa diferenciação decorre a existência da **fronteira móvel**, que traduz a expansão do território integrado no sistema nacional de produção dentro da área política.

O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato, e, por isso mesmo, a sua expansão tem um caráter puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político, e fazer coincidirem as duas fronteiras. Antes dessa integração necessária, todo o país sofre uma

fragmentação nítida, em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de modo evidente. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é apenas objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias-primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. Exemplos exatos dos dois tipos encontramos nas unidades federadas de S. Paulo e Mato Grosso. O Brasil mostra, assim, dentro das suas divisas, regiões metropolitanas e zonas coloniais. O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país.

Com as imensas reservas territoriais de que dispomos, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas de recente ocupação. Por isso mesmo, o nosso país não atingiu ainda a fase em que necessitará de novos mercados, nem de novos territórios ou da conquista de matérias-primas. Efetivamente, possuímos quase todos os vinte e três produtos naturais considerados indispensáveis à autossuficiência econômica. Do que necessitamos, nesta etapa da evolução nacional, é de novos bandeirantes capazes de levar avante iniciativas extensas, mobilizando capitais e utilizando processos modernos.

O imperialismo do Brasil

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficientes, que aniquilarão as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos temíveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado. As incertezas, as dificuldades, os choques promanam da existência de dois Brasis – um político, e outro econômico, que não coincidem. A história da opulência e da decadência de certas regiões, baseada no valor e procura eventual de determinado produto, a tríplice tributação, as guerras de tarifas e as dificuldades criadas à circulação interestadual das riquezas, são exemplos eloquentes da falta de um poder bastante para retificar as diretrizes erradas e corrigir as soluções parciais.

Abolir os obstáculos dessa natureza e unificar o mercado interno, são medidas inadiáveis a tomar.

Se a produção das riquezas, com o incremento das explorações existentes e a utilização dos potenciais, constitui um programa imediato, seguramente a sua circulação é a parte dinâmica de qualquer renovação nacional. Rodovias, ferrovias, navegação fluvial são os escalões imprescindíveis para a perfeita e completa integração do país. Está em preparo o grande plano de ferrovias e estradas de rodagem, cuja execução progressiva será realizada. Seguramente é trabalho para muitos anos, talvez mais de uma geração, mas a existência da Nação conta-se por séculos, e a continuidade do desenvolvimento do país reclama um incessante esforço.

O progresso do Brasil e o capital

Para esses empreendimentos é necessário mobilizar grandes capitais. Entretanto, não me parece que, sem maior exame, devam continuar afirmando um exagero de expressão que resultou em lugar comum: – a dependência do progresso brasileiro das inversões de capital estrangeiro, e que sem ele nada será possível fazer.

É sabido que, desde a guerra mundial, a imigração de capitais tem diminuído muito e, por outro lado, o processo de formação do capital nacional atingiu um grau adiantado de desenvolvimento. O simples exame dos subscritores e tomadores de ações nas sociedades anônimas, nas organizações bancárias, bem como o montante dos depósitos bancários nos institutos

nacionais e estrangeiros, revelam a predominância das inversões feitas por brasileiros, e que as contas nacionais são bem mais vultosas.

Tudo isso já não é do mais largo conhecimento público porque as nossas estatísticas são deficientes e falhas de conexão. Só agora, com a organização do Instituto de Estatística, é que as estimativas da nossa riqueza e a sua dinâmica assumem aspecto científico e geral. Verifica-se que as próprias empresas estrangeiras, principalmente as que exploram serviços públicos, os bancos e as companhias de seguros, ou adquiriram aqui a maior parte dos seus vastos capitais ou operam com boa parte dos valores nacionais. Em muitos casos os seus reduzidos capitais entrados são inferiores aos dividendos exportados em um único exercício financeiro. Número não pequeno de bancos estrangeiros e companhias de seguro realiza as suas operações correntes com os valores brasileiros, e conseqüentemente distribui dividendos aos seus acionistas estrangeiros de um fictício capital-confiança, sempre muito maior que o capital real.

A grande tarefa do momento, no nosso país, é a mobilização dos capitais nacionais, para que tomem um caráter dinâmico na conquista econômica das regiões retardadas. No território vasto e rico eles encontrarão campo de atividades altamente remuneradoras, realizando, ao mesmo tempo, grande obra patriótica de unificação.

O governo e o povo

Não foi pelo gosto de fazer frases que acentuei a necessidade de abolir os intermediários entre o povo e o governo. Esses intermediários eram, até bem pouco, os partidos políticos e os grupos de pessoas mais ou menos ajustadas na defesa dos próprios interesses. Sempre procurei fazer um governo de portas abertas e hoje, derrubadas essas velhas pontes do parasitismo político, desejo receber do povo, diretamente, os seus reclamos, ouvi-los e examiná-los, de forma a poder atender, na solução dos problemas administrativos, os verdadeiros e legítimos interesses da coletividade.

Como se trabalha

Torna-se necessário, por isso, divulgar as atividades do governo para que todos as conheçam, e as acompanhem, para que façam sugestões e intervenham, quando menos, por dever patriótico, na marcha dos negócios públicos. Sendo precisamente a imprensa o instrumento informativo de maior penetração popular que possuímos, a ela recorro mais uma vez, cumprindo, aliás, promessa voluntariamente feita. Não é demais, por certo, que decorridos alguns meses do advento do novo regime, venha a relembrar sucintamente o que já se fez, o que se está fazendo e o que se pretende fazer, nesta fase de promissor renascimento da vida brasileira.

Tarefas de emergência

O trabalho a executar, bem o sabemos, é enorme e exige esforço constante. Há problemas que não comportam soluções mágicas, improvisadas. Precisam ser estudados com rigorosa atenção, a fim de que não representem meras tentativas ou paliativas nem se transformem em novos e improdutivos ônus para a economia do país. Mas, não seria possível assentar bases de trabalho construtivo, sem realizar as tarefas de emergência, que em tais casos se impõem, pela necessidade de sanear o ambiente, de remover os obstáculos, de reajustar, enfim, a mentalidade geral. Com esse objetivo, toda uma série de medidas foi, desde logo, desdobrada em atos concretos, suficientes para definir os rumos da atividade do poder público e infundir confiança nos seus processos de ação saneadora e construtiva. Desarticularam-se os clãs oligárquicos; abateu-se o mandonismo caudilhesco; dissolveram-se os partidos políticos; extinguiu-se o monopólio dos empregos públicos; suspendeu-se o pagamento da dívida externa; decretou-se o controle do câmbio; modificou-se a estrutura dos orçamentos, adaptando-os às novas diretrizes da administração nacional; promoveu-se o reajustamento dos quadros do funcionalismo público, através de leis destinadas a racionalizar e padronizar os serviços e a assegurar uma redução gradativa das respectivas despesas. Ao mesmo tempo, modificava-se a política cafeeira, restabelecendo a liberdade de comércio, reduzindo as taxas que oneravam o produto e acabando com a intervenção no mercado, e as valorizações artificiais, que se transformavam em poderoso estímulo aos concorrentes estrangeiros. Os resultados benéficos dessa providência se

patentearam, sem demora, no aumento da exportação e no desafogo da lavoura, que vê assegurado o escoamento da produção em condições satisfatórias de preço e maior procura nos centros consumidores.

Transformação econômica

A transformação da economia do país, no sentido da maior diversidade de produção e ampliação dos mercados internos, acentua-se cada vez mais. Recebeu impulso decisivo a partir de 1930, e daí para cá tem sido constante a preocupação do poder público, orientando e estimulando as atividades com iniciativas de resultados diretos e práticos. Atualmente, essa política verdadeiramente renovadora alcança setores mais amplos e procurar mobilizar fontes produtivas de escasso rendimento, de exploração retardada e rotineira já foram iniciadas, com efeito, as campanhas do trigo e do pão-misto, do milho, da mecanização da lavoura, da fertilização do solo, da industrialização de óleos e fibras nacionais; ativaram-se as pesquisas de petróleo e de outras riquezas do subsolo; promoveu-se a exploração racional do pescado e indústrias derivadas; apressam-se os trabalhos de saneamento da Baixada Fluminense e amplia-se a colonização das áreas em condições de cultura e aproveitamento agrícola; institui-se, afinal, a carteira de crédito agrícola e industrial, por onde as atividades produtoras do país passarão a receber, de ora em diante, o amparo financeiro do Estado.

Medidas administrativas

É fato verificado a transformação que se vem operando na economia do país, no sentido de maior diversidade de produção, tanto agrícola como industrial, e do aumento da capacidade de absorção dos mercados internos. A administração pública não pode permanecer alheia a tão significativo e fecundo movimento, denunciador de vitalidade das nossas energias de povo jovem e capaz, emparedando-se nos seus velhos processos fiscais e de controle financeiro. Precisa acompanhá-lo, adaptar-se aos novos aspectos das atividades produtoras, concorrer e não entrar a sua expansão. Dentro desse critério, diversas iniciativas foram tomadas no Ministério da Fazenda, cumprindo citar, entre elas; – a revisão completa da legislação sobre imposto de consumo, tendo em vista o tratamento mais equitativo aos contribuintes e beneficiando ao mesmo tempo os interesses fiscais; a revisão do regulamento sobre isenções e reduções de direitos; com o fim de corrigir senões e sistematizar a concessão dos favores fiscais; a lei orgânica do Tribunal de Contas, elaborada para cumprimento dos novos dispositivos constitucionais e adaptação do instituto às necessidades administrativas com o fim de tornar mais eficiente o controle da execução orçamentária em todo o território do país; as reformas, em estudo, do departamento incumbido de zelar o patrimônio nacional, da lei do solo, do imposto de renda e das coletorias, importantes núcleos do aparelho de arrecadação, ainda deficiente e rotineiro, sob muitos aspectos. A reunião dos Secretários de Fazenda dos Estados é outra iniciativa que merece referência especial. Pelas exigências do novo regime, a coordenação administrativa

tornou-se um imperativo constitucional. A Nação reintegrou-se nos seus poderes definitivos sobre a direção da vida econômica e política das regiões em que se divide o território do país, ajustando-as organicamente, como membros de um só corpo, a serviço do ideal de engrandecimento comum. Assim, os trabalhos dessa conferência dos Secretários de Fazenda dos Estados visam a um duplo objetivo: eliminar os obstáculos e contrassensos tributários, sistematizando as normas administrativas; favorecer o aproveitamento máximo dos mercados internos, pela expansão de todas as forças produtoras, livres das barreiras que se lhes antepunham de região para região, de Estado para Estado, e, às vezes até, de município para município. A primeira consequência dessa reunião já se pode apontar no recente decreto-lei que estabelece a supressão dos impostos interestaduais. Outros aspectos dos problemas econômicos e administrativos dos Estados constituirão objeto de deliberação em reunião futura de todos os interventores, que serão para isso, oportunamente, convocados.

Leis sociais

As leis sociais com que o atual governo, por iniciativa própria, tem procurado amparar as classes trabalhadoras, devem constituir motivo de orgulho para os brasileiros. Tudo se faz sem abalos e inquietações. Os beneficiados, vendo satisfeitas as suas mais justas aspirações, souberam corresponder ao amparo do Estado, repelindo todas as tentativas de infiltração

demagógica, com que os pregoeiros de teorias exóticas levantam os olhos deslumbrados dos crédulos e fantasistas os falsos paraísos da felicidade social.

Salário mínimo

Como complemento natural da legislação em vigor, em matéria de amparo econômico, o governo examina presentemente o projeto de lei do salário mínimo, que deverá atender às necessidades normais de alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte do trabalhador. Trata-se de fixar um mínimo de remuneração, dentro de um critério moderado e equitativo, capaz de evitar aos empregadores exigências incompatíveis com os recursos da nossa economia, sob muito aspectos ainda incipiente e em fase de organização. A medida deverá assegurar a todos os que trabalham um salário mínimo por serviço prestado, nas fábricas, em domicílio ou nos campos. Além de proporcionar reais benefícios ao proletariado, elevando-lhe o nível material e moral de vida, a iniciativa produzirá vantajosos efeitos para a economia geral, que se verá revigorada com o aumento do poder aquisitivo de vultosa massa de trabalhadores, cuja atividade se exerce através de variados misteres nos grandes centros urbanos e nos núcleos de produção rural. O salário mínimo representa hoje uma imposição da justiça social. Não seria possível deixar de instituí-lo num país de civilização cristã, onde o sentimento de solidariedade humana entra como fator na educação individual e estrutura as próprias bases da sociedade.

Cooperativismo

A fim de dar cumprimento ao dispositivo constitucional referente à matéria, cogita-se de ampliar e dar nova estrutura ao cooperativismo, fazendo das cooperativas as células da nossa organização econômica, para amparo dos produtores. Numa época em que se reconhece, sem discrepâncias, o primado do interesse social sobre o individual, a organização cooperativista tem especial relevo. Os projetos e estudos referentes ao assunto já foram submetidos ao exame dos órgãos técnicos competentes.

Programa de trabalho

O Estado Novo, pelas imposições da sua própria instituição, exige uma concentração de atividades fora do comum, para tornar possível a solução de problemas fundamentais, que o regime anterior vinha protelando indefinidamente. Estamos com um programa de trabalho que compreende os principais setores da vida do país. Esse programa não é de Ministros, desta ou daquela pessoa – é o programa do governo. Para realizá-lo, conjugam-se esforços, coordenam-se as opiniões, aproveita-se a contribuição dos diversos órgãos de administração, técnicos e consultivos, faz-se uma completa revisão das iniciativas anteriores e dos trabalhos em andamento. Nem pode ser de outro modo. O momento não comporta dispersão de energias. Assim, tudo o que não entrar nos objetivos imediatos dos planos do governo, é secundário e adiável. As necessidades mais prementes, que por si só justificariam medidas excepcionais,

são: – o aparelhamento material das forças armadas e a reorganização dos meios de transporte.

Forças Armadas

Não é demais repetir que o Brasil é um país pacifista por índole e educação. Mas, pacifismo não quer dizer inércia, abandono, despreocupação diante do futuro, a ponto de ser uma presa fácil e inerme ao alcance de cobiças estranhas. Já acentuei, de outra vez, que se nos pudessem atribuir ambições imperialistas, estas só haveriam de ser as de ocupação econômica e defesa do nosso grande patrimônio territorial. E se isso merece denominar-se imperialismo, não devemos temer o ar de papão com que se apresenta hoje essa palavra, para convencer-nos que não podemos aparecer perante o mundo como incapazes de valorizar as próprias riquezas e de defendê-las, quando for necessário. As nossas forças armadas possuem condições de preparo e disciplina em grau elevado. Os quadros do Exército e da Marinha contam com elementos de primeira ordem tanto do ponto de vista cultural como de capacidade de ação. O recente decreto-lei de organização do Exército reajuste o elemento pessoal. Faltam-nos agora somente elementos materiais. E desses vamos dispor, em breve. Os estudos foram feitos, os créditos abertos e os contratos assinados. O nosso reaparelhamento militar está, portanto, iniciado. Renovaremos totalmente a estrutura material das forças de terra e mar. A defesa do Brasil assim o exige.

Transportes e comunicações

O desenvolvimento da produção e a circulação das riquezas estão na dependência direta do sistema de transportes e comunicações.

Onde a circulação é falha e precária os obstáculos à expansão da economia crescem e entram todas as boas iniciativas. Mas, o problema dos transportes envolve também o dos fretes, o do combustível, o do custeio material, todos correlatos, exigindo solução pronta e adequada.

No momento, o que se faz não representa solução parcial, restrita a este ou aquele setor. Procura-se ao mesmo tempo articular todos os meios de comunicação dentro de um plano geral e único, conjugando as redes ferroviárias, de navegação, as rodovias e linhas aéreas. O Ministério da Viação trabalha ativamente no estudo e solução desses problemas. Para o reaparelhamento do material ferroviário já se fizeram alguns contratos. Estamos, agora, recebendo propostas, em condições vantajosas de financiamento, para aquisição, em elevada quantidade, de trilhos, locomotivas e vagões. O material em uso, bastante desgastado e escasso, constitui uma fonte obrigatória de despesa, pela necessidade permanente de reparações, além de dificultar o escoamento regular da produção, que se amontoa nas estações do interior, deteriorando-se por falta de meios de condução.

A frota mercante passa, também, por uma remodelação completa. Sem falar nas empresas particulares, que não cessam de melhorar os seus serviços, basta dizer que o Lloyd Brasileiro começará a utilizar, em breve, novas unidades

e vem renovando, com um notável e patriótico esforço da atual administração, as que se achavam em uso e em péssimas condições ou retiradas do tráfego para reparos que ficavam sem ultimar ou não chegavam a ser iniciados.

Exploração das riquezas minerais

Todos os países sul-americanos, como é sabido, possuem a sua economia fundada na larga exportação de produtos da agricultura ou da pecuária. Apenas o Peru, o Chile e a Bolívia contam como principais fontes de renda os produtos minerais. O Brasil, até aqui, tem dado pequena contribuição nas suas exportações do reino mineral. No cômputo geral da nossa exportação, nos últimos anos, as matérias-primas de origem mineral atingem apenas 3% do total. Estamos melhorando, de várias formas, o nosso aparelhamento de transportes, temos em via de conclusão os estudos necessários, e dentro de pouco aumentaremos de muito a nossa capacidade exportadora de minerais.

O nosso problema siderúrgico é, a um tempo, problema de importância vital para defesa e aparelhamento do país e problema de aumento das nossas exportações e diversificação das fontes de saldo da nossa balança comercial. Além disso, a margem de lucros que fica entre os preços médios dos produtos industriais e agrários, os reflexos das crises nacionais na economia do continente que se baseia no fornecimento de matérias-primas e produtos de alimentação, deixa-nos em situação difícil para satisfazer compromissos. Vejamos, por exemplo, o que ocorreu nos últimos anos. Apesar dos esforços

feitos no sentido de produzir mais, e melhor, diversificando a produção, estandardizando-a e obtendo novos mercados, passando de 182 milhões e meio quintais, em 1930, a 220 milhões de quintais, em 1936, e quase 50 milhões de quintais a mais no ano findo, esse aumento quantitativo não aumentou o valor da produção. Os preços outros dos produtos agrários dessangram os países e vivem principalmente de exportar matérias-primas. É uma espécie de colapso econômico quase insuperável; a libra-ouro passou, nesse período, de quarenta mil réis a cerca de 160\$. O quintal exportado baixou mais de 50% do seu valor-ouro, enquanto o importado conservou-se mais ou menos estável.

O valor-médio, por tonelada, da nossa exportação que era, em 1931, e em libras-ouro, 22,2 caiu para 18,7 em 1933 e para 12,3 em 1936. Como se vê, os saldos da balança comercial vão diminuindo constantemente. Há aumento quantitativo da exportação e sensível diminuição de valor. O resultado é que o ano de 1937 produziu um saldo de balança comercial inferior a dois milhões de libras-ouro.

A conclusão a tirar destas considerações é a de que a exploração das riquezas minerais deve ser intensificada por todos os meios. Criaremos, ao mesmo tempo, mais um poderoso núcleo de resistência econômica e elevaremos o valor-ouro do nosso intercâmbio comercial.

Carvão nacional

O aproveitamento do carvão nacional é outro assunto que vem sendo devidamente examinado.

Ainda importamos, no último ano, um milhão e setecentas mil toneladas de carvão estrangeiro contra dois milhões em 1929. Dispondo de boas jazidas carboníferas em franca exploração e já tendo elevado o seu consumo de trezentas e setenta mil toneladas em 1929 para setecentas e vinte mil em 1937, existe larga margem de aproveitamento que é preciso preencher, em proveito da economia nacional.

Concorreu para a elevação do consumo a lei do Governo Provisório, que determinou a mistura obrigatória de 10% do carvão brasileiro por tonelada de carvão importado. Incrementada por essa forma a produção, a quota foi levada, agora, para 20%.

O crescente aproveitamento do nosso carvão exige, entretanto, três medidas paralelas – a melhoria do combustível pelo processo de lavagem, a utilização da moinha e a construção de grelhas adequadas à combustão. Já determinei ao Ministro da Viação apressar os estudos definitivos para uma solução satisfatória, capaz de remover as dificuldades que impedem o maior consumo do carvão nacional.

O problema siderúrgico

Por falarmos em aproveitamento das riquezas minerais, não quero perder o ensejo de tornar público o interesse com que o governo vem examinando o problema capital da nossa expansão econômica – a siderurgia – e as providências tomadas para dar-lhe solução rápida e definitiva.

O assunto merece ser focalizado, de forma clara e sem reservas.

Todos sabem: – que possuímos grandes jazidas e de incontestável pureza; que a exploração dessas jazidas, em larga escala, operará uma verdadeira revolução na economia do país; que essa exploração consiste em extrair minério exportá-lo em larga quantidade, fundando simultaneamente a grande indústria siderúrgica. Não pode haver, no caso, solução satisfatória unilateral.

Devemos atacar ambos os problemas, de modo que a indústria do ferro e do aço atenda aos objetivos de engrandecimento da nossa economia e aparelhamento da defesa militar.

Posto o problema nesses termos, façamos, antes de ir adiante, uma rápida verificação do que produzimos e consumimos, de ferro, aço e produtos derivados.

A partir de 1932, a nossa produção aumentou sensivelmente: – a de ferro gusa, de 28.800 toneladas, naquele ano, passou a 78.400 em 1936; a de aço, de 34.200 toneladas em 1932, passou a 74.600 em 1936; a de ferro laminado, de 29.500 em 1932, passou a 62.900 em 1936. Houve também aumento proporcional

de valor. Fixando, porém, como ponto de referência o ano de 1936, apura-se que a nossa produção foi de 214.900 toneladas, no valor de 130 mil contos. Vejamos, agora, a nossa importação, também em 1936. Excluídos os maquinismos, compreendendo apenas os produtos elementares de ferro e aço, ferro em barras, vergalhões, chapas, canos, tubos, arame, utensílios, etc., temos 186 mil toneladas, no valor de 220 mil contos. É oportuno salientar que esses dados são relativos a um período de compras bastante limitadas, por causas diversas, entre elas as dificuldades cambiais, no qual muito pouco se renovou do material ferroviário e quase nada se empreendeu em matéria de construção de estruturas de ferro e aço. De qualquer forma, vê-se que, mesmo apreciada sem especificações, a nossa produção está longe de satisfazer as necessidades mínimas do consumo atual garantem, por si só, uma absorção de 400 mil toneladas de ferro, aço e produtos metalúrgicos, no valor de cerca de 400 mil contos.

Mas, o problema da nossa siderurgia não pode ser posto em quadro tão restrito, limitado às exigências do momento. Precisa abranger o futuro, prever o nosso desenvolvimento, do qual ele mesmo será fator decisivo, além das possibilidades que se nos oferecem nos países vizinhos, cuja indústria de ferro e aço apenas começa a organizar-se. A nossa produção siderúrgica atual é reduzida, cara e antieconômica, devido aos processos adotados. Trabalha com pequenos altos fornos a carvão de madeira. Ainda mais, o seu crescimento depende de reservas florestais, que vão diminuindo com o tempo e cuja reconstituição é demorada e custosa, sobretudo se considerarmos que só pode

ser utilizado carvão de madeira de lei. Admitindo-se, mesmo, a possibilidade de um reflorestamento regular, a siderurgia explorada nessas bases se tornará cada vez mais onerosa e precária, pelo consumo crescente das reservas florestais. Mas, o caráter antieconômico da siderurgia a carvão de madeira mais se acentua diante destas duas observações: – a destruição das reservas florestais sem nenhuma garantia de que serão reconstituídas, quando o interesse nacional aconselha defendê-las e melhorá-las; a limitação do consumo interno de produtos siderúrgicos, que fica condicionado a um regime de preços altos, pelas deficiências dos processos de produção. Tão defeituosa economia de produção está presentemente agravada, em detrimento dos interesses nacionais, pela organização dos produtores em truste. Assim, se as condições de produção são de si mesmas, ou por motivos de ordem técnica, antieconômicas, o truste as agrava, com as despesas exigidas pelas manobras de orçamento, entre elas subvenções e compras de altos fornos destinados a não funcionar. Há fatos identificados, que comprovam essas manobras. Em Belo Horizonte, o alto forno de Magnavacca esteve subvencionado, para não funcionar, com 12 contos mensais, durante cerca de 15 anos. Outro, também em Minas, foi adquirido para ser apagado. Vigora, assim, o preço dirigido, sempre em condições favoráveis aos interesses do grupo que explora a nossa pequena siderurgia. A solução do problema está, portanto, na grande siderurgia – grande para nós, porque não poderá ser, é claro, a grande siderurgia alemã ou norte-americana. Falta-nos o carvão? Teremos de importá-lo, pelo menos enquanto o nosso não se ache em condições de substituí-lo. Encontrar-se-á uma fórmula para compensar essa importação com a exportação de minério. Esta é que não

se deve fazer pura e simplesmente. É a única arma que possuímos para interessar os grupos metalúrgicos estrangeiros na instalação da siderurgia nacional. Cumpre utilizá-la com segurança e proveito. Resumindo as nossas considerações, podemos concluir que a instalação siderúrgica pode ser feita: – 1) pelo Estado, com o levantamento de capitais estrangeiros ou mediante financiamento à base de minério exportado; 2) com capitais mistos, do Estado e de empresas particulares nacionais; 3) por empresas particulares nacionais, com capitais próprios e estrangeiros, e controle do Estado. O governo está disposto a resolver o problema e pronto a receber quaisquer propostas idôneas, dentro das condições indicadas.

Já existem projetos em exame no Conselho Federal de Comércio Exterior e no Conselho Técnico do Ministério da Fazenda. Aguardo os pareceres desses dois órgãos consultivos da administração pública. Para encarar o assunto a sério e com ânimo construtivo, precisamos pôr de lado preconceitos e prevenções. Começemos por manter o debate à luz pública, retirando-o do ambiente suspeito dos gabinetes fechados e dos grupos de opinadores mais ou menos interessados e deixando falar os que entendem e os que podem sugerir, com espírito patriótico e de ampla colaboração. Impõe-se colocar os interesses da Pátria acima das preocupações estereis e tudo fazer para dar a tão importante problema a solução mais adequada e mais rápida possível.

Instituto Do Mate

Já foi autorizada a instalação do Instituto do Mate, que deverá ser levada a efeito, após a expedição do respectivo decreto-lei. Constituía uma das muitas iniciativas propostas ao Poder Legislativo, no regime da Constituição de 34. As delongas e os choques de interesses isolados paralisaram o andamento do projeto durante longo tempo. Agora, revisto e expurgado de emendas que o tornavam quase impraticável, foi transformado em Lei, organizando e disciplinando as atividades de um importante setor da economia do país. Todos os elementos realmente consideráveis da produção ervateira ficarão agrupados, sob o controle de um órgão federal de coordenação, incumbido de orientar os negócios e de cuidar da defesa e propaganda do produto nos mercados consumidores.

O Vale do São Francisco

A vasta região do Vale do S. Francisco vai merecer, afinal, a atenção do poder público. Falou-se, durante muito tempo, das suas enormes possibilidades, mas nada se fizera ainda para valorizá-la economicamente. Vamos iniciar, agora, essa obra de evidente alcance prático, destinada a beneficiar uma grande área do território nacional quase inaproveitada. Para tanto, teremos de fazer primeiramente o levantamento cartográfico e topográfico da região. As providências iniciais já foram tomadas e breve serão utilizados nos respectivos trabalhos dois aviões, especialmente adquiridos para esse fim e com o objetivo

de abreviá-los mediante o emprego dos modernos processos aéreo-fotogramétricos. O plano de irrigação das terras do Vale do S. Francisco entrará em execução logo que estejam concluídos os estudos preparatórios indispensáveis.

Educação e preparo técnico

Não houve interrupção nos trabalhos iniciados para remodelação do aparelhamento educacional do país. Os institutos de ensino vêm sendo dotados de instalações mais completas, novos edifícios e centros de experimentação e pesquisa, laboratórios e hospitais de clínica. Está em execução o plano da rede nacional de estabelecimentos de ensino profissional, que se denominarão liceus, e onde serão ministradas todas as modalidades de ensino profissional, nos diferentes graus, para adolescentes e adultos. Já foi iniciada a construção de cinco institutos dessa espécie: – o Liceu Nacional, no Distrito Federal, e os Liceus federais de Manaus, São Luiz, Vitória e Pelotas. Com a instalação e aparelhagem desses institutos dispender-se-á cerca de 25 mil contos. Ainda no corrente ano, terá início a construção dos liceus de Goiânia e Belo Horizonte. A iniciativa federal para maior difusão do ensino primário, em obediência aos preceitos da nova Constituição, se processará de forma intensiva e rápida, estendendo-se a todo o território do país. Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator

eficiente de formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio. Releva notar, a propósito, a maneira dispersiva e caótica com que sempre se legislou sobre ensino. O que existe, nessa matéria, é fragmentário e se distribui entre a competência da União e dos Estados. A educação é, entretanto, um problema nacional por excelência. Torna-se preciso e urgente, por isso, fazer emanar do poder federal tudo o que se refere à sua definição e disciplina. O Código de Educação Nacional, quase terminado se destina a sanar tão considerável falha, e possivelmente será decretado ainda em 1938.

Saúde e assistência

O Governo Federal intensifica, cada vez mais, a campanha de combate às grandes endemias: – lepra, tuberculose, malária, peste, febre amarela. Trata-se de levantar o nível sanitário das nossas populações. É preciso, por isso, não poupar esforços, tomando iniciativas diretas e estimulando as dos particulares e instituições de caráter beneficente. A lepra está sendo combatida pela montagem de aparelhamentos anti-leprosos em todos os Estados e no Distrito Federal: – dispensários, preventórios e leprosários. Em 1937, consumiu-se, com esses trabalhos, 10 mil contos, cifra que, em 1938, se elevará provavelmente a mais de 12 mil contos. Pode ser feita, assim, a inauguração de dois grandes leprosários: – um no Maranhão e outro no Espírito Santo, achando-se concluído um terceiro no Estado do Rio. Em 1938, será possível inaugurar mais 12, dos

quais três no Estado de Minas, a fim de completar, num prazo mínimo, o aparelhamento anti-leproso do país. A tuberculose terá combate eficiente por parte do poder público, no corrente exercício. Projetam-se, para imediata construção, sanatórios por todo o país, além de um no Distrito Federal. Terão início imediato os sanatórios do Pará, Pernambuco, Espírito Santo e Estado do Rio, que serão construídos e montados pelo Governo Federal. Conceder-se-ão auxílios às iniciativas locais no sentido da construção de sanatórios. A campanha abrangerá também a montagem de preventórios, dispensários e serviços B. C. G., e exigirá em 1938, uma despesa de cerca de 10 mil contos. A malária continua a ser combatida intensamente, inclusive na Baixada Fluminense. Far-se-á, de maneira idêntica, a profilaxia da peste, e com a da febre amarela a União irá despende, no corrente ano, quantia superior a 15 mil contos. Além do combate às grandes endemias, realiza, atualmente, o Governo Federal outros importantes serviços de saúde, a saber: – de puericultura, que se amplia no Distrito Federal e se estenderá aos Estados, com a instalação de maternidades, centros de puericultura, lactários, cantinas naturais, hospitais infantis, etc.; de assistência hospitalar e a psicopatas; de controle sanitário das viagens marítimas, fluviais e aéreas; de profilaxia da sífilis nas zonas limítrofes com o Uruguai.

Política exterior

Sempre fomos um povo pacífico, desejoso de viverem em boa harmonia com todos os povos. Assim como não toleramos intromissões nas nossas questões internas, também não estabelecemos preferências para as nossas relações, condicionando-as às diretrizes da vida política dos outros países, a menos, naturalmente, que tal como no caso do comunismo, se procure amparar formações partidárias em nosso território, atribuindo-lhes atividades estranhas às nossas tradições sociais, e, portanto, perigosas e perturbadoras. Ainda recentemente expedi o decreto-lei que mandara elaborar pelo Ministro da Justiça, visando a proibir aos estrangeiros o exercício de atividades políticas, individuais ou coletivas. Somos um país de imigração e temos muitas colônias estrangeiras de nações amigas. É natural que os seus membros pertençam a esta ou aquela filiação partidária dos seus países de origem. Mas, se dissolvemos os nossos partidos políticos, por causa da ação perturbadora que estavam desenvolvendo, como tolerar que elementos estrangeiros se reservem o privilégio de atividades políticas proibidas aos próprios nacionais? Trata-se, além do mais, de uma medida de ordem geral, cujo fundamento só a nós cabe apreciar, e adotada no exercício normal da nossa soberania. Quem não quiser submeter-se, tem liberdade para deixar o país. Porque a lei será cumprida sem exceções. Com os países americanos, particularmente, continuamos a praticar uma política de franca e crescente aproximação. Desejamos ampliar cada vez mais as relações de boa vizinhança, dando-lhes um caráter de verdadeira solidariedade continental, e transportando-as mesmo para o terreno da

cooperação econômica, através de convenções que compreendam desde as tarifas aduaneiras aos entrepostos comerciais de utilização comum e facilidades de crédito bancário. Como exemplo recente dessa disposição, podemos citar os tratados assinados com a Bolívia.

Esses atos, com as declarações complementares, definem perfeitamente a conduta da nossa política externa. Além do mais, constituem edificante exemplo de solidariedade continental e mostram como é possível emprestar bases geográficas e econômicas aos ideais de confraternização americana.

Dívida externa

A suspensão da dívida externa não foi um simples capricho. Impôs-se pela poderosa circunstância de não dispormos dos recursos necessários. A baixa dos preços do café, a redução do saldo das nossas exportações muito aquém do quantum exigido pelas amortizações, a falta de cobertura para as nossas cambiais – tudo isso criou uma situação, cujo remédio só podia ser esse. Trata-se, entretanto, de uma solução de caráter temporário. O reajustamento da nossa economia certamente nos permitirá, mais adiante, retomar os pagamentos, se as exportações deixarem margem a saldos consideráveis. Em caso contrário, só nos ficará o recurso da nacionalização da dívida, pela conversão dos títulos em moeda nacional. Isso demonstraria ainda a vontade de pagar. O tempo e as circunstâncias poderão, todavia, proporcionar-nos ensejo de examinar com os interessados qualquer outra solução.

Governo forte e democracia

Há quem afirme que a organização constitucional vigente vai sofrer alterações, na sua forma ou no seu espírito, obedecendo a injunções vindas de fora. Tal asserção, sem fundamento, só denuncia intuitos de sabotagem e falta de pundonor patriótico. Nenhuma modificação se fará. Ao contrário, consolidaremos o que está feito, criando, para isso, uma poderosa corrente de opinião capaz de assegurar a estabilidade e propagação do regime; trabalharemos para integrar no Estado Novo todos os brasileiros, convocando-os a cooperar, com fé e entusiasmo, na obra de restauração da vida política e econômica da Nação. É natural e explicável o saudosismo dos beneficiários da máquina política que desmontamos, por custoso e inútil, em 10 de novembro. Ela funcionava a golpes de artifício e por conta desse liberalismo anacrônico e demagógico, caldo de cultura onde se desenvolviam o regionalismo, o caciquismo, o caudilhismo e os extremismos de esquerda e da direita, cujas atividades subversivas foram há pouco surpreendidas, evidenciando a persistente intromissão de elementos estranhos, empenhados em fomentar a desordem no país, com o sacrifício do sangue e da tranquilidade da família brasileira. Afirma-se, também, que o novo regime não é democrático. Outra impostura de origem derrotista, que mais parece simplicidade. O regime instituído a 10 de novembro é democrático, mantendo os elementos essenciais ao sistema: permanecem a forma republicana presidencialista, e o caráter representativo. O reforço de autoridade do Chefe da Nação é tendência normal das organizações políticas modernas. Essa forma de concentração do poder

corresponde a imperativos de ordem prática, tanto social como econômico. E, note-se, mesmo os países de regime parlamentar recorrem, frequentemente, a essas medidas sempre que têm de fazer face a situações excepcionais ou de crise e desequilíbrio das forças internas. Atendendo diretamente aos interesses do povo, sem necessidade de intermediários, mais democrático ainda se revela. O contrário se dá com os regimes demo-liberais, em que a intervenção do povo não passa da ficção eleitoral, quando não se deturpa e falseia, através de uma ação formalística estéril e da influência de representantes constituídos em assembleias onde se trata de tudo, e o propósito de tudo se discute, menos dos verdadeiros interesses públicos, e onde a irresponsabilidade das decisões disfarça o predomínio de grupos ou de indivíduos associados para a exploração do poder. A organização corporativista, estabelecida pela Constituição de 10 de Novembro, vai criar nova mentalidade para a solução dos nossos problemas de governo. Nos conselhos técnicos nacionais não haverá lugar para o diletantismo parlamentar. Dentro deles falarão e decidirão, como órgãos auxiliares de Estado, as forças vivas da Nação.

O Estado Novo

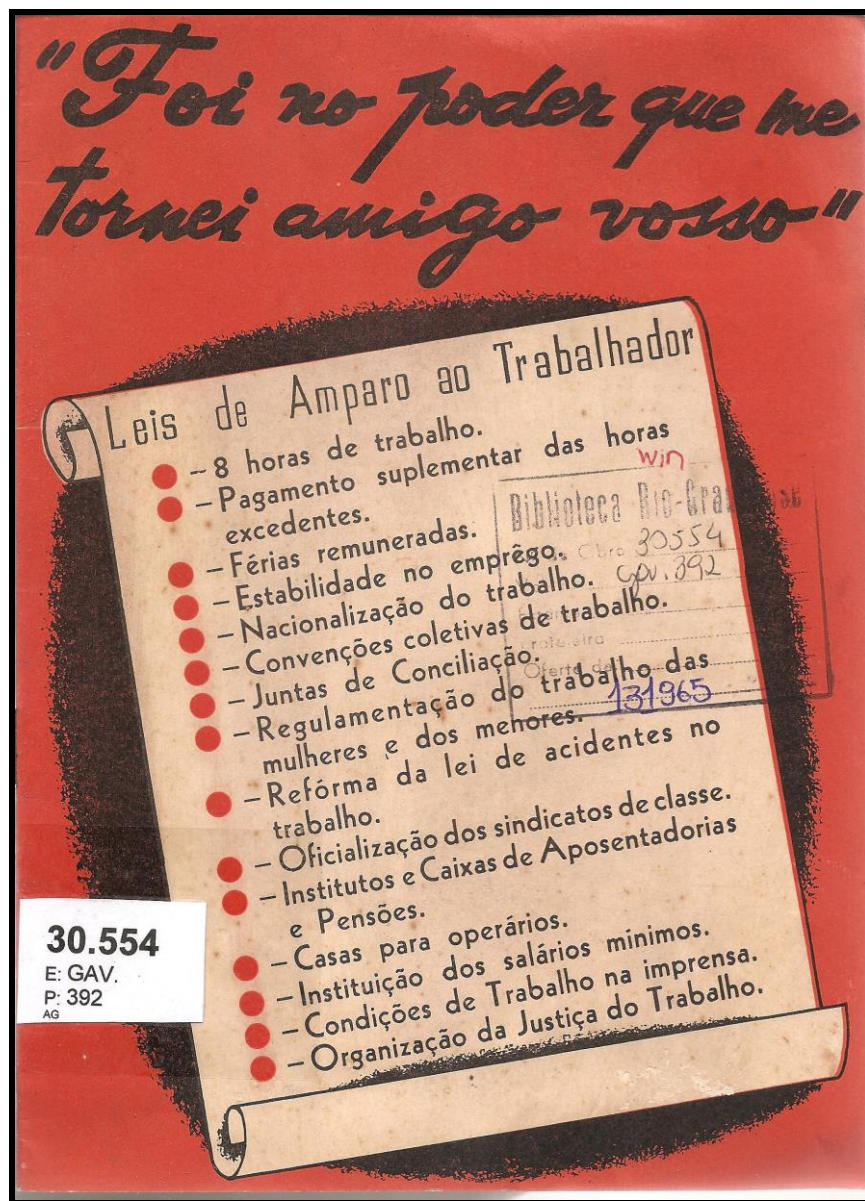
O movimento de 10 de novembro foi, sem dúvida, um imperativo da vontade nacional. Tínhamos necessidade de ordem e de segurança para trabalhar e contra isso conspirava o estado crítico de decomposição política a que chegáramos. A nossa vida pública se transformara, aos poucos, numa arena

de lutas estéreis, onde se vinham decidir os conflitos de corrilho, as preponderâncias oligárquicas, as competições personalistas e os choques de interesses muitas vezes escusos. Os homens de caráter, mas sem ambições de mando, dela se afastavam enjoados, deixando campo livre ao profissionalismo político e aos aventureiros demagógicos e audaciosos. Foi assim que o comunismo conseguiu infiltrar-se e chegou a ser, em dado momento, um perigo nacional. Abatido na tentativa violenta de ocupação do poder, continuou, entretanto, a sua obra de propagação dissolvente, utilizando como armas os outros males que faziam tão instável e caótica a situação do país: – a fraqueza dos quadros partidários, as preocupações regionalistas e os arremessos caudilhescos. Esses três aspectos não passavam, afinal, de manifestações de uma única causa geral, bem caracterizada e reconhecida: – a esterilidade e esgotamento das fontes de onde deviam sair os agentes de estímulo e renovação da vida pública. Os partidos políticos haviam decaído da sua função social. Viviam à custa das explorações eleitorais e proliferavam com caráter predominantemente localista, apegados ao fetichismo de velhas fórmulas políticas, alheios às contingências da hora conturbada que atravessa o mundo e às próprias realidades nacionais. A previsão do perigo em que nos achávamos, e que era sentido por todos, levou-nos decisivamente à unificação política da Nação, que a isso equivale o regime de 10 de novembro. O Estado Novo corporifica, portanto, vontades e ideias que se impõem e se afirmam dispostas a lutar, em qualquer terreno, contra todos os fatores de dissolução e enfraquecimento da Pátria – extremismos, comodismos e sabotagem. Ele

mobilizará o que possuímos de mais são e melhor, para realizar o ideal da Nação forte, digna e feliz.

***FOI NO PODER QUE ME TORNEI
AMIGO VOSSO***

A política governamental em torno da legislação trabalhista, um dos carros-chefes do aparelho ideológico e social do Estado Novo foi o tema de um folheto, cujo título lembrava uma das falas presidenciais – *Foi no poder que me tornei amigo vosso*. Editado pelo Departamento Nacional de Propaganda, contava com dimensões de 15,4 X 21,2 cm e com doze páginas. Ainda na abertura, a publicação esclarecia que seu conteúdo era constituído por um “discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas, da sacada do Palácio do Ministério do Trabalho, a 10 de novembro de 1938, data do primeiro aniversário do Estado Novo e dirigido aos trabalhadores nacionais”. Logo na capa já aparecia o caráter propagandístico do impresso, apresentando os propalados avanços governamentais no campo em foco. Assim, eram elencadas as “Leis de amparo ao trabalhador”, passando a citar: 8 horas de trabalho; pagamento suplementar das horas excedentes; férias remuneradas; estabilidade no emprego; nacionalização do trabalho; convenções coletivas de trabalho; Juntas de Conciliação; regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; reforma da lei de acidentes do trabalho; oficialização dos sindicatos de classe; Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões; casas para operários; instituição dos salários mínimos; condições de trabalho na imprensa; e organização da Justiça do Trabalho.



Trabalhadores do Brasil !

A frase inicial da publicação, com grande destaque, trazia o apelo discursivo que Vargas utilizou largamente ao tratar das temáticas de cunho trabalhista: “Trabalhadores do Brasil”. A fala presidencial era enunciada na primeira pessoa do singular, na busca de demonstrar a proximidade do governante com o povo, ou seja, seria o “amigo” conversando com o trabalhador, estratégia convergente com uma das características intrínsecas às estruturas governamentais. A publicação vinha ao encontro das construções discursivas estabelecidas pelo regime, ao manter um “tom emotivo na relação entre o Presidente e os trabalhadores, quando se tratava de legislação trabalhista”. Além disso, “o mito da ‘doação’ e do Estado *benefactor* está presente em todos os textos dos discursos, em qualquer alusão às leis trabalhistas”, havendo “uma constante necessidade de lembrar, com xenofobismo peculiar, que a legislação trabalhista brasileira era ímpar e não tinha rivais nem mesmo em países mais adiantados”²¹.

Assim a perspectiva da concessão da legislação trabalhista por parte do governo, como forma de evitar a presença de “ideologias exóticas” no seio da população, em clara referência ao combate ao comunismo, também compunha o teor do pronunciamento. Outro ponto que se fez presente foi a propalada busca do governo em harmonizar os fundamentos do capital e do trabalho. Como peça de propaganda, o folheto intentava trazer uma faceta específica acerca das inter-relações entre o governante e os trabalhadores, de modo, que no primeiro aniversário do regime, em nome de uma “missão renovadora e patriótica”, o

²¹ TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 44 e 46.

líder máximo conclamava os “homens de trabalho” a contribuir com o “maior engrandecimento da Pátria”.

#####

Trabalhadores do Brasil!

Ao inaugurar o amplo e majestoso edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tenho a impressão de ver tomar forma definitiva, com a solidez arquitetônica das construções destinadas a desafiar o tempo, a obra de integração social iniciada com a Revolução de 30.

Estou, a bem dizer, em vossa casa, e diante de vós, envolvido pelo entusiasmo das vossas aclamações, sinto-me à vontade, como se me rodeassem todos os homens que trabalham digna e honestamente, na vasta extensão do território pátrio, sem distinção de classes e profissões, acima de estéreis particularismos.

Jamais fugi à vossa convivência, e, nas horas incertas ou perigosas, foi no contato direto convosco, nas ruas e nos lugares públicos, que encontrei estímulo para enfrentar as dificuldades e manter a linha de conduta que me tracei como supremo responsável pelos destinos da Nação.

Não o fiz para conquistar fácil popularidade e angariar sufrágios; foi no poder, e no exercício das funções de governante, que me tornei amigo vosso,

para melhor compreender as necessidades e melhor realizar as aspirações dos trabalhadores.

Sempre senti e expressei com clareza a minha opinião a vosso respeito – intelectuais, artistas, operários fabris, comerciários, bancários, lavradores – considerando-vos como valores humanos respeitáveis e não simples máquinas de produção; foi sempre elevado o meu juízo sobre as vossas reservas de energia patriótica, inteireza moral e devotamento ao bem público, dentro da ordem para maior bem da família brasileira e tranquilidade do trabalho, criador de fartura e propulsor de aperfeiçoamento cultural.

Empresto, por isso, às vossas manifestações de apreço e solidariedade, a significação de um incentivo espontâneo para prosseguir nos rumos traçados, sem hesitações nem receios. Estamos irmanados no mesmo ideal de fortalecimento da Pátria e de aumento do seu poderio econômico. Reconhecendo os princípios de justiça social, e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos, nunca vos faltou o meu governo, nos momentos decisivos, com as medidas capazes de trazer segurança ao vosso labor e aos vossos lares modestos e honrados. Assim também – desvaneço-me de proclamá-lo – em todas as circunstâncias em que brasileiros transviados por ideologias exóticas, ou a soldo de interesses antinacionais, pretenderam subverter a ordem e ameaçar a paz das nossas famílias, estivestes intransigentemente ao lado do poder constituído, dispostos a torná-lo mais forte e respeitado.

Em 1935 como em 1938, em meio às apreensões daquelas horas conturbadas, quando a investida inimiga não se detinha nem mesmo diante de assassinios frios e premeditados, assaltos, a vossa incondicional solidariedade se fez sentir de norte a sul do país, reafirmando a confiança no governo e a reprovação aos contumazes agentes da desordem.

Ainda tenho na memória, viva e nítida, a confortadora impressão do vosso entusiasmo em 13 de maio deste ano, e, mais recentemente, o empolgante espetáculo das demonstrações de Minas e São Paulo, que não deixaram dúvidas sobre a decidida e franca adesão do povo brasileiro ao regime de 10 de novembro.

Os extremismos de direita e de esquerda, que, sob formas várias, pretendiam, afinal, a mesma coisa – a nossa escravização – foram repelidos e já não constituem perigo imediato para as instituições.

A mesquinha política dos grupos e interesses particularistas foi banida da nossa coletividade. Pensamos todos, todos os bons brasileiros, em servir devotamente à Pátria, dando-lhe pujança econômica e dotando-a de meios eficientes para defender-se, em qualquer emergência.

As nossas corporações armadas aprestam-se para assegurar a ordem e garantir a paz; o Exército e a Marinha recebem o necessário aparelhamento; e, enquanto o primeiro prepara cuidadosamente os seus quadros, a segunda tem a sua frota aumentada de vinte e seis unidades, por iniciativa do atual governo.

Isto vem sendo feito sem que as vossas aspirações sejam sacrificadas ou esquecidas. O programa de amparo às classes trabalhadoras, gradativamente executado, proporciona-lhes concórdia e bem-estar, dentro dos postulados da justiça. Além das vantagens já consolidadas e das garantias oferecidas pelo seguro social, instituímos o salário mínimo, visando a assegurar ao trabalhador dos campos e das cidades, com a justa retribuição do seu esforço, a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento moral e cultural.

Trabalhadores do Brasil!

Os insatisfeitos de todos os tempos, os espíritos inquietos, aqueles que foram contaminados pelas doutrinas deformadoras, sem raízes na vida brasileira, os remanescentes da política retrógrada das pantominas eleitorais, ainda poderão vociferar, criticar, intrigar e fazer conspiratas; os maus profissionais, os inadaptados ao progresso das atividades que escolheram, podem clamar no deserto; os maus brasileiros, que infelizmente os há, poderão semear boatos e enfileirar-se entre os derrotistas e sabotadores.

O Governo Nacional, cujo primeiro aniversário hoje comemoramos, mantém-se resolutos no cumprimento de sua missão renovadora e patriótica. Para levá-la adiante, apoia-se na lealdade e devotamento das forças armadas, dispõe da cooperação dos núcleos criadores de riqueza, conta, enfim, convosco, homens de trabalho, porque tem a certeza de que todos vós desejais ardentemente o maior engrandecimento da Pátria Brasileira.

**ELOGIO PROLETÁRIO DO PRESIDENTE
GETÚLIO VARGAS**

Outro folheto editado pelo Departamento Nacional de Propaganda voltado à publicidade governamental com foco na questão trabalhista foi *Elogio proletário do Presidente Getúlio Vargas*, com as dimensões de 12,9 X 18,1 cm., e vinte e quatro páginas. Dessa vez não se tratava de um discurso presidencial e sim de um texto que buscava demonstrar aquilo que considerava como íntimas interfaces entre o líder do regime e os trabalhadores. Ainda assim, não poderia faltar uma fala da autoridade pública, de modo que serviam de epígrafe algumas “palavras do Presidente Vargas”, proferidas por ocasião do primeiro aniversário da instauração do Estado Novo. Em tom exortativo, o trecho selecionado dizia: “Jamais fugi à vossa convivência e, nas horas incertas ou perigosas, foi no contato direto convosco, nas ruas e nos lugares públicos, que encontrei estímulo para enfrentar as dificuldades e manter a linha de conduta que me tracei como supremo responsável pelos destinos da Nação”.

A peça propagandística reiterava a questão da proximidade do chefe político com o povo, bem como insistia na mitificação em torno da figura de Getúlio Vargas, considerando que, até aquele momento, “não havia aparecido um homem de mais largo descortino”, responsável por uma “obra magnífica de patriotismo” e que teria surgido “a tempo de salvar o Brasil”. O texto reforçava a ideia da transformação pela qual passara a vida do trabalhador desde a chegada de Vargas ao poder, em 1930, lembrando que, até então o “operário era um homem à margem da felicidade”, que vivia “sem nenhuma assistência por parte do Estado” e sofrendo “injustiças clamorosas”. Era ainda destacado que o trabalhador era um “perfeito escravo dos patrões”, submetido a “um férreo

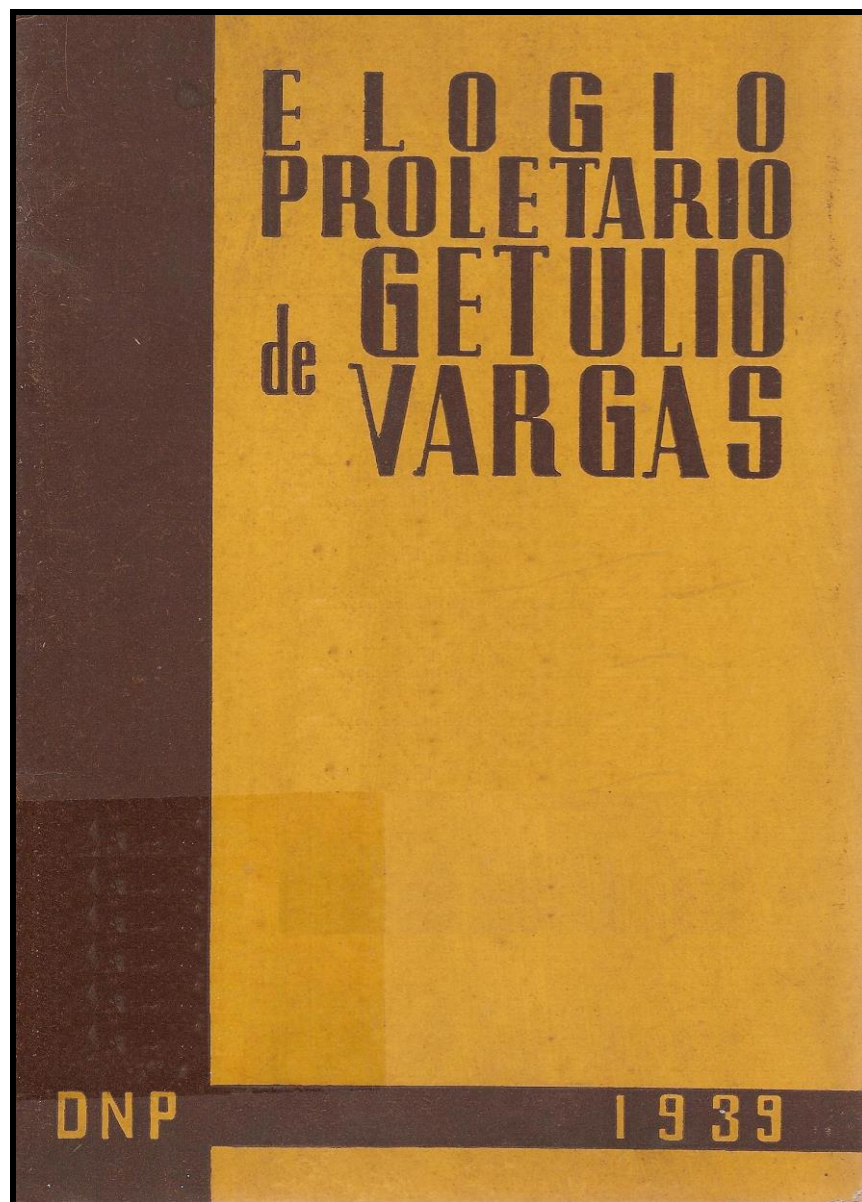
regime”, mas que, a partir da Revolução de 1930, Vargas teria compreendido que “precisava amparar o operário”. Para tanto, teria empreendido uma “obra humanitária e generosa”, trazendo as “conquistas sociais” que tinham sido negadas até então ao trabalhador, de modo que este passara a contar com o Presidente como um “grande amigo”.

Daí em diante apareciam algumas das questões trabalhistas, seguidas de breve explicação, como as oito horas de trabalho; o pagamento suplementar das horas excedentes; as férias remuneradas; a estabilidade no emprego; a nacionalização do trabalho; a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; a reforma da lei de acidentes no trabalho; a oficialização dos sindicatos de classe; os institutos e caixas de aposentadorias e pensões; as casas para os operários; as convenções coletivas de trabalho; as juntas de conciliação; a instituição dos salários mínimos; a justiça do trabalho; a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para os trabalhadores. Também foram abordados outros pontos considerados como avanços sociais para os trabalhadores e a propaganda governamental arrematava com um balanço acerca dos progressos da legislação trabalhista, enaltecendo uma suposta “gratidão” que os “homens do trabalho” nutririam para com Getúlio Vargas, de modo que a frase de encerramento carregava em si o tom panegírico, retomando o título do folheto anterior, mostrando a unidade estratégica da ação propagandística: “Foi no poder que me tornei amigo vosso!”.

O texto do livreto estava em plena consonância com o discurso governamental, segundo o qual “a outorga das leis trabalhistas, cerne do ‘mito

da doação', sugere sempre uma relação de intimidade/identidade, ao nível semântico, entre o emissor", ou seja, o Presidente e/ou as autoridades governamentais, "e o receptor (o operário)". Nessa conjuntura de "intimidade/identidade sugerida recebia um dado importante", pelo qual "o emissor assume sempre o caráter de elaborador dos anseios da coletividade, isto é, o homem público só encontrará seu momento máximo quando 'realizar o bem-estar' da coletividade". Tais "discursos pronunciados" se propunham "a aumentar o chamamento emotivo/paternalista para as obras do Estado Novo, procurando sempre comover as massas trabalhadoras"²².

²² TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 46 e 55.



#####

O observador desapaixonado que contemple o panorama político brasileiro nestes últimos vinte anos, há de sentir um vivo entusiasmo pela obra magnífica de patriotismo que o Presidente Vargas vem realizando desde 1930. O Brasil até então era um grande lago de águas paradas com a sua evolução retardada pelos sistemas padronizados do governo. Não havia aparecido até então um homem de mais largo descortino e que bem compreendesse os nossos problemas e a urgência de solucioná-los. Era preciso desmentir a lenda do gigante adormecido; necessitávamos de um homem que se revelasse e que surgisse a tempo de salvar o Brasil. Todos se recordam dos males que sofríamos pelo jugo da politicalha em que o país vivia afundado. Longe de praticarem a sã política dos interesses vitais da Pátria, os nossos governantes, numa impatriótica orgia de esbanjamentos, cuidavam dos seus e dos interesses dos partidos a que pertenciam, esquecendo o Brasil, pelos pulmões de todos os seus filhos, estava gritando e pedindo uma fórmula redentora para os seus grandes destinos. E se era este o panorama em geral, mais constrangedor era o seu aspecto em relação à vida do trabalhador brasileiro. Até aos fins de 1929, é forçoso confessar, o nosso operário era um homem à margem da felicidade, que não merecia da parte dos governantes a menor atenção. O seu destino rolava sem nenhuma assistência por parte do Estado e por esse Brasil afora se sucediam as injustiças mais clamorosas, com o desrespeito às mais sagradas e

rudimentares leis humanas. O operário, quer o das cidades quer o dos campos, só tinha deveres e não podia reivindicar direitos.

Perfeito escravo dos patrões, ele vivia num sobressalto constante, exposto aos ódios de uns e à sede de vingança de outros, sem a esperança de um amparo, de uma força superior, emanada do Estado, que o protegesse em situação tão incerta. Por outro lado, a miséria dos salários lhes impunha uma existência precária, sem um poder aquisitivo à altura de suas necessidades mais prementes. E se era amargo o drama da vida do operário brasileiro nas capitais, mais torturante ele era na do trabalhador do interior. Oprimido sob um férreo regime, o nosso operário trabalhava dez a doze horas, sujeito aos caprichos e desmandos dos patrões sem consciência que dele procuravam arrancar tudo, sem nada lhe darem em troca.

Era essa, em linhas gerais, a situação do operário brasileiro quando começou a grande revolução brasileira encabeçada pelo Presidente Vargas.

Dede o primeiro instante o grande Chefe compreendeu que precisava amparar o nosso operário. Estudou, demoradamente, o seu nível de vida, as suas dificuldades, o seu amargo destino imposto por esse erro imperdoável em que vinham incidindo, há longos anos, os governantes que o antecederam no poder; e, multiplicando a suas atividades que se tinha de dividir no emaranhado dos problemas que esperavam a sua ação decisiva, criou, desde logo, o Ministério do Trabalho, o órgão controlador de que carecia, para levar avante a obra humanitária e generosa de redimir o operário brasileiro. O Chefe da Nação ficou profundamente impressionado com o padrão de vida do nosso trabalhador, com

o vulto das suas necessidades em face das suas precárias possibilidades financeiras, e com o seu abandono por parte do Estado para cujo progresso ele trabalha. Nenhuma conquista social o nosso operário tinha conseguido ainda.

E verificou-se, então, um fato que encheu de espanto os nossos legisladores de então: enquanto nos outros países os operários conseguiam as suas reivindicações sociais lutando, eles próprios contra o governo, o Presidente Vargas, espontaneamente se colocava ao lado do operário brasileiro, para lhe oferecer uma situação nova e melhor. A revolução se operou dentro das camadas operárias, iniciada e desenvolvida pelo próprio Chefe do Governo. O Sr. Getúlio Vargas não vacilou em realizar o largo programa traçado, revelando que as luzes que lhe iluminavam a mentalidade eram mais claras e límpidas que as de seus antecessores. Sentindo humanamente a urgência do problema que era a vida do nosso trabalhador, o Presidente Vargas começou a executar esse programa impressionante de realizações, tão largo no seu traçado e tão inspirado no seu conjunto.

De fato, surpreendia o vulto das promessas. Para um país que, em matéria de legislação social, estava com a sua marcha retardada, era muito, parecia demais o que o Presidente Vargas prometia. Mas o Chefe do Governo não deu tempo a que os maus brasileiros, sempre descrentes de tudo, explorassem o seu amplo programa, provando à evidência que a sua vontade firme venceria todos os obstáculos e que nada o deteria na realização de sua obra grandiosa. E o operariado bem compreendeu que com o Presidente Vargas tinha chegado a sua

grande hora, a alvorada de um destino novo e de dias bem melhores do que aqueles que ele conhecera.

E as leis de amparo e de proteção foram surgindo e surgindo com uma nova era que justifica esse carinho, esse devotamento, essa dedicação esplêndida de sinceridade que todo operário brasileiro vota ao seu grande amigo, o Presidente Getúlio Vargas.

8 horas de trabalho

Uma das primeiras e mais significativas conquistas do Presidente Vargas, em benefício do nosso trabalhador, foi a hora certa de trabalho, por ele instituída por decreto. O operário estava acostumado a trabalhar sob imposições tremendas, sem saber hoje quantas horas iria trabalhar amanhã, no quase regime feudal então vigente. Muitos deles, semanas e semanas inteiras, se esgotavam na lida, trabalhando doze e quinze horas. E não podiam reclamar porque lhes pairava, sempre, sobre a cabeça, a desconcertante ameaça de ser despedido. Veio o decreto que limita em oito as horas do trabalho; e o operário sentiu o desaforo que o ato lhe trazia. Assistiu-se, então, a uma série de sugestivas demonstrações de entusiasmo por esse estadista moderno que começou a governar olhando os humildes, com o coração e procurando elevá-los a uma situação melhor. Era mesmo uma revolução que o Sr. Getúlio Vargas transportava no seu temperamento de renovado. Era mesmo um mundo novo que se começava a construir dentro do Brasil, desde Brasil imenso que a política

asfixiava, desprezando aqueles que mais trabalhavam pela sua grandeza. Limitar em oito as horas de tarefa era trazer um alento novo à alma do operário; era lembrar-lhe que ele começava a ter direitos, que passaria a dispor de mais tempo para repousar das fadigas de todo um dia de intenso labor. Era a justiça que chegava na sua expressão primária. E, no estonteamento dessa primeira conquista, um novo decreto do Presidente Vargas veio mostrar-lhe que as 8 horas de trabalho pouco significavam em relação ao muito que ainda pretendia fazer pelo seu destino.

O pagamento suplementar das horas excedentes

Já o horário que limitava as horas do trabalho representava para o operário, uma dádiva da mais lata valia. Mas o Presidente Vargas, humanamente justo, lavrou após esse, outro decreto que, ao mesmo tempo em que satisfazia os interesses dos patrões, defendia o dos operários. Alguns daqueles acharam que as oito horas não chegavam para o desenvolvimento das suas indústrias ou do seu comércio. E o Presidente com a sua larga visão e com o seu espírito de justiça baixou, então o decreto que impõe o pagamento suplementar das horas excedentes. Outra conquista do mais elevado alcance. Mas o Presidente Vargas não se podia deter aí, porque muitas eram as faces do problema complexo e difícil que estava resolvendo. Aos seus olhos desfilavam os aspectos diversos desse problema que até então não tinha sido solucionado.

Tudo tinha que fazer e fazer depressa para não demorar a melhoria de condições de vida do trabalhador.

Férias remuneradas

Outro ponto no qual o Presidente Vargas fixou a sua atenção, desde logo, foi o das férias, o justo prêmio a que o trabalhador tem direito. Os patrões, premidos às vezes, concediam férias aos seus empregados, mas férias sem remuneração o que obrigava aqueles a delas abrirem mão, pela impossibilidade material de gozá-las. Surge o decreto reparador, proporcionando ao operário mais essa conquista e permitindo que, com a remuneração obrigatória das férias, desfrutasse ele o descanso merecido. Com mais este benefício, o operariado viu que tinha no Presidente Vargas um amigo espontâneo e justo, que, desde que subira ao governo, não o esquecera, procurando melhorar-lhe as condições de vida.

Estabilidade no emprego

Aos benefícios já concedidos ao trabalhador, o Presidente Getúlio Vargas veio juntar outro de proporções maiores e de finalidades mais elevadas. Sabia-se da insegurança dos empregos, pois nada havia a respeito que oferecesse a menor garantia ao braço trabalhista. O homem do trabalho quase não tinha certeza se, no dia seguinte, ainda estava empregado, sujeito aos caprichos dos

patrões, sem uma lei que garantisse os seus direitos. Não poucos chefes de família, trabalhando num centro de atividade há mais de vinte e vinte e cinco anos, consagrando toda a sua existência aos interesses do patrão, de um dia para outro eram despedidos, ficando entregues ao desespero e à miséria. Tão defeituoso era o que existia a modo de lei que ninguém ousava reclamar, tão certo estava de que nada adiantaria. Pois o Presidente Vargas, executando o seu plano de ação, impôs a estabilidade do emprego, num decreto profundamente sugestivo, que constituiu uma das pedras básicas da nossa legislação social então em plena evolução. Era a certeza da segurança que chegava; era mais um direito a ser reconhecido em favor das massas humanas do proletariado. As leis que constituíam a objetividade desse decreto providencial eram claras demais para permitir dúvidas; e os operários viram crescer o seu prestígio. (...) Era evidente que o Brasil marchava por novos rumos e por estradas mais amplas, iluminadas pela justiça e pela verdade. Era evidente que o Presidente Vargas trazia para os brasileiros uma mensagem transbordante de patriotismo e um propósito firme de elevar o Brasil a culminâncias nunca atingidas antes.

Nacionalização do trabalho

Em relação aos direitos dos trabalhadores patrícios em face dos adquiridos pelos estrangeiros, nada existia, entre nós, até 1930. Na coordenação de suas providências para amparar o trabalhador nacional, o Presidente Vargas estudou sem demora essa lacuna; e viu o estranho critério que prejudicava

sobremodo os nossos. (...) O decreto elaborado pelo Chefe da Nação nesse sentido, além dos seus objetivos práticos veio remediar o grande mal do desemprego, pois, enquanto raramente se encontrava um homem nascido noutras terras sem emprego, atingia cifras que começavam a amedrontar o número de brasileiros sem trabalho. O Presidente Vargas, com o seu oportuno decreto nacionalizando o trabalho, deu um golpe de morte neste estado de coisas. Valorizar o braço brasileiro, antes de tudo. Proteger o nosso irmão, o homem que nasceu conosco sob este abençoado Cruzeiro do Sul, para não nos negarmos a nós mesmos. O povo brasileiro em geral e o operariado em particular avaliaram a extensão desse decreto patriótico que vinha trazer um mundo de pensamentos novos a uma coletividade que durante tantos anos ficara estagnada sem conhecer as realidades e os benefícios de uma legislação social bem inspirada. (...) E do alto senso e do espírito de generosidade que presidiram à elaboração deste decreto de nacionalização, dizem bem alto os comentários a respeito feitos por sumidades em legislação social que consideram essa lei a mais perfeita do mundo, em seu gênero!

Regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores

Como abelhas que trabalham para a mesma colmeia, a família do operário brasileiro, na maioria dos casos, se dividia, trabalhando para estabelecer o equilíbrio econômico de sua existência. (...) Era um problema social torturante que se tinha gerado entre nós. (...) Era todo um passado, toda uma tradição que

se levantava, desafiando a energia serena e construtora do Presidente reformador. Mas o Chefe da Nação encarou o problema de gente e elaborou, em moldes que se assentam na justiça mais elevada, as leis reguladoras do trabalho das mulheres e dos menores. Era preciso fazê-las e o Presidente as fez, claras e precisas, sem esquecer o detalhe mais insignificante. Um novo desaforo sentiriam as classes operárias, até 1930 oprimidas pela ausência de proteção do Estado. Esse benefício, como os outros, foi recebido com entusiasmo indescritível (...).

A regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores foi um passo à frente nessa reforma revolucionária que o Presidente Vargas vem fazendo, em benefício do Brasil e dos brasileiros e na defesa do operariado, em cuja cooperação reside a energia mais salutar e vivificadora das nacionalidades. (...)

Reforma da lei de acidentes no trabalho

A lei de acidentes do trabalho então existente apresentava no seu texto falhas sensíveis, que ofereciam margem a bulhas escandalosas. Elas não ofereciam segurança e quase não inspiravam confiança. Impunha-se uma reforma moralizadora, que viesse por a salvo os interesses dos operários que de sua sombra precisassem. (...) A reforma em boa hora instituída pelo Chefe da Nação chegou no momento preciso. Defendendo com ardor os que o destino torna beneficiários dessa lei, o Presidente Vargas ampliou-a, deu-lhe uma mais ampla interpretação e lhe introduziu novos artigos, tudo tendente a melhor

proteger o acidentado. E tão patriótica e humana foi essa reforma que a lei se tornou modelar, com elementos para satisfazer sua alta finalidade de zelar pelos que dela necessitam.

Oficialização dos sindicatos de classe

Constituindo o patrimônio valioso da nossa legislação social, da qual o Presidente Vargas se pode orgulhar, veio, em seguida à criação dos sindicatos de classe a sua oficialização, outra medida do mais alto alcance. O sindicato de classe era uma imposição do novo ambiente que a revolução do Presidente Vargas nos trouxera. (...) Oficializando os sindicatos quis o Presidente Vargas prestar mais um serviço aos operários; quis reuni-los sob a bandeira das suas coletividades dando-lhes uma força nova e a tribuna jurídica que não conheciam, até 1930. O alcance desta medida, de tão vasto, marca, sem dúvida, uma das demonstrações mais eloquentes de quanto o Chefe da Nação é amigo dos operários e do quanto ele zela pelos seus interesses. Aí estão, vitoriosos, os sindicatos, congregando os seus membros e defendendo-os com o prestígio que o Presidente Vargas lhes emprestou.

Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões

Distribuindo generosamente leis de amparo ao trabalhador, o Presidente Vargas não quis restringir todos os favores do seu governo, somente ao presente

e foi mais longe, olhando o futuro, em outros tempos, sempre sombrio para o operário. Criou, então, Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, abrindo um campo de esperanças, para a tranquilidade do trabalhador brasileiro. Como um pai generoso que não se esquece de cercar de cuidados o destino do filho, o Presidente Vargas estabeleceu essas verdadeiras fontes de socorro, oásis abertos em meio ao deserto da imprevidência do nosso operário. (...)

Era uma nova conquista e, como as outras, graças à visão esclarecida do estadista que a Revolução de 1930 elevou ao poder, para salvar o Brasil!

Casas para os operários

O sonho era tão audacioso que nem ousavam sonhá-lo. Com o nível de vida que os baixos salários lhes proporcionava, os nossos operários nem animavam a esperança de possuir uma casa, a mais legítima aspiração de todo chefe de família. (...) Com o advento da Revolução de 1930, o operário já começara a respirar melhor e a se ver cercado de garantias que anteriormente não conhecera. Já se sentia beneficiado por um punhado de leis protetoras com que o Presidente Vargas o presenteara. E, fácil de contentar-se, contentava-se com o que já tinha conquistado, quando o Presidente Vargas, coração milionário de bondade que não se cansa de praticar o bem, fez mobilizar os capitais parados dos sindicatos para a concretização do grande sonho dos operários. E começou, rapidamente, a construção de casas para os trabalhadores,

confortáveis e higiênicas, dotadas de todo o conforto. (...) Que grande amigo os operários encontravam no Presidente Vargas!

Convenções coletivas de trabalho

Para uma legislação social tão avançada como a que o Presidente Vargas elaborou para o país, se impunha a criação e incremento de convenções coletivas de trabalho; e o Chefe do Governo não demorou em fundá-las sob os melhores auspícios. Os resultados colhidos são os mais promissores e, nas convenções já realizadas, há que salientar o êxito alcançado em benefício do operário brasileiro.

Juntas de Conciliação

Na formação da nossa preciosa legislação social, as Juntas de Conciliação que se vieram juntar aos outros grandes benefícios prestados pelo Sr. Getúlio Vargas ao nosso operariado, impunham-se como um órgão de permanente justiça, reparador de erros e como para-choques no jogo de interesses entre patrões e empregados. Funcionando regularmente, as juntas vêm prestando assinalados serviços, cumprindo plenamente a sua alta finalidade.

Instituição dos salários mínimos

Com o advento do novo regime instituído em 10 de novembro, o Presidente Vargas se armou de mais amplos poderes para melhor servir o Brasil e os brasileiros. Na determinação do seu sadio patriotismo, o Presidente Vargas sentiu que tinha a obrigação de levar mais longe a sua reforma redentora; e estabelecendo o Estado Novo, abria mais largas possibilidades ao futuro da Nação. Como vinha fazendo desde 1930, no Estado Novo, não deixou de lado os seus amigos, os operários, pensando nos meios de lhes dar um desafogo econômico mais satisfatório. E desde logo todos perceberam a intenção do Presidente de instituir o salário mínimo. (...)

Estava traçado o seu grande e patriótico objetivo: o valioso patrimônio da nossa legislação social tinha de ser enriquecido com essa instituição avançada. O Presidente queria tornar mais elevado o poder aquisitivo do operário brasileiro. Anjo tutelar do nosso trabalhador, ele lançava a ideia do salário mínimo como uma questão de honra para o Estado Novo. E todas as providências foram dadas e a rede imensa do inquérito preparatório começou a espalhar-se pelo Brasil inteiro.

A parte estatística já está concluída, depois de intensos trabalhos acompanhados de perto pelo Chefe do Governo. E, não demorará muito, a instituição do salário mínimo entrará na sua fase prática, marcando uma das mais notáveis realizações do Sr. Getúlio Vargas. (...)

O nome do Presidente Vargas vive abençoado em todas as bocas pelos benefícios que ele tem prestado aos brasileiros mais humildes. Essas bênçãos se multiplicarão agora com a instituição do salário mínimo, que vem satisfazer uma das mais justas e sonhadas aspirações do operário brasileiro e que vem provar a visão desse estadista que comanda os destinos do Brasil com segurança e inteligência!

Barateamento da vida

No seu desvelo e no seu carinho pela vida do trabalhador o Presidente Vargas vai ao extremo de estudar meios e modos de baratear a vida, para assim favorecer as classes menos abastadas, nas quais se incluem os operários. E não cansa de determinar providências no sentido de baixarem os preços dos gêneros de primeira necessidade. Por outro lado as frutas, como a uva e o pêssego, que eram vendidos a preços proibitivos para os operários, aí estão nos caminhões a gasogênio, percorrendo a cidade, a preços baixos, permitindo que os pobres saboreiem essas frutas nascidas na riqueza das nossas terras!

O trigo

A campanha do trigo iniciada e animada pelo Chefe do Governo é outra dádiva generosa do Presidente Vargas para o povo brasileiro, para o nosso operário. Não demorará muito e o pão que todos nós comemos estará com o seu

preço reduzido, graças ao trigo nacional que produziremos com abundância que sobre para o nosso consumo e que ainda chegue para enriquecer a nossa exportação. Fazendo a campanha do trigo, o Presidente Vargas mostra ainda a sua preocupação pela vida do trabalhador patricio, que é quem mais consome do precioso alimento. Com o trigo nacional, o nosso operário terá pão mais barato e mais um motivo para admirar o seu grande protetor que não se cansa de ampará-lo.

A Justiça do Trabalho

Mas o Presidente Vargas não é homem de deixar em meio as obras iniciadas, inacabadas as suas iniciativas patrióticas. Pelo operariado brasileiro ele fez em oito anos o que não se tinha feito desde que se fundou a Primeira República. E trouxe para nosso proletariado uma outra expressão decisiva do seu firme propósito de rodeá-lo de amparo, decretando a Justiça do Trabalho, que é qualquer coisa de extraordinário no panorama social sul-americano. (...) O Presidente, mais uma vez, procurava aquele contato direto com as massas proletárias de que ele tanto fala e que nos enche de tanto orgulho, para junto delas, de via vós, dizer-lhes, o coração para o coração, que o Estado Novo tudo estava fazendo para garantir-lhes os direitos e melhorar-lhes as condições de vida. O decreto regulando os serviços da Justiça do Trabalho era um imperativo da nossa avançada legislação social. (...)

A instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para os trabalhadores

A Justiça do Trabalho, que veio trazer uma garantia aos direitos dos proletários, veio enriquecer a coleção de benefícios prestados pelo Presidente Vargas ao operariado nacional, junto com outro decreto sugestivo e de elevados objetivos. Se a Justiça do Trabalho é uma força reguladora de direitos – o outro decreto é uma força construtora de generosidade do mais largo alcance. Decretando a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para os trabalhadores, o Presidente Vargas leva a mais longe os seus sentimentos de carinho e de estima pelo proletariado brasileiro. É obra, não apenas de um estadista de larga visão, mas acima de tudo é obra de um coração generoso cujas sensibilidades estremecem de emoção ante as condições de vida e de alimentação das massas trabalhadoras. (...)

Balanço que a consciência impõe

Aí está, num rápido resumo, a série de benefícios feitos ao operário brasileiro através das mais importantes leis de amparo do seu governo redentor. Não se pode calar ao fixar o valor e a extensão de tantas benesses. O operário brasileiro até 1930 não tinha conhecido uma vida melhor, acorrentado aos grilhões de sistemas retrógrados e de erros que se vinham repetindo ininterruptamente. A consciência impõe um balanço e uma comparação entre a

vida do operário ontem e hoje. E desse balanço resulta, sem dúvida, um saldo gigantesco a favor do Presidente Vargas que foi o único Chefe de Governo, no Brasil, que se apiedou da situação de vida do nosso trabalhador, elevando-o e integrando-o nas amplas exigências da civilização.

O operário brasileiro que até a Revolução de 30 só conhecia pesadas obrigações e não vira ainda as compensações dos direitos, agora tem a seu favor toda uma legislação social que desafia as mais avançadas do mundo; tem o seu horário de trabalho; garantia do pagamento suplementar das horas excedentes; férias remuneradas; estabilidade no emprego; a nacionalização do trabalho; as Juntas de Conciliação; as convenções coletivas; a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; uma lei de acidentes no trabalho, perfeita e inviolável; a oficialização dos sindicatos de classe; os Institutos de Aposentadorias e Pensões; tem as suas casas e vão ter o seu salário mínimo, estão beneficiados agora com a Justiça do Trabalho e a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional.

É vasta a soma de benefícios, benefícios que são uma mostra do que o benemérito Presidente está realizando pelo bem presente e pela segurança do futuro do nosso operário.

A consciência impõe este computo impressionante.

Gratidão

Os fatos aqui expostos mostram os motivos por que o operariado dedica extremado carinho ao Presidente Getúlio Vargas. Um só sentimento de gratidão congrega os trabalhadores que se estendem através de todo o território nacional. E nada mais justo do que esse reconhecimento.

O Presidente Getúlio veio para o poder como um predestinado para salvar o Brasil do abismo de que ele se aproximava, arrastado no torvelinho das mais baixas competições políticas. Vinha com a alma forrada de coragem e heroísmo para cumprir a sua missão. Ele a está cumprindo e não tem faltado a nenhuma das promessas feitas. E o nosso operariado melhor do que ninguém sabe disto. Todos os nossos grandes problemas, o grande Chefe os vem solucionando com superior patriotismo. Todos os problemas de aflitiva situação do operariado que ele encontrou quando subiu ao poder estão resolvidos. Outros ele os resolverá sem demora.

É o grande amigo do operário brasileiro. E o nosso operário, numa prova de gratidão imorredoura, não esconde o seu entusiasmo por esse homem extraordinário que libertou o Brasil de um sistema político defeituoso, que está construindo um melhor destino para a nacionalidade e que deu ao trabalhador nacional condições de vida mais humanas e compatíveis com o nosso grau de civilização. O operário brasileiro está agora, graças ao Presidente Vargas, redimido de todo um passado humilhante e vexatório. É por isso que todas as inteligências que iluminam os largos ângulos do Brasil Novo não cansam de

aplaudir a obra magnífica que o Presidente Vargas realizou em prol do nosso trabalhador; e é por isso que as massas operárias se comovem ante o vulto impávido do maior dos brasileiros, de quem ouviu, uma vez, uma frase que encerra toda a confissão sincera do seu coração generoso e do seu amor pelo homem anônimo das fábricas, pelo homem desconhecido dos campos e por todo esse poderoso contingente de operários que fazem a grandeza do Brasil:

“FOI NO PODER

QUE ME TORNEI

AMIGO VOSSO!”

PROMESSAS E REALIZAÇÕES

Apresentado como “a solução das grandes teses jurídicas, políticas e sociais no Governo Getúlio Vargas”, o livro *Promessas e realizações* foi outra obra de propaganda lançada pelo Estado Novo. A publicação foi editada pelo Departamento Nacional de Propaganda, no ano de 1938, com as dimensões de 14,2 X 17,7 cm. e contando com cento e oitenta e oito páginas, impressas no Rio de Janeiro, junto à Imprensa Nacional. A propaganda do regime tinha por escopo mostrar que o Estado Novo seria uma continuidade apontada como natural em relação ao período que se seguira à Revolução de 1930. Nesse sentido, como a “expressão da obra do governo”, o livro se definia como uma “recapitulação bastante rápida”, trazendo “as linhas gerais da obra realizada pelo Governo Getúlio Vargas, desde o ato da posse do chefe do Governo Provisório” até a véspera da instauração do regime estado-novista. Assim, a base da publicação era demonstrar que aquele período de sete anos teria servido para consolidar e supostamente transformar em realidade as promessas realizadas à época da Aliança Liberal, e, ainda mais, as “realizações do governo” teriam ido bem além daquelas propostas.

Os assuntos abordados foram bastante amplos, envolvendo questões legais, educacionais, sociais, militares, administrativas, financeiras e de infraestrutura. Houve também especial atenção para com a implementação das leis trabalhistas e com as condições de vida da população. O tema mais presente foi o de natureza econômica, descendo às minúcias quanto às potencialidades nacionais e às providências governamentais no sentido de aproveitá-las. A personalização da época em pauta, em consonância com o regime vigente, foi

estabelecida a partir da figura de Getúlio Vargas, de modo que aquele “extraordinário conjunto de serviços prestados à defesa e ao engrandecimento do Brasil” teria servido para transformar o Presidente no “centro da confiança nacional”. Nesse sentido, o livro argumentava que teria sido a “consciência brasileira” que apelara para Vargas, de forma que ele fora “consagrado como salvador da pátria em horas de extremo perigo”, bem como fora guindado à qualidade de “político de excepcional descortino” e “administrador sempre certo e sem fadiga em promover o progresso, o bem-estar e a prosperidade”.

Nessa linha, o pós-1930 era apresentado como uma ruptura, que se antepusera aos “vícios e males do antigo regime”, trazendo consigo uma “obra de renovação”, promovida desde a Revolução de 1930 e pelas mãos do seu “glorioso chefe”. De acordo com tal perspectiva, Vargas teria se revestido da “glória de criador de uma nova ordem”, na qual estariam reunidos “todos os interesses legítimos da nacionalidade”, atuando como “fundador do regime e guia da nacionalidade”. A partir dessas impressões, o Estado Novo era apontado como “uma fase nova e mais intensa de trabalho construtivo”, o qual tinha a “garantia segura e decisiva” na “própria personalidade do Presidente”, no qual a nação estaria a devotar “a confiança mais completa e mais justa”, que seria superior àquela destinada a qualquer outro governante brasileiro. Ao focar nos supostos progressos do país, a propaganda estado-novista intentava demonstrar uma normalidade para o regime vigente, de modo que os possíveis avanços teriam o efeito de escamotear o caráter autoritário do modelo.

Promessas ^e Realizações

(A solução das grandes theses
juridicas, politicas e sociaes no
governo GETULIO VARGAS)



RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1938

#####

“A revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado.”

Assim resumiu o Sr. Getúlio Vargas o significado da jornada de outubro, na oração que pronunciou, a 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete, ao assumir, em nome das forças armadas e do povo brasileiro, o Governo Provisório da República.

Participando jubiloso desse acontecimento histórico, o povo, compacto à frente da casa do governo, delirava nas manifestações de entusiasmo que palpitava pelo Brasil inteiro. Em suas aclamações repercutiam sinais de tempos novos. E a elas correspondiam certamente – na comunhão total de anseios e esperanças coletivas que assinalava aquela hora memorável – expressões como estas que, no salão nobre do Palácio onde se realizava a posse, o novo Chefe do Governo pronunciava:

“Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada.

Precisamos por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia.”

Isto foi há sete anos, exatamente.

Serenadas, horas depois, aquelas legítimas expansões de júbilo e entusiasmo, refez-se nos ambientes a tranquilidade propícia ao pensamento e à ação eficiente daqueles a quem estava entregue, de então em diante, a administração da causa pública. Ao Chefe do Governo Provisório competia, nesse panorama de restauração, o papel insigne de árbitro supremo dos destinos da nacionalidade.

Iniciava-se assim a construção do Brasil novo.

Ao transpor, naquela tarde de 3 de novembro de 1930, os umbrais do poder, que as circunstâncias lhe concediam discricionário, o Sr. Getúlio Vargas trazia, a um tempo, a dúplice credencial e a dúplice responsabilidade de eleito da “Aliança Liberal”, última grande tentativa cívica; e de delegado supremo da revolução, derradeiro recurso de força, levados ambos a efeito no mesmo sentido da execução de reformas reclamadas pelos altos interesses da nacionalidade e tendentes a evitar o colapso para o qual era o Brasil arrastado por maus dirigentes.

A obra que se apresentava era das mais ingentes, de tal forma que não poderia admitir medidas contemporizadoras. O país chegara a um estado assustador de desorganização política e administrativa, corroído de descrédito, abalado pela desordem financeira e a depressão econômica.

Os realizadores da Primeira República, durante os dois anos que se seguiram à sua implantação, haviam-se notabilizado, sem dúvida, por um fecundo labor no lançamento das bases do novo regime.

Infelizmente, logo a seguir, iniciava-se, com o Congresso então instalado, uma fase em geral caracterizada por lamentável inatividade e erros, retardando indefinidamente a estrutura complementar de leis que deviam facultar à prática dos princípios consagrados na Constituição de 1891. Dessa forma, grandes temas jurídicos e administrativos ficaram sem solução durante quarenta anos de vida republicana brasileira. As oligarquias dominavam e absorviam tudo, perpetuadas com a cumplicidade de uma legislação eleitoral falha em extremo, madre complacente de toda espécie de burlas.

As exigências à ação governamental se tornavam ainda mais complexas em face de uma situação mundial difícil e inquieta, impelindo o governante a procurar a todo custo dar ao Estado força e poder capazes de dominar os imprevistos de um período de alterações do conceito estadual e de evidente transformação humana.

O reconhecimento de tudo isso estava nestas palavras que o Chefe de Governo dizia, pouco tempo depois de sua posse, num almoço de confraternização das classes armadas:

“A revolução não deve ser considerada apenas como simples movimento político, nem fato exclusivamente circunscrito à vida brasileira. Além dos males, propriamente nossos, que a causaram, poderá sofrer o influxo da efervescente agitação da consciência universal, numa época de desequilíbrio, em que múltiplos ideais, falsamente reivindicadores, inquietam e perturbam a alma contemporânea.”

Compreende-se a vastidão da tarefa que tudo isso apresentava ao Governo Provisório.

Uma circunstância, entretanto, favorecia de certo modo sua ação.

Aquele a quem a revolução pusera na chefia suprema da Nação, era, conforme já observamos, o mesmo estadista que a “Aliança Liberal”, na sua grande campanha cívica e renovadora, indicara para dirigir os destinos nacionais. Quando a revolução o investiu no alto posto, já ele fora predestinado a exercê-lo.

De outra parte, a 2 de janeiro de 1930, o Sr. Getúlio Vargas, na qualidade de candidato da Aliança, lendo, na Esplanada do Castelo, a sua plataforma, delineara já um programa amplo de governo à vista das mesmas realidades que acima ligeiramente apontamos. Esse programa, o chefe civil da revolução o confirmava, dez meses depois, no discurso pronunciado ao tomar posse do Governo Provisório.

Entregavam-se assim os problemas da renovação brasileira àquele mesmo que os estudara e para eles prometera remédio.

Hoje, que a data relembra o ato memorável de 3 de novembro de 1930, tudo convida a recapitular o que tem realizado, nos sete anos decorridos de então para cá, o governo do Sr. Getúlio Vargas, tendo em vista os compromissos de sua plataforma.

E para que rigoroso resulte esse confronto de promessas e realizações, seguiremos aqui, capítulo por capítulo, o texto daquele programa lido na Esplanada do Castelo, a 2 de janeiro de 1930.

Anistia

“A convicção da imperiosa necessidade da decretação da anistia está hoje, mais do que nunca, arraigada na consciência nacional. Não é, apenas, esta ou aquela parcialidade partidária que a solicita. É o país que a reclama. Trata-se, com efeito, de uma nova aspiração que saturou todo o ambiente.”

Assim exprimia o Sr. Getúlio Vargas, naquela oração, um anseio que era da nacionalidade inteira, expendendo ainda a respeito, palavras que correspondiam a uma velha e constante aspiração do povo brasileiro, cuja índole generosa não poderia tolerar indefinidamente o sacrifício daqueles, exatamente, em que via combatentes da causa patricia da renovação.

Tal necessidade, que o candidato da Aliança Liberal classificava de imperiosa, a nação teve satisfeita quando o mesmo candidato, já então Chefe do Governo Provisório, assinava, a 8 de novembro de 1930, cinco dias depois de sua posse, o Decreto 19.395, concedendo anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se tivessem envolvido em movimentos revolucionários ocorridos no país, incluindo nessa medida todos os crimes políticos e militares ou conexos com esses.

Determinava o mesmo Decreto, no § 2º, de seu artigo 1º: “Ficam em perpétuo silêncio, como se nunca tivessem existido, os processos e sentenças relativos a esses mesmos atos e aos delitos políticos de imprensa”.

Restaurando, assim, a paz na família brasileira, com a reabilitação dos que, havia muito, se vinham batendo pelo ideal renovador, o Decreto 19.395 equivaleu a uma reparação moral a toda a nacionalidade.

As leis compressoras

Os atos governamentais atentatórios da liberdade de pensamento foram bem repetidos nos dois lustros finais da velha República, concretizando-se em leis que atingiram bastante a imprensa e certas associações como o próprio Clube Militar.

Após as referências à anistia, em sua plataforma, dizia, o Sr. Getúlio Vargas:

“Pode-se asseverar, sem temor de contradita, que a anistia será uma providência incompleta sem a revogação das leis compressoras da liberdade de pensamento.”

Sem contestar a conveniência de leis de defesa social, observava, entretanto, que as vigentes não se recomendavam nem pelo espírito nem pela letra; e optava por outras que, inspirando-se nas necessidades reais do país, não se afastassem dos princípios sadios do liberalismo e da justiça.

Dentro de tal critério, o Governo Provisório revogava, em 15 de janeiro de 1934, a antiga Lei de Imprensa; a mesma sorte teve a chamada Lei Celerada. E, a 14 de julho de 1934, pelo Decreto N. 24.776, era regulada a liberdade de imprensa, em nova lei mais humana, mais atenta aos princípios a que se referira o candidato em sua plataforma.

Legislação eleitoral

Apontando as realidades que atestavam o vício dos processos eleitorais em uso no regime que a Revolução de 30 derrubou, dizia o Sr. Getúlio Vargas à multidão que o escutou e aplaudiu, naquele 2 de janeiro do mesmo ano, na Esplanada do Castelo:

“É uma dolorosa verdade, sabida de todos que o voto, e, portanto, a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados, não passam de burla, geralmente, entre nós.”

Assinalava, a seguir, as normas com que se produziam tais e lamentáveis deturpações da verdadeira vida democrática e como se viera radicando no país a tremenda e viciosa sistematização de fraudes que caracterizou alguns lustros da nossa vida republicana.

Um dos grandes legados da Revolução

Suas referências ao problema eleitoral, naquela oração, o Sr. Getúlio Vargas as encerrava preconizando a instituição de uma legítima justiça eleitoral, com o voto secreto, garantias rigorosas ao seu exercício e outras medidas salutareias de bom regime democrático. Isso tudo na sua palavra de candidato, era uma promessa. E esta foi cumprida de forma digna da cultura brasileira. Alguém já disse que só a legislação eleitoral dada pelos triunfadores de outubro ao Brasil bastaria para justificar uma revolução.

Um simples confronto tornará facilmente compreensível essa asserção.

A Constituição de 91 só dava ao Congresso Federal o poder de legislar sobre as eleições para os cargos federais, ficando aos Estados a faculdade de dispor sobre os pleitos estaduais e municipais. Assim, o alistamento e o processo de eleições competiam parte à União parte ao Estado. Era a ausência de uma justiça especializada e única.

De outra parte, se, na maioria dos Estados, a lei federal servia, como algumas modificações, de padrão para a legislação que presidia os pleitos regionais, verificava-se também em algumas daquelas unidades da Federação uma tendência afinal para a experiência de sistemas novos bem diferentes dos processos federais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, fora dada preferência ao sistema proporcional.

Em Minas, o Sr. Antônio Carlos, na presidência, voltara-se para o voto secreto. No Rio Grande do Norte foi até concedido o direito de voto às mulheres.

À sombra de tal autonomia, os abusos das oligarquias eram constantes e, em certos casos, clamorosos. A situação das minorias políticas era sempre de derrota, por mais que firmassem elas suas possibilidades no valor de seus representantes e na sua combatividade.

O próprio candidato da Aliança Liberal dizia em seu discurso da Esplanada do Castelo: “Muito frequente é o caso de núcleos fortes de oposição, com inegável capacidade de irradiação e proselitismo, não conseguirem sequer pleitear seus direitos nas urnas porque são triturados pela máquina oficial, pela violência, pela compressão, pela ameaça, obrigados à submissão ou à fuga, quando impermeáveis à sedução ou ao suborno”.

A tal ponto chegou a situação que se produziu um movimento no sentido de restringir-se a competência dos Estados em matéria eleitoral. A reforma constitucional de 1926 determinou, sob pena de intervenção federal, a adoção de um sistema eleitoral que garantisse a representação das minorias políticas. Não havia, porém, uma rede homogênea e ativa de justiça eleitoral velando sobre todo o país. O que existia era uma simples “vara eleitoral”, no Distrito Federal, dirigida por um juiz que tinha as mesmas atribuições de um juiz de direito. Nas comarcas, ficava o assunto afeto ao juiz de direito local. Fora das capitais e das cidades mais importantes, a coleta de votos era feita, muitas vezes, dias antes do pleito, pelos interessados, que percorriam com os livros eleitorais as respectivas circunscrições. A isso naturalmente não seria justo dar-se a designação de eleição.

Nova era

A Revolução de 30 abriu uma nova era, de acordo com o que prometera o candidato da Aliança Liberal. Três meses depois da instalação do Governo Provisório, era organizada uma comissão incumbida de realizar a reforma eleitoral. Dela faziam parte os Srs. Assis Brasil, João Cabral e Mário Pinto Serva; e orientavam-na as diretivas ditadas pelo Sr. Getúlio Vargas na sua plataforma de candidato liberal. O trabalho dessa comissão estava concluído em setembro de 1931 e foi, sem demora, publicado pelo Governo Provisório, para receber sugestões. Ao fim desse prazo foi entregue à comissão com as emendas e substitutivos apresentados, para sofrer novo exame. Pouco depois, com a vinda do Sr. Maurício Cardoso para a pasta da Justiça, esse titular, juntamente com outra comissão, efetuou uma cuidadosa revisão no projeto eleitoral que foi novamente entregue ao chefe do governo, sofrendo deste ainda minucioso exame. Feita, depois disso, a revisão final, foi o Código Eleitoral aprovado pelo Decreto N. 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, entrando em vigor em 20 de março do mesmo ano. No seu artigo 1º, dizia o aludido Decreto:

“Este Código regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais.”

Acabam assim a descentralização, a diversidade de legislação e a distribuição de competências entre os Estados e a União, tão responsáveis pelos abusos que acima indicamos. Instituiu ainda o Decreto N. 21.076 os Tribunais Eleitorais, Superior e Regionais, a representação proporcional, o voto secreto,

estendendo-se às mulheres e aos militares e à representação classista; entregava as funções de juiz eleitoral com jurisdição plena, a juizes vitalícios locais; estabelecia a obrigatoriedade do alistamento; e determinava as normas mais rigorosas e sãs para a votação e apuração e o resguardo do sigilo do voto, mantendo ao mesmo tempo, no que diz respeito ao direito de votar, o velho princípio liberal que sempre vigorou na legislação brasileira, com todas as cautelas indispensáveis para evitar a pluralidade de inscrição. A reforma foi radical. Durante três anos de aplicação o Código de 1932, o Tribunal Superior Eleitoral teve de tomar, de improviso, algumas providências de adaptação de seus preceitos a dificuldades em geral oriundas das peculiares condições geográficas do país. (...)

Justiça Federal

Dispositivos antiquados e incompatíveis com a extensão territorial e a densidade demográfica do país tornavam bastante lenta a ação da nossa Justiça Federal. Pela reorganização desta batia-se o Sr. Getúlio Vargas, em sua plataforma de 2 de janeiro de 30, assinalando desde logo a oportunidade da criação dos tribunais regionais assim como de outras tendentes a aperfeiçoar o mecanismo da Justiça da União.

Chegando ao governo, preocupou-o desde logo esse problema, tratando de imprimir-lhe orientação nova com a reforma e criação de departamentos daquela esfera para tornar menos complicados e mais rápidos os processos

judiciários federais. Reorganizou o Supremo Tribunal Federal, estabelecendo regras para abreviar seus julgamentos, e a Corte de Apelação; mandou reformar o quadro da Secretaria da Procuradoria Geral da República (...) criou a Ordem dos Advogados Brasileiros; dispôs sobre nomeações e promoções de magistrados e membros do Ministério Público; cuidou da unificação de códigos, etc. Numerosos foram, em suma, os atos do Governo Getúlio Vargas no sentido de melhorar a organização e métodos da Justiça Federal.

Ensino secundário e superior – liberdade didática e administrativa

“Essa reforma é das que não comportam adiamento” – dizia o Sr. Getúlio Vargas, em seu programa de candidato, referindo-se às alterações então reclamadas pelo ensino secundário e o superior, no sentido de serem atualizados e arejados seus métodos e disciplinas. Defendia, a seguir, a necessidade da difusão de cursos técnico-profissionais, da emancipação do ensino superior, recomendando o regime das universidades autônomas, da liberdade didática e administrativa e os cursos de ciências econômicas, financeiras e administrativas, de literatura, higiene e outros das chamadas ciências de coroamento. (...)

Ainda no tempo do Governo Provisório foi elaborado importante decreto, reorganizando o ensino secundário. Por ocasião da elaboração do plano nacional de educação por parte do Conselho Nacional de Educação, [o ensino

secundário] constituiu objeto de largos e brilhantes debates. As fórmulas alvitradas visam a elevar o nível do ensino secundário, cercá-lo da maior seriedade possível, fazer com que o mesmo contribua para a formação de grandes líderes intelectuais para o país, preenchendo, assim, sua maior finalidade.

Questão social

Sob esse título, o Sr. Getúlio Vargas reconhecia, num dos capítulos de sua plataforma:

“Não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos.”

Apontava a seguir as nossas deficiências em matéria de legislação social, para atacar logo de frente a questão, apontando as medidas que se faziam indispensáveis e urgentes em relação ao proletariado urbano e rural, às atividades das mulheres e dos menores, aos empregados em todas as profissões, marítimos, ferroviários e outros: educação, instrução, higiene, alimentação, habitação, proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e também o recreio, como desportos e cultura artística.

Preocupava-se ainda o candidato liberal com a ideia da criação dos institutos agrários e técnico-industriais, das vilas operárias, das colônias

agrícolas para atender a sorte de tantos milhares de brasileiros que vivem nos sertões mais recuados de centros importantes. (...)

Incluindo, assim, no seu programa de governo um capítulo especialmente consagrado à questão social, o Sr. Getúlio Vargas significou desde logo que pretendia inaugurar, na administração pública, um regime de claro e desassombrado ataque aos problemas nacionais, mesmo àqueles cuja existência era de hábito negar. (...)

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, “o Ministério da Revolução”, longe de ser, como se insinuava maliciosamente, um meio de recompensar dedicações partidárias, foi a arregimentação de elementos capazes e entusiastas para a definitiva implantação, no Brasil, de um regime político-social sem paridade em nenhum outro país, porque surgiu e se consolidou aos imperativos naturais do nosso próprio ambiente, sem adaptações forçadas nem exotismos perniciosos. (...)

A verdade (...) e os fatos afirmam que o Presidente Getúlio Vargas encontrou, no período governamental que vem sucedendo ao discricionário, muito por onde prestar aos trabalhadores do Brasil, e, portanto, à economia nacional e à ordem pública, maiores e mais assinalados serviços. (...)

Isso feito, tratar-se-á da elaboração do Código do Trabalho, que ficará como um dos mais fortes documentos do gênio político de um povo, e que bem merecerá o nome de Código Getuliano. (...)

Exército e Armada

Disse o candidato Getúlio Vargas, na Esplanada do Castelo, em seu discurso-plataforma, o seguinte, em relação às Forças Armadas:

Tudo quanto a Nação realizar para tornar eficientes as suas forças terrestres e marítimas, encontrará nessa mesma eficiência a melhor compensação.

O papel do Exército e da Armada, em todos os acontecimentos culminantes da nossa história, tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora, não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra suas classes militares. O crédito destas, sobre a gratidão nacional, é largo e duradouro. Elas foram, invariavelmente, guardas da lei, defensores do direito e da justiça. Não se prestaram nunca nem se prestarão jamais, à função de simples autômato como instrumento de opressão e de tirania, a serviço dos dominadores ocasionais. (...)

As promessas do candidato foram rigorosamente satisfeitas e ultrapassadas por outras realizações não cogitadas na plataforma mas que dizem respeito diretamente ao engrandecimento do Glorioso Exército Brasileiro. (...) E bem grande é, já hoje, a série de realizações de seu governo pelo desenvolvimento e eficiência da nossa Marinha de Guerra. (...)

Funcionalismo público

A preocupação pela situação do funcionalismo público, não só quanto à parte material de sua manutenção, estabilidade e garantias de carreira como quanto à organização e articulação dos quadros, foi largamente manifestada pelo Sr. Getúlio Vargas, em seu discurso da Esplanada do Castelo. E as providências que tão indicava como indispensáveis para a melhora do nosso arcabouço administrativo, visando a criar uma estrutura sólida e à altura das complexas exigências do nosso progresso, o seu governo as veio adotando, em todos os setores, com constância (...).

A carestia da vida e o regime fiscal

O Sr. Getúlio Vargas, em seu programa de governo, observava:

“A carestia da vida, entre nós, resulta, em boa parte, da desorganização da produção e dos serviços de transporte.”

Ao custo excessivo da produção e dos fretes, juntava o agravo das taxações desordenadas. (...)

Ficava aí traçado mais um vasto plano de ação para o regime que se estabeleceria em fins de 1930. E bastará que se observem os atos do Governo Getúlio Vargas, no quadro de cada ministério – que por todos eles se distribuía a tarefa – para se verificar o cuidado dispensado ao problema da carestia da subsistência. Nas mesmas notas que aqui vimos alinhando isso se evidencia

pelas resoluções governamentais relativas à produção de toda ordem, aos transportes e desembaraços, aos regimes de intercâmbio, etc. (...)

Novo regime aduaneiro

A propósito do tema deste capítulo cabem aqui referências mais detalhadas sobre os passos dados no sentido da reforma tarifária.

Ao assumir o governo, como Chefe civil da Revolução vitoriosa, iniciou logo as providências necessárias ao cumprimento do seu programa, lançando as bases de uma política comercial que, por meio de acordos e tratados, assegurasse novos mercados para nossos produtos de exportação. Nesse sentido, enviou aos governos dos países amigos uma nota circular, em que manifestava o desejo de assinar com eles um acordo que regulasse as condições do nosso comércio, tendo por princípio, concessões mútuas. (...)

O plano financeiro

Apreciando a política financeira em vigor, ao tempo em que apresentava ao povo brasileiro seu programa de governo, o Sr. Getúlio Vargas dizia:

“Só a prática, aliás, fornece a prova decisiva da eficiência de quaisquer planos e sistemas, ainda os de mais sólida e perfeita arquitetura.”

Submetia assim o candidato liberal as possibilidades do êxito de uma política financeira à situação geral do país, na época exata de sua aplicação. (...)

Fortalecendo e prestigiando o aparelhamento fiscal mantendo-o, todavia, rigorosamente dentro dos interesses do Estado e do contribuinte, o governo conseguiu uma arrecadação eficiente e sempre progressiva, cujos totais significam expressivamente as excelentes condições da nossa situação econômica. (...)

Definindo nas suas linhas fundamentais o problema da produção, o atual Chefe da Nação teve ainda o ensejo de dizer que o problema econômico se pode resumir em produzir muito e produzir barato. Só assim, aumentando e diversificando a produção, para suprimento do consumo interno e externo, poderemos dar sólida base econômica ao equilíbrio orçamentário do país. De modo que a execução do plano financeiro do governo encontra na situação geral da economia pública a sua condição fundamental de êxito. Dentro dessa visão de conjunto, sem pontos de vista unilaterais, é que o atual governo vem agindo no decurso do período que abrange a sua gestão.

Melhoria orçamentária

Sob o aspecto propriamente financeiro, os resultados obtidos são meridianos. (...)

O governo sabe que a racionalização da política tributária constitui a base de uma sã política financeira porque fornece ao Estado, em certas condições de estabilidade, num ritmo cuja progressão depende do surto da economia nacional, os fundos necessários à execução da obra de saneamento das finanças públicas. Sem uma tributação racional esse saneamento não pode ser seguramente alcançado. Além disso, dependem da orientação da política tributária as condições de tranquilidade social, o bem estar da comunidade. O governo tem sido atento a todas essas circunstâncias. Dentro das possibilidades de gastar que lhe permite a sua política financeira, vem enfrentando a realização de despesas ao alcance social, ao mesmo tempo que opera, no quadro da vida tributária do país, as modificações aconselhadas pela experiência, tendo em vista, acima de tudo, não privilegiar umas classes em detrimento das outras e operar desagravamentos fiscais que favoreçam a grande massa dos consumidores.

Desenvolvimento econômico

Partindo deste princípio – “Nenhuma política financeira poderá vingar, sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico” – o Sr. Getúlio Vargas, no discurso da Esplanada do Castelo, indicava, como inicialmente indispensável para a determinação do rumo a seguir no assunto, um acurado exame do ambiente geral da nossa atividade, mediante o balanço das possibilidades nacionais e o cálculo dos obstáculos a transpor. (...)

Reforma do Ministério da Agricultura

O órgão indicado para a solução dos problemas feridos pelo candidato liberal era o Ministério da Agricultura. Para melhor execução de seu programa, o Sr. Getúlio Vargas, quando à frente do Governo Provisório, julgou indispensável uma grande reforma naquela secretária de Estado, o que foi feito de 1933 a 1934, ficando o Ministério dividido em três departamentos autônomos (...).

Produção vegetal

O certo é que a partir de 1933, intensificou-se a distribuição de sementes selecionadas, para plantio, especialmente do algodão cujo montante em 1937 foi de 1.252.155 quilos, contra 114.975 quilos, em 1930. (...)

O trigo

O trigo tem sido um dos assuntos mais estudados pelo Ministério da Agricultura que, no corrente ano contratou um dos maiores técnicos no assunto, o professor Girolano Azzi, que estudou o problema em todos os aspectos, deixando concretizado o plano de desenvolvimento dos trabalhos técnicos relativos à cultura do precioso cereal em nosso país, plano esse compreendendo a organização do Instituto de Ecologia Agrícola.

O governo já se encontra autorizado a tomar as necessárias medidas à intensificação da cultura do trigo e a criar o Serviço do Trigo, que em breve será instalado, com as suas seis estações experimentais e os seus vinte campos de multiplicação de sementes (...).

Fomento à fruticultura

Além destas medidas, previstas na plataforma, tomou várias outras em relação ao fomento da fruticultura, quer assinando acordos com vários Estados, para a manutenção de campos de multiplicação de plantas frutícolas, quer regulamentando a exportação de frutas, quer estabelecendo medidas destinadas à padronização e fiscalização da produção da classificação e da exportação – organizando postos de embalagem de laranjas e criando inspetorias, nos principais portos do país, destinados à fiscalização de frutas para exportação e a inspeção dos pomares. (...)

Campos experimentais

Quanto ao café, criou e organizou o serviço técnico do café, com seção técnica nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Goiás; Campos experimentais de café, em todos os Estados cafeeiros, estando instalados os de Minas Gerais e São Paulo, salas ambiente e duas grandes estações experimentais de café, uma em São Paulo e

outra em Minas Gerais. (...) Instalaram-se em 1936 as duas primeiras e grandes estações experimentais de café: – uma em São Paulo e outra em Minas Gerais, estações experimentais de fruticultura, em Pernambuco, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Montou-se e instalou-se uma estação experimental de cana de açúcar em Pernambuco inaugurada em agosto deste ano e aparelharam-se várias estações experimentais de algodão. (...)

Convênios e tratados de comércio

A tendência da diplomacia em orientar-se cada vez no sentido dos problemas econômicos foi o prisma pelo qual, em sua plataforma, o Sr. Getúlio Vargas encarou a questão da defesa e propaganda dos produtos de nosso solo e nossas indústrias na esfera do comércio internacional. (...)

O Governo Federal vem realizando, a partir de 1930, um programa administrativo cuja execução se exprime em resultados que sobem de vulto ano a ano, sobretudo no domínio do aparelhamento econômico do país. Os compromissos assumidos para com a Nação pelo Presidente Getúlio Vargas, quando S. Ex. era o candidato ao exercício da curul governamental, se traduzem hoje em realidade meridiana. (...)

Ministério das Relações Exteriores

Avultada foi a soma de atividades desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores nos últimos sete anos. Manifestou-se tal atividade sob múltiplas formas, desde a remodelação quase integral da sede da Secretária de Estado, melhorando-a sensivelmente, dando-lhe a imponentia que deve ter, desde a reforma dos seus múltiplos serviços, que apresentam hoje a eficiência mais completa, até a assinatura de uma série de atos internacionais da maior importância. (...)

Escritórios de propaganda no exterior

A concorrência entre as nações exportadoras é cada vez mais ativa e intensa. Não basta produzir muito para exportar. É mister produzir economicamente, produzir muito e de boa qualidade para vencer, pela excelência do produto e pelo preço da venda, nos mercados de importação e consumo, os similares estrangeiros. Uma das condições de maior êxito é a feição uniforme e agradável dos gêneros oferecidos aos importadores, no confronto com o de outras procedências. Alcançado pela padronização esse objetivo, tudo o mais dependerá da propaganda habilmente desenvolvida, tanto mais quanto, relativamente a determinadas matérias primas, já conseguimos firmar preferências nos grandes centros industriais. Dependendo, no entanto, a realização da propaganda útil no exterior, por parte de quem a tenha de promover, do conhecimento exato das condições dos mercados internos

exportadores, quanto à capacidade de produção, valor negociável do produto, condições normais dos negócios, sem esquecer, sobretudo, a acessibilidade dos centros de consumo. (...)

Instrução educação e saneamento

Atento às exigências desses três problemas imperiosos e conexos, o candidato da Aliança Liberal, com sua plataforma, reputava inadiável a criação de uma entidade oficial técnica e autônoma para deles cuidar com um raio de ação estendido por todo o país, com uma atividade que se exercesse não só dentro das privativas atribuições constitucionais da União como também junto às administrações estaduais, em colaboração estabelecida mediante convênios.

Dava assim o Sr. Getúlio Vargas os primeiros traços do plano do Ministério da Educação e Saúde Pública que levaria para o governo.

Preconizava ainda, na esfera do título acima, providências indicadas para o desenvolvimento da instrução pública, efetiva e gratuita, sobretudo nas zonas do interior, para melhorar sempre as condições dos habitantes do país sobre o tríplice aspecto moral, intelectual e econômico.

Criação do Ministério da Educação

Dando execução a esse plano, o Chefe do Governo Provisório, criava a 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde, constituído dos serviços que, em matéria de saúde e de educação, estavam distribuídos pelos diferentes ministérios. Outros foram sendo instituídos, necessitando o novo Ministério de uma reforma radical, que o reestruturasse em bases nacionais, e de eficiência nacional. (...)

Os órgãos de execução sofreram grandes ampliações, constituindo hoje dois grandes quadros de serviços de Educação e de Saúde. (...)

Articulação entre os serviços federais, estaduais e municipais

Ante a lamentável falta de articulação, em que viviam esses serviços, cuidou o Governo Provisório de aproximá-los e coordená-los. (...)

Confronte-se esse amplo quadro de articulação, cooperação e estímulo, com o desinteresse que, antes da Revolução, havia de parte do Governo Federal pelos assuntos de instrução, entregues aos Estados e aos municípios, que os organizavam, cada qual à sua maneira, sem unidade, e, muitas vezes, sem recursos suficientes nem cooperação.

Educação nas zonas rurais

Ficou incluído, na nova Constituição, um dispositivo de grande alcance para as populações da zona rural: o que reserva, no mínimo, 20% da quota destinada à educação, por parte da União, para o ensino naquela zona. O Departamento Nacional de Educação, reorganizado pela reforma do Ministério, possui, entre as divisões, uma de ensino primário, onde o problema do ensino rural está sendo estudado, para uma ação imediata.

Nacionalização do ensino nas zonas de imigração

É cada vez maior a atenção do governo por esse assunto. O Departamento nacional de Educação exerce rigorosa fiscalização. Várias escolas são mantidas como recursos federais, e novas iniciativas estão sendo estudadas pelos órgãos técnicos do Ministério.

Além do prometido, são inúmeras ainda as iniciativas do Governo Getúlio Vargas em matéria de educação e saúde. (...)

Tuberculose

O Governo Getúlio Vargas está justamente interessado no combate à tuberculose. As estimativas a respeito dessa enfermidade em todo o território nacional fazer crer a existência de 300.000 doentes, ou seja, 1% da população. (...)

Pretendendo estender a ação do Governo Federal a todo o país, acaba de ser instalada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão especial, destinada a elaborar um plano de combate para ao Brasil e a estudar os recursos necessários a esses altos objetivos. Tal comissão, cujos estudos vão adiantados, apresentará, dentro em breve, as primeiras sugestões ao governo. (...)

As obras contra a seca

Como uma das decorrências das medidas fundamentais de instrução e saneamento, via o Sr. Getúlio Vargas, em sua plataforma, o imediato exame da situação das obras contra o flagelo das secas (...).

Apontava então o plano de trabalhos a seguir, concluindo sua referência de grande promessa para com as populações do Nordeste. (...)

Resumiremos a atuação do atual governo nas obras contra as secas, salientando apenas que, durante o mesmo, foram construídas mais estradas e foi acumulado um volume de água destinado à irrigação e outros fins, muito maior do que os totais correspondentes obtidos por todos os governos anteriores, desde o Império. (...)

Colonização da Amazônia

O estudo das possibilidades de colonização da Amazônia era apreciado, na plataforma do candidato da Aliança Liberal, como uma consequência lógica, ao lado das obras contra as secas, da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento.

Via o Sr. Getúlio Vargas, nesse problema, um dos mais complexos da atualidade brasileira, e aquele que envolvia uma das grandes promessas do nosso esquecimento – a borracha – desde que os trabalhos de saneamento viessem facilitar a sua extração. Assim de início, o problema seria de saneamento e povoamento. (...)

No governo, o Sr. Getúlio Vargas não esqueceu o seu programa. Como medida preliminar, enviou o seu Ministro da Agricultura à Amazônia para estudar *in loco* e apresentar ao governo um plano de ocupação sistemática e desenvolvimento daquela vastíssima e rica região. (...)

Vias de comunicação

Apontando a desarticulação que se observava no país, quanto a vias de comunicação, dizia a plataforma do candidato liberal que “o que cumpre fazer, inicialmente, é organizar um plano de viação geral do país, de modo que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem e completem”. Com tais medidas racionais teria de aumentar, de forma

considerável, o rendimento das comunicações, em proveito das conveniências nacionais.

Expunha a seguir o Sr. Getúlio Vargas o critério mais recomendável ao governante para as realizações necessárias à obtenção do objetivo visado, dividindo as referências entre as vias terrestres e a navegação. (...)

A pecuária

(...) Depois de citar restrições por que passavam no exterior as carnes procedentes de frigoríficos brasileiros, [o Presidente] apontava, em termos incisivos a necessidade de providências radicais, para se por fim a essa subalternidade deprimente (...).

As realizações do Governo Getúlio Vargas, nessa esfera, apresentam esta síntese expressiva:

O melhoramento das condições econômicas dos rebanhos constitui o objetivo principal do programa em execução. (...)

Nem por um momento, (...) o Governo Getúlio Vargas abandonou os problemas relativos à produção animal. (...)

Reforma do Banco do Brasil

No seu programa o Sr. Getúlio Vargas apontava a reforma do Banco do Brasil como uma das exigências ditadas pelos interesses da economia nacional, sobretudo para que o referido estabelecimento deixasse de ser um concorrente comercial de outros institutos de crédito para ser tornar um “controler”, um órgão de propulsão do desenvolvimento geral e cúpula de todo o nosso sistema bancário. E obediência a esse critério tem demonstrado o seu governo. (...)

Defesa da produção

A defesa da produção foi uma das grandes preocupações manifestadas pelo Sr. Getúlio Vargas naquela plataforma. Além do café, a que se dedicava um capítulo à parte, apreciava o futuro chefe civil da Revolução, os problemas do açúcar, do algodão, dos cereais em geral, da erva-mate, o cacau, o arroz, etc., preconizando medidas não só de proteção como também de desenvolvimento da produção e aperfeiçoamento do produto. (...)

Código de águas

Pouco depois da vitória do movimento de 1930, o Governo Federal voltou suas vistas para o aproveitamento industrial do potencial hidráulico do país, criando o Código de Águas, a 10 de julho de 1934. (...)

... foram expedidos 22 decretos de concessão para novos aproveitamentos hidroelétricos, destinados uns à indústria privada, outros a serviços públicos ou de utilidade pública. (...)

A indústria elétrica em nosso país continua em sua marcha ascendente (...).

O Governo Federal tem procurado, na medida de suas possibilidades orçamentárias, incrementar os estudos de nossos cursos de água necessários a um melhor conhecimento de nosso potencial hidráulico, conhecimento indispensável a que o governo possa fixar normas seguras para orientar o desenvolvimento das utilizações hidroelétricas em nosso país. (...)

Código de minas

O Governo Provisório, vigilante quanto às riquezas do subsolo, em 17 de junho de 1931, expediu o Decreto N. 20.223, o qual subordinou à prévia e expressão aprovação do Governo Federal quaisquer atos de alienação, oneração de qualquer jazida mineral, de terras, em que se saiba haver jazida mineral, ainda que inexplorada, bem como de concessões e contratos para exploração de jazidas. (...)

Em todo o país foram expedidas, a partir de 17 de junho de 1931, 232 autorizações para pesquisa e concessão de lavras, e no regime do Código de Minas, oito concessões de lavras a 153 autorizações de pesquisas.

Índice do desenvolvimento e possibilidades industriais

Apresentamos aqui alguns dos aspectos bastante satisfatórios que apresenta o nosso desenvolvimento industrial. (...)

A metalurgia

A indústria metalúrgica continua a desenvolver-se, existindo, além das fábricas de aço e ferro gusa, localizadas no Estado de Minas Gerais, grande número de oficinas e fundições distribuídas pelo território nacional, principalmente Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. Utilizando o ferro e o aço fabricados no país e o importado, em forma de vergalhões, barras, folhas, etc., as nossas grandes oficinas metalúrgicas fabricam artefatos de toda espécie. A produção anual de ferro gusa é de cerca de 64.350 toneladas.

A nossa indústria extrativa de metais mantém-se restrita ao ferro e ao ouro, explorando-se ainda o níquel em proporções muito pequenas. Daí, temos necessidade de importar o chumbo, o cobre, o zinco, alumínio e estanho, matérias-primas indispensáveis, principalmente às indústrias de eletricidade.

Indústria de papel

De elevada expressão econômica é a indústria de papel no Brasil, que tem 27 fábricas em funcionamento, distribuídas pelos Estados de São Paulo, Minas

Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. A sua produção anual é de 100.000 toneladas, e nelas trabalham cerca de 20.000 operários. (...)

Indústria farmacêutica

Uma das nossas mais antigas indústrias e que vai se renovando de maneira digna de registro é a farmacêutica. No Distrito Federal e em São Paulo contam-se estabelecimentos que honram a nossa cultura científica. Grande número de matérias-primas para a indústria químico-farmacêutica são de origem nacional, fazendo-se atualmente experiências para fabricar sais de bismuto com minério procedente de Minas Gerais. a produção nacional de especialidades farmacêuticas é calculada em 100.000 contos.

Artefatos de borracha

Outra indústria que se vai organizando, com resultados promissores, é a de artefatos de borracha. Existem atualmente 44 fábricas distribuídas da seguinte maneira: São Paulo, 29; Distrito Federal, 8; Pará, 3; Rio Grande do Sul, 3; e Amazonas, 1. As fábricas do Sul, com exceção de pneu e câmara de ar, produzem toda e qualquer espécie de artefatos de borracha de consumo no país. A manufatura do pneu e câmara de ar absorve, no entanto, 70% da atividade das fábricas do Norte. O valor da produção anual é estimado em 35.000 contos.

Cimento

A produção nacional do cimento tem aumentado consideravelmente durante o sexênio de 1930 a 1935, e dentro em pouco, com as instalações que se projetam, suprirá as exigências do nosso consumo. (...)

O Brasil importava, em 1929, 535.276 toneladas de cimento. A importação em 1934 foi de 125.702 toneladas. A produção nacional de cimento que era em 1928 de 87.964 toneladas no valor de 12.674 contos, atingiu em 1934 a 310.480 toneladas no valor de 65.821 contos.

Combustíveis nacionais

A indústria de combustíveis nacionais vai vencendo, mercê da assistência do governo, as dificuldades de ordem comercial que tem encontrado. As jazidas do Sul continuam em franca atividade, aumentando cada vez mais o consumo da sua produção, que atingiu em 1934 a 612.158 toneladas. Estão sendo tomadas providências de natureza técnica para adaptação das fornalhas e caldeiras ao uso desse combustível, iniciativa que virá baratear os nossos transportes marítimos e ferroviários. (...)

A juta

A juta é a matéria-prima mais importante para a embalagem dos nossos produtos agrícolas, tendo a sua importação atingido em 1935 a mais de 31.000 contos. O estudo das fibras nacionais, capazes de substituírem a juta e outras que ainda importamos, reveste-se de grande relevância.

Cordoalha

Outra indústria, cuja matéria-prima está também sendo estudada com resultados satisfatórios, é a da cordoalha. A guaxima e o caroá são fibras que substituem o cânhamo, não sendo ainda a sua produção suficiente para o consumo dessa indústria. Tem o governo estimulado a iniciativa das indústrias que procuram desenvolver a cultura racional daquelas fibras, já existindo, em Pernambuco, uma usina moderna para o aproveitamento do caroá, com a produção diária de duas toneladas.

Óleos vegetais

Nenhuma indústria mais nacional do que a dos óleos vegetais, cuja matéria-prima é encontrada em qualquer região do país. Ainda assim, importamos óleos vegetais que podem ser substituídos em grande escala por certos óleos de origem nacional.

A exportação de nossas sementes oleaginosas, que foi em 1933 de 48.000 contos, atingiu em 1934, a 70.000 contos, e em 1935 a 100.000 contos. A indústria de óleos vegetais tem se desenvolvido extraordinariamente, sobretudo a de caroço de algodão, cujo aperfeiçoamento é tão notável que o seu produto rivaliza com o melhor americano. Os subprodutos da indústria de óleos vegetais – as tortas e farelos – vão igualmente se desenvolvendo.

Comércio

Não dispondo de outra fonte de ouro a não ser a que nos proporciona a venda anual dos produtos indígenas, o problema mais instantâneo do momento, cuja solução se impõe, é, ao lado da valorização do mil-réis, alargar ainda mais as correntes de exportação para os mercados exteriores. Nessa diretriz tem sido orientada a política do governo, procurando pelas convenções e acordos com os países importadores, afastar os obstáculos que se opõem a uma maior expansão do comércio nacional.

O nosso comércio interno vai também se desenvolvendo em circunstâncias expressivamente animadoras, notando-se que, de ano para ano, aumenta o volume da tonelagem em movimento e cresce o valor correspondente em moeda nacional. (...)

O café

O problema do café, sempre tão atual para o Brasil, mereceu do candidato da Aliança Liberal, em sua plataforma, uma longa série de esclarecidas considerações. (...)

Apontava o tríplice efeito negativo do plano que se viera executando – redução de consumo, o sucedâneo e a concorrência – para mostrar como apenas os produtores estrangeiros e não os brasileiros haviam sido os beneficiados. Optava, a seguir, pelo plano oposto àquele, isto é, cuidar de baratear o custo da produção em vez de manutenção elevada do preço (...).

Passando agora a considerar a ação do Governo do Sr. Getúlio Vargas relativa ao café, tanto no período discricionário como no constitucional, verifica-se nela, um sentido constante e rigorosa vigilância na defesa do nosso principal produto de exportação. (...)

No caminho da emancipação econômica

As medidas praticadas com o objetivo da defesa da produção pelo governo, que dirige os destinos do Brasil desde 1930, se fundamentam no aparelhamento técnico, no crédito em condições convenientes, na circulação assegurada por um sistema de transportes adequado aos seus fins reprodutivos. A esse respeito o Presidente Getúlio Vargas vem realizando as ideias que houve de manifestar perante o país durante a sua carreira de homem público. (...)

Expressão da obra do governo

Aí está, em recapitulação bastante rápida para caber no espaço que aqui lhe reservamos, as linhas gerais da obra realizada pelo Governo Getúlio Vargas, desde o ato da posse do Chefe do Governo Provisório, instituído após a queda do velho regime, em novembro de 1930, até 9 de novembro de 1937. Esse apanhado, como de início dizíamos, foi feito à vista dos pontos enunciados pelo atual Chefe da Nação, quando, como candidato da Aliança Liberal, lia, na Esplanada do Castelo, a 2 de janeiro daquele ano, a sua plataforma.

Todos sabem, como, depois dessa data, grandes acontecimentos ocorreram no país, capazes de ampliar aqueles problemas ou criar novos. Daí resultou que as realizações do Governo Getúlio Vargas tiveram campo de ação e foram além do que prometia o candidato liberal, tanto na esfera interna como na internacional.

Patenteia-se, entretanto, que não será preciso ir além da exposição que acima fizemos, com espírito de síntese, para se dar, da obra do seu governo, uma expressão extremamente relevante.

O problema naval, ou a solução das questões sociais, ou as grandes realizações no terreno da saúde, educação e saneamento, ou as obras de redenção do Nordeste e da Baixada Fluminense, valorizando o homem e a terra, ou a política financeira ou a defesa e preservação da nacionalidade, cada um desses conjuntos de soluções dos problemas fundamentais do Brasil, para só

citar esses, é obra suficiente para recomendar o governo e a missão histórica do seu supremo dirigente.

* * *

Esse extraordinário conjunto de serviços prestados à defesa e ao engrandecimento do Brasil fez do Presidente Getúlio Vargas o centro de confiança nacional. Consagrado como salvador da pátria em horas de extremo perigo, como político de excepcional descortino e como administrador sempre certo e sem fadiga em promover o progresso, o bem-estar e a prosperidade gerais, para ele apelou a consciência brasileira num momento de grandes decisões históricas, quando a reforma profunda das instituições se impunha para que não se sacrificasse ou perdesse, nos vícios e males do antigo regime, a imensa obra de renovação encetada pela Revolução de 30 e pelos seu glorioso chefe.

Como expôs o próprio Presidente em seu memorável Manifesto à Nação, toda a vida, toda a prosperidade, todo o futuro do Brasil estariam irremediavelmente ameaçados se não se estabelecesse em novas bases, o acordo com as realidades do país e com as exigências contemporâneas, o edifício do Estado.

Atentando a esses apelos e a essas inadiáveis necessidades do país, o Sr. Getúlio Vargas assumiu a responsabilidade e se revestiu da glória do criador de

uma nova ordem, em que se integram para a plena expansão todos os interesses legítimos da nacionalidade. Como frisou o Ministro Francisco Campos, “a sua figura passa então do plano em que se define o valor dos estadistas pelos atos normais de política e administração para o relevo histórico de fundador do regime e guia da nacionalidade”.

Agora, uma fase nova e mais intensa de trabalho construtivo se abre diante do Brasil e da sua continuação fecunda é garantia segura e decisiva a própria personalidade do Presidente Vargas, em quem a nação devota a confiança mais completa e mais justa que já mereceu um homem público brasileiro.

O ESTADO NOVO E O MOMENTO BRASILEIRO

Na transição do ano em que o Estado Novo completava seu primeiro aniversário para o seguinte, a propaganda governamental lançou *O Estado Novo e o momento brasileiro*, com o objetivo de, mais uma vez, realizar um balanço das atitudes governativas, no sentido de divulgar os propalados progressos pelos quais o país teria passado ao longo da gestão de Getúlio Vargas. O livreto foi impresso no Rio de Janeiro, junto à Livraria, Papelaria e Lito-tipografia Pimenta de Mello & Cia., no ano de 1939, contendo sessenta páginas no formato 12,3 X 17,8 cm. Como ficava esclarecido na contracapa, a publicação era alusiva à Conferência Nacional de Economia, a qual, sob a direção do Presidente da República, teve a meta de reunir todos os governos estaduais, acompanhados de assistentes técnicos para o exame e debate das teses a serem discutidas com o propósito de se estabelecer um plano racional de administração, de fomento da produção e de aproveitamento das riquezas naturais do país. Diante disso, era considerado que tal conferência marcaria “o início de uma era nova para o desenvolvimento do Brasil, despertando todas as energias, aproveitando todos os recursos, congregando todos os homens de pensamento e de ação em torno de um mesmo ideal”, ou seja, “a grandeza e prosperidade da Pátria”, um dos tantos dísticos do regime.

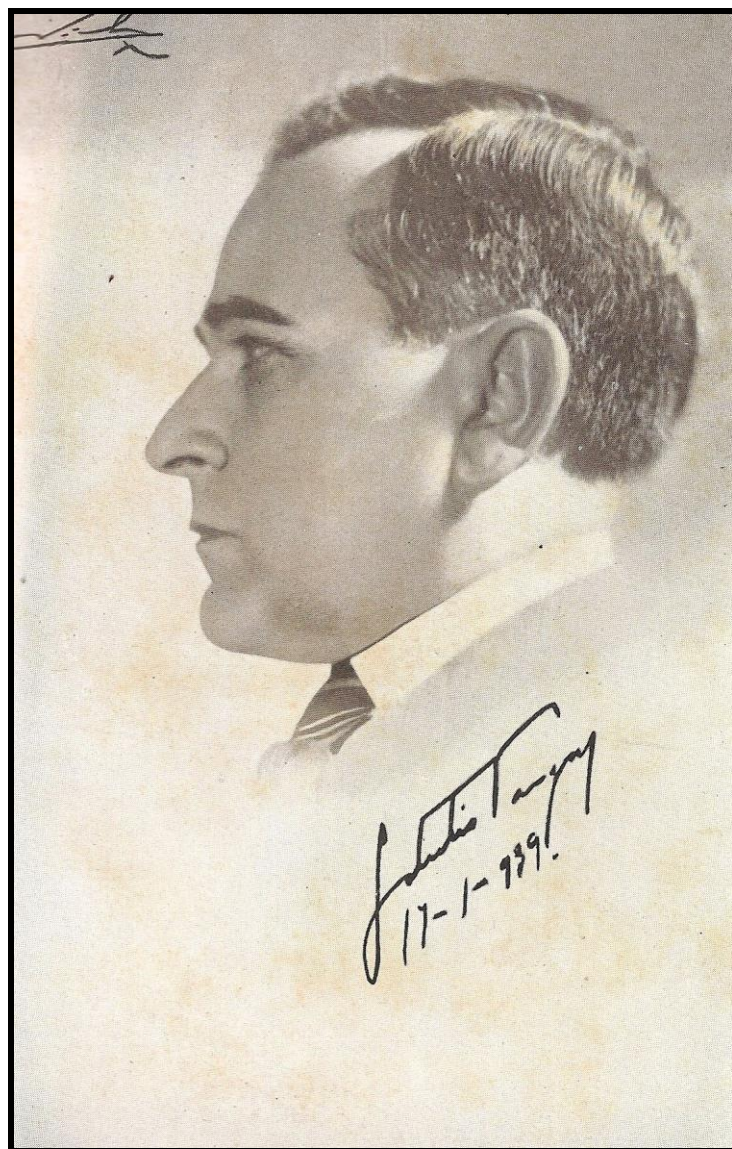
Como não poderia faltar, bem de acordo com o modelo vigente, mais uma vez se fazia presente a personalização do governo na figura de Getúlio Vargas, tanto que suas palavras eram reproduzidas no verso da capa do livro, ao fazer referência ao evento em questão, afirmando: “a reunião de todos os Interventores nesta capital, em princípios de 1939, tem por objetivo coordenar os

elementos que se fazem necessários ao estudo da vida administrativa e econômica do país”. Além disso, a autoridade governamental dizia: que “o inquérito prévio à Conferência Nacional de Economia, a cargo do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, abrange todas as atividades, pesquisadas nas fontes locais. O exame feito, etc.”. Além disso, logo na abertura era estampada uma fotografia de Vargas, autografada e datada de janeiro de 1939.

Bem de acordo com os objetivos da edição, a distribuição do livreto foi realizada pela Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. A base redacional da publicação era uma “entrevista concedida à imprensa pelo Presidente Getúlio Vargas na data do primeiro aniversário da instituição do regime de 10 de novembro”. Em consonância com a natureza da proposta, os temas preferenciais do livreto eram os de cunho econômico e administrativo, envolvendo questões cambiais, financeiras, bancárias, monetárias, creditícias, agrícolas, industriais e mineradoras. Também foram abordadas políticas sociais, assistenciais e educacionais, bem como a ação militar, a política exterior e os planos governamentais. A estratégia fundamental era permanecer propagandeando as ações governamentais como possíveis legitimadoras da continuidade do regime.

O ESTADO NOVO E O MOMENTO BRASILEIRO

Entrevista concedida a
imprensa pelo Presidente
Getulio Vargas na data
do primeiro aniversário
da instituição do regime
d'e 10 de Novembro



#####

Comemoramos o primeiro aniversário do regime instituído a 10 de novembro. Mantendo uma praxe que nasceu com ele, quero aproveitar a oportunidade para falar aos jornalistas sobre as suas realizações e diversos assuntos de imediato interesse público.

Esses 12 meses de regime novo têm sido produtivos, e prosseguiremos, resolutos, as tarefas construtivas da nacionalidade, tanto no que respeita aos aspectos materiais como aos de natureza cultural e moral.

O povo e as classes armadas que impulsionaram e apoiaram o movimento, e continuam a prestar-lhe decidido concurso, compreenderam, com justeza, o seu alcance e objetivos: – a eliminação das forças desagregadoras, o afastamento de todos os indivíduos ou grupos que trabalhavam por conta de alheios interesses ou de ideias exóticas, para enfraquecer a Pátria. Instituído dentro de um largo e sadio espírito de brasilidade, o Estado Novo estava naturalmente votado ao êxito. Por certo, temos ainda de vencer resistências e incompreensões, desmascarando os descontentes e malsinadores. A tentativa de assalto ao poder, de maio último, foi uma aventura de fanáticos, e desordeiros audaciosos. A reação pronta, decidida, que recebeu e a repulsa geral manifestada contra os assaltantes, em todas as camadas que contam com valores, não deixaram dúvidas. O novo regime afirmou-se como força material e consciência moral e puniu os delinquentes dentro da lei. Se outros golpes sobrevierem,

agiremos da mesma forma, mantendo a ordem e garantindo a tranquilidade do país, que só deseja paz para trabalhar. As tarefas iniciadas, de estímulo à economia geral, de fortalecimento de todos os setores da vida nacional, não podem estar à mercê da insânia dos fanatizados e da teimosia dos remanescentes das velhas camarilhas políticas.

Por outro lado, o reforço sistemático das instituições vai ser feito sem demora. Poremos em funcionamento os órgãos complementares da alta administração, de acordo com a Constituição. Não têm fundamento algum os boatos insidiosamente espalhados nos últimos dias. A lei fundamental da nossa vida política não é uma experiência nem um ensaio, sujeito a substituições periódicas. Ao invés de pensar em mudá-la, o governo empenha-se em cumpri-la a rigor. O novo regime há de estabilizar-se cada vez mais, obtendo, pela evidência dos seus resultados, a colaboração firme e consciente de todos os brasileiros. Perdem tempo, portanto, os ociosos e intrigantes, quando se afanam em anunciar contradanças de princípios e substituições de homens.

O momento não é para dissensões estéreis, e sim para a conjugação de esforços. O dever para com a Pátria é hoje maior do que em qualquer outro período da nossa existência política. A ambição fria, desmedida e poderosa, espreita as nossas fraquezas de organização, a ausência de espírito público e elevação moral de uns, o utopismo de outros, no sentido de cavar divergências internas e atear a chama da guerra civil, que consome os povos e abre as portas à cobiça imperialista, disfarçada em pretextos raciais ou políticos.

Nenhum sacrifício , nesta hora grave, será bastante, nenhuma vigilância excessiva para a defesa da nossa bandeira, do nosso idioma, das nossas tradições. Temos procurado com firmeza e sinceridade a colaboração de todos os povos civilizados dentro das normas de mútuo respeito e acatamento, que merecemos e exigimos. Não toleramos, entretanto, qualquer gesto que se traduza em diminuição da nossa soberania. Quem pretender, seja por que meio for, reduzir-nos à condição inferior de protegido, há de sofrer a nossa repulsa a mais completa. Estou convicto de que os brasileiros responderão como uma voz única a qualquer apelo da Pátria em perigo. Mas, é justo e oportuno que lhes recorde o imperioso dever de confraternizarem, numa união perfeita e sagrada. O espetáculo de ameaças e intimidações que oferece o mundo atual reclama e impõe a formação de uma estrutura enrijecida em todos os setores do pensamento e da atividade nacionais. Disciplinados, seremos fortes e, unidos, nada poderemos temer.

Organização econômica

Não preciso acentuar a atenção dispensada habitualmente a tudo quanto interessa ao aparelhamento econômico do país.

Aliás, isso se torna evidente no cuidado com que são estudados os problemas de ordem material e atendidos os reclamos das classes produtoras. Não posso, por isso, deixar de examinar alguns aspectos da nossa posição atual. Os de maior predominância são, indiscutivelmente, a expansão do mercado

interno, que equivale a um aumento da resistência econômica do país, e a crescente diferença entre os preços das mercadorias exportadas e importadas.

No primeiro caso, as verificações estatísticas asseguram conclusões otimistas, e realmente o montante das trocas internas cresce de forma constante, permitindo-nos um sensível desafogo e a melhoria do padrão de vida em grupos cada vez maiores da população. Aumentam, paralelamente, o consumo dos produtos da terra e a absorção dos manufaturados no nosso parque industrial, que se aperfeiçoa e amplia.

Já o outro cotejo não é tão satisfatório. Apesar do grande esforço feito para aumentar e variar a exportação, apuramos uma diferença aproximada de dois esterlinos entre a tonelada vendida e a comprada, o que resulta na fuga constante dos saldos da nossa balança comercial. Note-se que, sendo os itens principais de exportação derivados dos reinos vegetal e animal, é precisamente nestes que se acentua a circunstância desfavorável. Explica-se, assim, o empenho com que procuramos incentivar a saída de minérios, facilitando-a por todos os meios. É dessa fonte que poderemos retirar valiosos elementos de equilíbrio, visto as cotações dos minerais serem bem mais compensadoras, e oferecerem melhor nível, em comparação com o das mercadorias importadas. É urgente, entretanto, com o auxílio governamental, e o concurso geral do capital privado e do trabalho, irmos alterando a feição da economia nacional.

A situação dos países imediatamente dependentes de exportação de matérias-primas, e cuja balança comercial está sujeita, imediatamente, ao mercado mundial, vive à mercê de colapsos frequentes nas suas forças

econômicas. Os preços mundiais tornam-se cada vez menos remunerados para os países fornecedores de matérias-primas e gêneros de alimentação. O esforço nacional, no momento, deve dirigir-se, de modo capital, para a elevação do nível de produção [e] do padrão de vida das populações. Os sistemas autárquicos, nuns países, as preferências coloniais, noutros, alteraram profundamente a fisionomia das trocas internacionais. O setor aberto, no mundo, à livre concorrência está cada vez mais reduzido. Precisamos, por consequência, alterar a nossa tradicional política de país agrário, esforçando-nos por utilizar todas as fontes de riqueza disponíveis. Já atravessamos a fase crítica da monoprodução. Para reforçar a estrutura econômica do país, cumpre-nos reduzir a estreita dependência em que se acha a renda nacional em relação à exportação de matérias-primas e produtos alimentares.

Política de câmbio e compromissos externos

A íntima relação que existe entre o preço-ouro do café e a maior ou menos disponibilidade de moeda estrangeira, em nosso mercado de câmbio, torna absolutamente necessário que a política de câmbio obedeça, em sua direção, a um critério que considere a posição do Brasil no mercado mundial do seu produto básico.

A queda do valor da unidade monetária brasileira, expresso em moeda de curso internacional, corresponde à baixa de preço-ouro do seu produto, no mercado externo. Ao imprimir, portanto, novo rumo à política cafeeira, o

governo não podia deixar de prevenir os seus efeitos sobre o mercado de câmbio do país.

Sem pessimismo, do simples exame dos algarismos reais do valor das nossas exportações de café e as suas cotações no exterior, facilmente se verifica, na fase inicial do plano, a perda de substância equivalente pelo menos ao valor das prestações da dívida externa, fixada pelo esquema de 1934, para o corrente ano. Eis porque as justificava a impossibilidade imediata de prosseguir regularmente este serviço, como vínhamos fazendo até então.

Procurando corrigir os efeitos da exagera procura no mercado cambial, precisamos, para defender o valor da moeda, deixá-la ao abrigo de oscilações bruscas, que tão graves repercussões apresentam no comércio externo. O controle do mercado de câmbio se impunha como necessidade incontestável, e pelo Decreto N°. 97, de 23 de dezembro de 1937, foi a direção do mercado concedida ao Banco do Brasil, na qualidade de agente do governo, por conta do qual passou a operar. Não se cogitou, apenas, de decretar a venda compulsória das cambiais de exportação e de qualquer outra transferência de fundos ao exterior. Ao Banco do Brasil foi outorgada a função de distribuir as remessas de coberturas classificadas, por sua necessidade e importância, sob os cuidados da fiscalização bancária, já anexada à carteira de câmbio. Criou o decreto o imposto de 3% sobre vendas de câmbio em geral, modificado, posteriormente, para 6%, quando se tratasse de outras remessas que não as que se referem a importações brasileiras. Previu, ainda, a constituição de um fundo, com a arrecadação dessas

taxas e lucros verificados nas operações oficiais, para ser utilizado como elemento de ação na política cambial.

Graças a essas medidas foi possível superar a crise em que nos encontrávamos, beneficiando grandemente a situação econômica do país. Pontualmente, têm sido saldados vultosos compromissos externos, entre os quais se destacam as prestações relativas aos atrasados comerciais e as que resultam de aquisição de material ligado ao interesse da defesa nacional e reaparelhamento de seus serviços industriais. Cumpria o Banco do Brasil todas as obrigações dos contratos de vendas de câmbio; normalizou a situação de suas contas no exterior; em franca progressão foram sendo cobertos os fundos que se congelavam no país, e que hoje se reduzem ao valor de coberturas em atraso por trinta dias, sem remanescentes.

A taxa que vem sendo adotada no exercício do monopólio e as condições de estabilidade foram ainda elementos decisivos para a colocação normal de outros produtos exportáveis, além do café, entre os quais avulta o algodão paulista, cuja safra, a maior de todos os tempos, está hoje escoada com a mais absoluta normalidade.

É preciso não perder de vista que apenas em relação ao café do Brasil pode influir nos mercados mundiais. As cotações internacionais de algodão não estão sujeitas, mesmo remotamente, à posição das exportações brasileiras. Uma cotação mais alta do valor moeda nacional teria criado verdadeiro impasse a tais exportações, como mais baixa provocaria novas e indesejáveis quedas nas cotações externas do café. Nada impedirá, entretanto, que se mudarem as

condições gerais dos mercados e melhorarem as nossas circunstâncias, sejam introduzidas as modificações que a experiência indique, nessa oportunidade.

Persistem, como se vê, as razões de ordem financeira que nos levaram a suspender os pagamentos da dívida externa fundada. As disponibilidades apenas bastam à satisfação dos compromissos urgentes. O governo continua disposto, entretanto, a examinar com os interessados qualquer esquema prático, que beneficie os nossos credores e atenda aos interesses da economia nacional.

Nova política do café

A vida econômica de um país apresenta a complexidade e a interdependência de uma difícil partida de xadrez. A mudança de uma pedra modifica por completo todos os lances futuros, originando combinações novas.

O nosso mais importante movimento, no ano último, foi o do café. A atitude do governo, a partir das medidas de 3 de novembro, trouxe modificações profundas e a necessidade de medidas colaterais, que vão sendo tomadas de acordo com as circunstâncias.

Em fins de 1937, a situação revelada pelas estatísticas mostrava a necessidade de agir imediatamente, de modo que se evitasse a contração progressiva da nossa exportação. O mês de fevereiro desse ano registrará a cifra mais baixa de exportação, ficando aquém de 1.000.000 de sacos – precisamente 921.947. Os meses seguintes não alteraram a situação. Em junto, o ano agrícola

foi encerrado com uma redução de 2.313.661 sacos, isto é, vendemos para o exterior 12.257.881 sacos nos doze meses de 1936/37, quando o montante de 1935/36 fora de 15.571.542 sacos.

Salvo o ano de 1932/33, em que o porto de Santos esteve fechado por um trimestre, nunca se registrara, desde 1926/27 tão fraca exportação. Em junto de 1937, atingimos o recorde da queda de exportação: 735.595 sacos apenas.

Era preciso abandonar a política de preços, diminuir as taxas cobradas e promover, por todos os meios, o aumento das exportações.

Tomaram-se, então, as medidas conhecidas e, na sua vigência, os resultados estão em perfeito acordo com as previsões mais otimistas. Enquanto nos dez primeiros meses de 1937 exportamos 9 milhões e 800 mil sacos, em igual período do ano corrente os embarques atingiram 14 milhões e $\frac{1}{2}$, ou seja, mais 48% do que anteriormente. Também a nossa contribuição para o mercado mundial aumentou de 33% em comparação com o período de 1937.

Nada devemos temer. Afastamos dos mercados a concorrência, garantimos o escoamento da produção de modo a não haver sobras na safra próxima, e melhoramos os preços de venda, internamente. Enquanto nos últimos anos da valorização o lavrador recebia preços médios de 45\$ a 70\$, atualmente prevalecem cotações de 55\$ a 120\$ por saco, de acordo com a qualidade. Agora, tentamos, com êxito, a ampliação dos mercados. Esse é, aliás, um ponto básico. Não é preciso acentuar muito que há enormes mercados potenciais ainda não trabalhados, e que, se verificarmos a extensão das áreas e o

consumo per capita, encontraremos margem para colocar toda a produção nacional, no nível em que se encontra. A questão é de propaganda bem dirigida nos países que já consomem o nosso produto, por forma a aumentar-lhe o consumo, comércio direto com os países que recebem a nossa mercadoria por intermédio de outros e obtenção de tarifas convenientes aos que o sobretaxam. Dos três aspectos cogita o governo. Aliás, a nossa revisão geral de tratados terá em mira esse objetivo.

Não pretendemos entrar em guerras tarifárias, mas temos de exigir tratamento consentâneo para a nossa produção. Venho, desde muito tempo, observando as anomalias a corrigir. De certo, o nosso comércio exterior terá de sofrer modificações; não será tolerável, por mais tempo, que países aos quais fazemos grandes aquisições deixem de compensar a nossa balança comercial. Conduzimo-nos habitualmente com justiça, procurando manter boas relações com os povos civilizados, sem preferencias de ordem ideológica ou política. Não devemos aceitar, portanto, discriminações que prejudiquem os interesses legítimos da economia nacional. Se formos forçados a adotar uma política rígida de reciprocidade – comprar a quem nos compra – não nos caberá culpa.

Moeda e aparelhamento bancário

Houve, até aqui, necessidade imperiosa de aumentar o volume da moeda fiduciária. O aparelhamento bancário ainda incompleto, carecendo de maior

agilidade, em contraste com a extensão do país, determinava dificuldades de numerário consequentes de uma circulação muito lenta.

Aliás, sempre tivemos a convicção de que, em matéria de política monetária, não é possível ser, a rigor, inflacionista ou deflacionista. As circunstâncias efetivas, as etapas do potencial econômico de cada país, obrigam a esta ou aquela prática.

No nosso caso, a oportunidade parece aconselhar o saneamento do meio circulante, pela deflação.

Essa afirmativa decorre da observação empírica dos fatos de ordem financeira. Estamos ainda na situação de quem calcula a hora olhando para o sol. Falta-nos o instrumento próprio para esse fim, que é o regulador das enchentes e vazantes da moeda.

Refiro-me ao Banco Central. Só este órgão apropriado pode determinar, com maior segurança, o momento oportuno para passar de uma a outra política monetária, ambas aconselháveis, ambas aceitáveis, segundo o panorama geral das relações econômicas.

Não creio haver exagero dizendo que o aparelho bancário é a chave industrial do sistema econômico e que nenhuma ordem duradoura e efetiva pode ser estabelecida, sem uma direção firme neste setor da vida do país.

Os bancos centrais exercem uma influência dominante como controladores do volume de moeda e crédito, e por consequência dirigem o movimento dos preços e o fluxo e refluxo da atividade industrial. Os bancos

comerciais, pela concessão ou recusa de crédito a particulares, podem decidir da sorte de determinadas indústrias, aumentar umas ou sufocar a expansão de outras.

Tomemos um exemplo capaz de concretizar a nossa asseveração. Nenhum banco estrangeiro funcionando no Brasil terá interesse em amparar uma indústria que venha concorrer com as similares do país de origem. Assim, contrai-se o crédito num sentido, deixando-nos tributários da importação, enquanto se dilata noutro, determinando superprodução e os fenômenos correlatos.

Qualquer restrição no volume total de crédito de um país significa, automaticamente, diminuição da produção, queda de preços, ou esses dois fenômenos simultaneamente. Só os bancos centrais, expandindo ou contraindo o volume de moeda e crédito, podem atender, a um tempo, a ordenação das explorações econômicas e as flutuações das trocas internacionais. Cresce de vulto essa necessidade quando se estabelecem as bases de economia planificada, tal como é propósito atual do governo.

Nacionalização e especialização do crédito

O assunto comporta outras considerações. A Constituição determinou que se procedesse à nacionalização dos bancos, e o governo estuda a maneira de o fazer, com a brevidade possível.

De certo, não conviria à situação econômica do país aplicar apressadamente o princípio. Não se trata, no caso, de medida de caráter político, visando a impedir o afluxo de capital estrangeiro ou fazer discriminação com o que está no Brasil. o objetivo da nacionalização só pode ser o de aproveitar, em função do nosso engrandecimento, todas as colaborações realmente produtivas. O que se visa, na verdade, é coibir certas práticas nocivas, evitando, em proveito da economia estrangeira, exploração de capitais brasileiros.

Há, ainda, outro aspecto que merece especial atenção: – é o das especializações de rótulo, que não correspondem à realidade das transações. São numerosos os bancos que se apresentam como agrícolas ou hipotecários e nenhuma transação desse gênero realizam, atendo-se ao giro de capitais a prazo curto, dentro das normas dos bancos comerciais. Resulta daí uma concorrência prejudicial aos verdadeiros bancos comerciais, enquanto outros setores do crédito ficam desamparados.

A norma das especializações é, entretanto, das mais necessárias, e nisto deve haver maior rigidez. Por outro lado, o próprio governo poderá conceder vantagens e privilégios especiais àquelas organizações que venham, efetivamente, ao encontro de necessidades reais do mercado de crédito. Não temos, até agora, nenhum estabelecimento especializado de crédito industrial e os de crédito agrícola e hipotecário só por exceção operam na sua especialidade. É preciso corrigir, quanto antes, semelhantes anomalias.

Companhias de seguros

Muito se tem discutido acerca da nacionalização dos seguros contra todos os riscos. A medida, posta em foco desde 1934, foi consignada de forma expressa na Constituição e vai, afinal, ter execução.

O órgão administrativo a que se acha atribuído o assunto, isto é, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, baixou, no princípio do ano, uma circular fixando as novas condições de funcionamento, e dando às companhias existentes normas gerais para se adaptarem aos princípios estabelecidos. Falta, agora, legislar em definitivo e marcar o prazo para essa adaptação. O anteprojeto respectivo está elaborado, sofrendo os últimos retoques, e deverá ser posto em vigor sem maiores delongas. Aliás, isto é uma necessidade, tanto mais que os próprios interessados precisam sair da situação de expectativa em que se encontram.

A criação do Instituto do Resseguro, órgão de controle indispensável ao bom funcionamento da indústria, completará as medidas governamentais, e possibilitará, certamente, maior expansão aos negócios, dando-lhes bases mais equitativas, evitando a concorrência e regulando a distribuição dos riscos.

Aquisição de ouro

A aquisição de ouro continua a ser feita com toda a regularidade.

Novas instruções regulamentaram o pagamento da equivalência de ouro entregue ao Banco do Brasil nos mais afastados recantos do país, de forma a não ficarem sujeitos os compradores autorizados às delongas resultantes das análises na Casa da Moeda. Dado o preço e as facilidades estabelecidas, nenhum motivo ou interesse têm os portadores do ouro para contrabandeá-lo ou deixar de vendê-lo ao governo.

Não se limitou, entretanto, a tais medidas a ação governamental.

Estudamos atualmente um plano de auxílio direto aos faiscadores por intermédio das agências do Banco do Brasil e subagências. As facilidades de crédito os estimularão, concorrendo para aumentar a produção e, portanto, as aquisições.

O estoque de ouro, nos depósitos do Estado, até 5 deste mês, era de grs. 29.134.074,646.

Moratória da lavoura

Sabidamente, há setores de opinião e grupos de interesses menos satisfeitos com as sucessivas prorrogações dessa medida. Parece a esses interessados, que o governo poderia ter resolvido o assunto com maior presteza.

Enganam-se, entretanto, visto que apenas olham uma face do prisma. Agindo com cuidado, estudando miúda e detidamente cada aspecto da questão têm-se como escopo conciliar os interesses em jogo.

Os sacrifícios do Reajustamento Econômico não podem, de modo algum, ser repetidos. O financiamento pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil vai resolvendo parcialmente a situação. Os que tinham crédito sadio, e utilizaram as indenizações do reajustamento na liquidação dos seus débitos, certamente encontraram facilidades bancárias. Os elementos aventureiros, que os há na lavoura como em todas as profissões, talvez não possam resistir facilmente aos efeitos da crise. Temos, por conseguinte, de encontrar outras fórmulas consentâneas com a situação econômica do país. De qualquer maneira, não será aconselhável tomar medidas unilaterais que, beneficiando apenas alguns devedores insolváveis, que o próprio reajustamento não salvou, resultem prejudiciais ao crédito geral.

É preciso, portanto, aceitar os fatos tais como se apresentam. As medidas de emergência são quase sempre de resultados falhos. Mantê-las, equivale, muitas vezes, a renovar o mal que se teve em vista remediar. No caso, a solução conveniente só poderá resultar da conciliação dos interesses dos financiadores-credores e dos agrários-devedores. O governo não deixará de adotá-la, assim que seja possível chegar a um ajustamento definitivo, capaz de atender às dificuldades, em lugar de agravá-las.

As sugestões que se apresentam, aqui e ali, são geralmente unilaterais e de alcance parcial. Impõe-se considerar, também, os interesses gerais, colocando o problema acima do círculo restrito dos credores e devedores.

Não seria desacertado, por isso, pensar numa organização colonizadora que adquirisse as propriedades definitivamente insolváveis, para subdividi-las. Aliás, pelo menos no que se refere especialmente à lavoura do café, isso seria de ótimos resultados, porque impulsionaria o aumento da produção dos cafés finos, provenientes do pequeno produtor, que procura vantagens de qualidade, enquanto o latifundiário pretende benefícios da quantidade.

As circunstâncias gerais parecem propícias à ampliação do crédito. Se bem que o Banco do Brasil haja atendido, de forma apreciável, ao financiamento de safras, tendo emprestado à lavoura mais de 50 mil contos nos sete primeiros meses do ano, é propósito do governo ampliar as possibilidades da sua Carteira Agrícola e Industrial, aumentando os fundos de que dispõe, pela mobilização dos capitais das caixas e institutos de aposentadorias e pensões. Aliás, nesse particular, o governo ultima os estudos da lei de aplicação dos fundos sociais, por forma a servirem imediatamente à economia nacional, com rendimento apreciável e o máximo de segurança.

Capital e braço estrangeiro

A propósito, devemos aludir a opiniões equivocadas que se costumam apresentar relativamente à nossa situação em face do braço e do capital

estrangeiros. Tem-se afirmado, levianamente por certo, que o governo do Brasil impede ou dificulta a entrada das reservas financeiras que procuram, entre nós, aplicação remuneradora. Não é verdade. Aquilo de que fazemos questão e temos direito de o fazer, é que os capitais aqui invertidos não exerçam tutela sobre a vida nacional, respeitem as nossas leis sociais e não pretendam lucros exorbitantes, próprios das explorações coloniais ou semicoloniais. Preciso é reconhecer que o Brasil não se enquadra nessa classificação, não obstante a sua condição de país novo, apto a absorver a contribuição econômica dos países de velho capitalismo.

Só nos pode interessar, sem dúvida, a inversão de recursos financeiros. Queremos, porém, que eles se fixem e produzam, enriquecendo os seus possuidores, mas também enriquecendo a nossa economia. Os capitais cuja renda emigra totalmente são um instrumento passivo e, às vezes, negativo na marcha do progresso nacional. Como tais, podemos classificar os que se limitam a recolher juros e dividendos, que oneram permanentemente a balança de pagamentos.

Quanto à política demográfica, não fazemos discriminações, limitando-nos a regular, de acordo com as nossas conveniências, a entrada e a direção dos contingentes de povoamento. O imigrante tem de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes. Assim como procuramos destruir os excessos regionalistas e o partidarismo faccioso dos nacionais, com maior razão temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de

dissensões ideológicas ou raciais. A recente Lei de Imigração assegura certamente esses objetivos, sem prejudicar, com exigências de outra ordem, a entrada de trabalhador estrangeiro no país.

Não queremos, ainda, deixar passar o ensejo para dizer que devemos agir com prudência na escolha de elementos povoadores. Carecemos de agricultores e técnicos industriais. A esses elementos de trabalho não será dificultado o acesso ao país.

Colonização interior

Tem faltado ao Brasil, até aqui, política demográfica consequente e firme. Promover a imigração, fixar colonos e estabelecer normas do povoamento eram assuntos fora de cogitação, mesmo teórica. Fazia-se, quando muito, a imigração ocasional para explorar certas fontes de riquezas naturais favorecidas pela alta dos preços nos mercados consumidores de matérias-primas. E a direção e utilidade de tal movimento resultavam quase sempre precárias, entre outras razões porque aos Estados assistia o direito de regular a matéria como melhor lhes parecesse.

Os efeitos dessa falta de orientação afetam hoje, de maneira significativa, vida nacional, trazendo prejuízos apreciáveis à economia geral. Há, seguramente, aspectos da distribuição das nossas populações que reclamam corretivo. O deslocamento só deve fazer-se para as zonas férteis e produtivas, que permitam a estabilidade dos contingentes humanos, mediante a entrega de

tratos de terra onde as culturas se façam com mais seguro rendimento. A melhor situação econômica não coincide, como é sabido, com os núcleos de maior densidade demográfica, demonstrando isso, portanto, que há defeitos do sistema de produção a corrigir. O deslocamento de mão de obra é feito sem método, por processos francamente rotineiros e mesmo nocivos.

O governo irá, sem perda de tempo, e visto já estar em funcionamento e trabalhando com eficiência o Conselho de Colonização e Imigração, promover os meios de regular o assunto em relação às populações nacionais, criando, se necessário for, um serviço especial para promover o povoamento e organizar a exploração racional de faixas férteis do Centro e do Oeste, estabelecendo núcleos novos de expansão das nossas energias produtoras.

Indústrias nacionais e importações

Temos feito quanto possível para melhorar e ampliar a produção de fibras.

O plantio e cultura do algodão, com um desenvolvimento apreciável – a nossa exportação ultrapassou, em 8 meses deste ano, 100 milhões de quilos, quantidade nunca atingida anteriormente – melhoram de forma constante, e em breve o método de seleção das sementes e aproveitamento industrial dos subprodutos terão atingido o desejado nível de aperfeiçoamento.

Ainda persistem, em certas regiões, culturas rotineiras, que dão produto de qualidade inferior; mas os trabalhos técnicos e a fiscalização federal vão removendo, gradativamente, as deficiências e assegurando ao algodão brasileiro melhores cotações nos mercados mundiais. Dentro de alguns anos estaremos produzindo, em toda a parte, fibra selecionada, capaz de suportar qualquer concorrência.

Estuda-se, também, a aplicação de certas leis que poupem à nossa balança comercial pesadas verbas de importação, mediante a substituição da juta importada por outros tipos de embalagem, cuja matéria-prima seja de produção nacional. Não se justifica mais que a embalagem do algodão, para consumo interno principalmente, e os 18 a 30 milhões de sacos destinados ao café continuem a desfalcar a nossa economia. Devemos substituir, sem perda de tempo, a embalagem onerosa, adquirida a peso de ouro no estrangeiro, por outra aqui produzida e beneficiada. Os ensaios animadores que se vêm fazendo, desde o cultivo bem sucedido da própria juta na Amazônia até o emprego industrial de várias fibras indígenas – guaxima, hibisco e outras – mostram o caminho a seguir.

A matéria-prima estrangeira custa-nos, anualmente, mais de meio milhão de libras papel. Tão cedo possamos libertar-nos desse ônus, melhor. O governo não somente pretende adotar política consentânea com as nossas necessidades, no tocante à diminuição de importação do que podemos produzir, como procurará incentivar a utilização das numerosas espécies indígenas apropriadas.

Note-se a circunstância de já ter, em diversos documentos públicos, mostrado o firme propósito de dar rumo acertado às nossas importações. Em lugar de recebermos gêneros de alimentação e artigos industriais de imediato consumo, precisamos importar máquinas para fabricação de outras máquinas e amparar as indústrias de base.

Não pretendemos criar empecilhos ao comércio mundial, nem fazer autarquia econômica. Mas, o crescimento constante e seguro do mercado interno e do nosso aparelhamento industrial impõem que nos libertemos da situação perigosa de simples produtor de matérias-primas. Todo país agrário vende barato o que produz para adquirir por alto preço o que consome.

Compre-nos, pois, dirigir cuidadosamente a importação, controlar o que recebemos de modo sistemático, a fim de evitarmos a drenagem de ouro na importação de superfluidades. Aliás, essas medidas de modo algum virão prejudicar os nossos clientes. Haverá simples substituição de itens na balança de contas. Em lugar de artigos de luxo, importaremos locomotivas, caminhões, tratores, arados. Por esta forma incrementaremos numerosas indústrias no país, adquiriremos técnicas novas e desdobraremos a capacidade de consumo do mercado interno.

É essa a política econômica verdadeiramente construtiva, que de certo será levada adiante, dando ensejo a empregos excelentes de capital e ao maior desenvolvimento do nosso parque industrial.

Exploração de minérios

Venho insistindo, desde a entrevista de São Lourenço, na necessidade de explorarmos os produtos minerais.

A questão das nossas reservas de ferro, que tantas opiniões divergentes tem provocado, após o parecer do Conselho Técnico de Economia e Finanças, está merecendo meticoloso exame no Conselho do Comércio Exterior, incumbido de apreciar todas as propostas e sugestões até aqui apresentadas. Ultimados esses estudos, ficará o governo suficientemente esclarecido, por forma a deliberar definitivamente.

Não é este, entretanto, o único problema relativo ao aproveitamento das fontes de riqueza mineral. Dispomos de numerosas outras, e, o simples exame revela que, se compararmos os preços da tonelada importada com os da tonelada exportada de minérios, a diferença nos é favorável, sobretudo quando se trata dos considerados raros. As estatísticas são expressivas a esse respeito. No ano último, a exploração incipiente de bauxita, quartzo, mica, zircônio, titânio, rutilo, samarskite, monazita, níquel, cromo, chumbo e tungstênio, sendo inferior a 20.000 toneladas, produziu cerca de 120.000 libras ouro. Por outro lado, conhecida a carência de transporte, conclui-se que esses minerais podem suportar facilmente fretes altos e, tratando-se de volume reduzido e de valor alto, podem auxiliar de maneira apreciável o incremento das nossas cifras de exportação. Cogita, por isso, o governo de oferecer facilidades para explorações

remunerativas, enquanto recomenda ao departamento competente ativar as pesquisas dessas jazidas minerais.

O carvão e outros combustíveis

Tem sido preocupação constante do governo resolver os problemas do abastecimento de combustíveis, por forma a aproveitarmos todas as fontes existentes no país, pesquisando o subsolo em busca de novas jazidas ou ampliando a produção das já exploradas.

O Conselho Nacional do Petróleo, recentemente instalado, trabalha ativamente no seu setor. O Instituto do Açúcar e do Alcool promover com êxito a industrialização do álcool anidro e o seu consumo como carburante, enquanto o Ministério da Agricultura estimula, por diversos meios, o emprego do carvão vegetal nos veículos a gasogênio.

No que respeita ao carvão, as medias ultimamente tomadas, entre as quais avulta o aumento da quota de consumo obrigatório do produto nacional, vêm beneficiando grandemente a exploração das nossas jazidas. Basta referir que, de 1930 para 1938, a produção foi elevada de 200 mil a cerca de 1 milhão de toneladas. Os estudos recentes feitos pelos técnicos, de ordem do governo, estabelecem as bases de novas explorações e um sensível aumento do consumo, principalmente se conseguirmos utilizar o nosso produto no tratamento do minério de ferro. Já foram encomendadas as instalações necessárias ao beneficiamento e lavagem do carvão, e providencia-se a adaptação dos

aparelhos de queima nas ferrovias e empresas de navegação pertencentes ao Estado.

Até o ano corrente, a importação de carvão de pedra ultrapassou, em valor, a um milhão de esterlinos-ouro. Se conseguirmos, dentro dos três anos próximos, duplicar a nossa produção, acrescer o consumo de álcool-motor, e iniciar a exploração do petróleo na Bolívia, na conformidade do tratado ratificado com esse país amigo, teremos conquistado a independência em matéria de combustíveis – problema que assume o mais alto relevo, não só pelo alívio que traz à nossa balança comercial como pelo que representa para a segurança e defesa nacional.

Legislação sobre minas e águas

No princípio do ano, tomou o governo as medidas complementares que julgou acertadas acerca da pesquisa, lavra e comércio de petróleo em todo o país. O novo capítulo do Código de Minas trouxe, como era de prever, a necessidade de um órgão permanente para definir e estabelecer as normas de trabalho nessa indústria. O Conselho Nacional do Petróleo, em pleno funcionamento, vem dando os melhores resultados e ajustando os interesses eventuais dos indivíduos aos da defesa permanente do patrimônio coletivo. Quando outros resultados maiores e mais imediatos não houvesse, bastaria a certeza de que o nosso país não se tornará, devido à legislação recente, campo de luta entre os trustes mundiais que se digladiam pela conquista de reservas e mercados.

Estudam-se, agora, com toda atenção, as leis necessárias à garantia da nossa força hidráulica. O Código de Águas será uma obra de defesa dos interesses nacionais legítimos, visando a impedir o que ocorre em tantos outros países, onde as fontes de energia hidráulica, enfeudadas a capitais privados e monopolizadores, acabam por causar danos graves, impedindo o desenvolvimento das indústrias e sujeitando o povo a verdadeiras exações.

Não pretende o governo, por certo, hostilizar os capitais invertidos nessas explorações; quer, apenas, prevenir abusos e dar oportunidade a que o poder público não se veja, mais tarde, diante de questões extremamente delicadas, resultantes dos monopólios e combinações dos grupos financeiros ávidos e poderosos.

Organização administrativa

Como já foi apurado na Conferência dos Secretários de Finanças dos Estados, realizada sob os auspícios do Conselho Técnico do Ministério da Fazenda, há muito que ordenar e padronizar, em matéria de administração. E. não somente isto, como impulsionar a arrecadação e baratear a captação dos tributos. De um modo geral, contam-se graves defeitos de organização dos Estados. O gravame das verbas pessoais nos orçamentos é excessivo; e, por outra face, torna-se mais complexa a administração com uma estrutura que não corresponde absolutamente à simplicidade de vida econômica, reduzida, na maioria dos casos, à produção agrícola rudimentar e à criação de gado.

Certos aspectos, então, reclamam atenção imediata.

Tenho como assentado reunir, o mais breve possível, os Interventores de todos os Estados para abordar o estudo prático dessas questões e resolvê-las sem perda de tempo.

Quando Presidente do Rio Grande do Sul, pedi à Assembleia dos Representantes uma lei, que foi aprovada, condicionando a existência dos municípios a um mínimo de renda. Dadas as condições gerais do Estado, esse mínimo de renda foi de 200 contos de arrecadação anual. Seguramente, é preciso ter em conta a situação peculiar de cada Estado. Muitos não poderão suportar esse limite. É imperioso, entretanto, tornar mais barata e eficiente a administração pública, promovendo-lhe o ajustamento da base para o alto, isto é, desde os núcleos municipais aos grandes departamentos nacionais.

Na esfera da União, o Departamento Administrativo do Serviço Público continua a realizar, com proveito, as tarefas que lhe foram atribuídas, procurando eliminar a rotina burocrática, tornar mais rápido e barato o serviço, padronizar o material, lotando convenientemente as repartições e uniformizando a legislação.

O Nordeste e as secas

Não há exagero em afirmar que só após a Revolução de 30 foi atacado, com pertinácia e método, o problema das secas no Nordeste. No período

presidencial do Dr. Epitácio Pessoa, houve louvável esforço em tal sentido, logo abandonado pelos seus sucessores. Até então não saíra ele do terreno das experiências e discussões técnicas, nos períodos bonançosos, e do clamor jornalístico, nas fases agudas da calamidade. A irrigação fora tentada num caso único: – o do açude de “Cedro”, iniciado em 1884, e concluído em 1906. A sua capacidade, entretanto, ficava em 1.000 hectares. Os demais, concluídos até 1930, constituíam apenas reservatórios, de utilidade por isso mesmo reduzida. Em 1931, completou-se o projeto de aproveitamento de alguns cursos de água, nos três Estados mais atingidos pelo flagelo: – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O plano total prevê, nas várzeas dos Rios Piranhas, Assú, Jaguaribe e Acaraú a irrigação de 145.000 hectares de excelentes terras.

Ao lado dessa obra, outros trabalhos vão sendo realizados, como seu complemento indispensável: – poços tubulares, para fornecer água aos gados e às populações, estradas de rodagem, de que até o ano findo estavam concluídos 3.700 quilômetros, constituindo uma rede que assegura o movimento das populações em caso de flagelo.

Quanto às despesas da União, já somam mais de meio milhão de contos em sete anos.

Continuando, com afinco, as grandes obras, põe-se em prática um programa cultural capaz de fixar as populações. A par dos trabalhos materiais, cuida-se de ensinar uma agricultura mais adiantada, de melhores resultados, e o cultivo das pequenas lavouras, das hortas e pomares, que vinculam profundamente o homem à terra. Os postos de maquinaria agrícola dão ao

lavrador perspectivas novas, ensinando-lhe os métodos de economia do solo e da energia humana. Os trabalhos até agora realizados, de açudagem, irrigação e reflorestamento, evidenciam os bons resultados colhidos pelos núcleos prósperos que aí se formaram e desenvolvem de maneira crescente.

Baixada Fluminense

Adiantados como estão os importantes trabalhos de engenharia hidráulica ali empreendidos, estuda-se o problema da apropriação econômica dessa extensa zona, cujo cultivo corresponde a uma das maiores necessidades da Capital Federal: – a criação de centros de abastecimento que lhes sejam contíguos. O departamento próprio intensifica os serviços de higiene rural, e já está sendo feita, em parte da extensa zona de 17 mil quilômetros quadrados, a colonização experimental.

Há, entretanto, um obstáculo a que o poder público fará face com toda energia: – é apropriação dos grileiros. A expressão é por demais conhecida. Trata-se de falsos proprietários que exploram, de maneira desordenada, a terra, fazendo o deserto, pela devastação vegetal, e revendo a gleba desnudada para a criação de gado, de maneira dispersiva, sem benfeitorias nem qualquer espécie de aproveitamento racional. Há indivíduos que, por meio de títulos falsificados e da posse ilícita de terras de domínio público, usufruem verdadeiros latifúndios de 2 e 3 mil alqueires. Já está em andamento a legislação apropriada para expelir os exploradores, legalizar a situação dos pequenos posseiros que

cultivam a terra e de devolver à União essas grandes áreas, que, convenientemente loteadas, serão redistribuídas aos pequenos lavradores. Constitui obra de moralidade administrativa e utilidade econômica reivindicar essas glebas, transformando-as, além do mais, numa espécie de laboratório de experiência das culturas agrárias e da qualidade dos elementos colonizadores.

A tarefa já está iniciada. O Rio de Janeiro, que recebe de zonas distantes o leite e as hortaliças, o primeiro de diversos pontos do Estado do Rio e Minas, e os legumes principalmente de Mogi-Mirim, terá na extensão do Núcleo Colonial de Santa Cruz o foco irradiador da pequena lavoura. Barateia-se a vida urbana, melhora-se a alimentação do trabalhador e deixa-se ao transporte de outras mercadorias o material ferroviário ora reservado ao transporte dos gêneros de alimentação de quase 2 milhões de almas. Necessário é não esquecer os perigos a que fica exposta uma grande cidade com o seu abastecimento dependente de pontos afastado, com ligações quase exclusivamente ferroviárias. Quaisquer anormalidades, a interrupção temporária do transporte único, podem originar situações difíceis e desagradáveis, em matéria de suprimento de gêneros de primeira necessidade.

A conclusão do programa que se traçou o governo, tendo em vista os interesses da população da nossa capital, eliminará os inconvenientes apontados.

Medidas de assistência social

O governo, no desdobramento do programa de previdência social que se traçou desde 1930, amparou todas as classes de trabalhadores, faltando apenas a dos agrários, cuja solução se estuda com interesse. Deu-lhes, através de organizações próprias, aposentadoria por invalidez e velhice, e pensão à família em caso de morte. Cumprida, de maneira auspiciosa, esta primeira parte, vai ampliar os serviços de assistência social já iniciados em muitos institutos existentes. Esses serviços, bem distintos dos primeiros, serão custeados pelos interessados com o mínimo de remuneração.

Nas reservas das instituições de previdência encontrará o governo meios pecuniários para resolver o problema em larga escala. A habitação e a alimentação – elementos essenciais à vida – serão objeto de grandes iniciativas, de forma a beneficiar o maior número de empregados.

Por outro lado, é de esperar que os industriais ofereçam assistência apropriada aos seus operários, não apenas nos casos comuns de moléstias infectocontagiosas, mas de modo especial, promovendo meios para alimentá-los, ensinando-lhes princípios de higiene e combatendo a desnutrição, o que redundará em benefício da produtividade geral.

O lar do trabalhador

As casas operárias, construídas pelas Caixas e Institutos em vários Estados, ainda são em pequeno número e de preço elevado, em relação às posses dos empregados.

Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas onde se tornarem aconselháveis, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se leve em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais diretamente ao produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa.

Cogita o governo, também, de permitir, pelo Instituto dos Industriários, o financiamento de casas a serem construídas nos terrenos das próprias fábricas, mediante condições vantajosas para os industriais, com a condição de só os alugarem aos operários e por preços módicos.

Alimentação popular

Nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, o operário não pode almoçar em casa, de onde sai ordinariamente, com o nascer do sol, a fim de alcançar o início do trabalho nos centros industriais.

À hora do almoço, ou recorre às casas chamadas de pasto, onde tudo é desagradável, a começar pelo ambiente, ou come frio, e às vezes de pé, um simulacro de almoço, preparado às pressas, na véspera à noite, em casa.

A subnutrição, além de baixar o rendimento do trabalho, é a causa de uma série de doenças, sobretudo da tuberculose, que tantos valores rouba anualmente ao Brasil.

Este importante assunto será abordado por diversas formas, simultaneamente. Uma delas consistirá na construção de restaurantes populares, higiênicos e confortáveis, dotados de câmaras frigoríficas, em pontos da cidade onde haja maior concentração operária. Cada unidade comportará 5.000 refeições diárias, 2.000 servidas no próprio local e 3.000 nas fábricas, por meio de caminhões térmicos. A refeição será fornecida a preço do custo, acrescido de cerca de 150 réis, para remuneração do capital de instalação. Em cada restaurante fabricar-se-á o pão necessário ao consumo diário, de forma a ser consumido fresco e barato, juntamente com o almoço. Nas fábricas serão preparados refeitórios, com instalações desmontáveis ou permanentes, conforme o espaço de que dispuser cada uma. Os empregadores que desejarem fazer instalações completas poderão dispor do capital necessário, a juro baixo e prazo longo.

Com o maior interesse venho acompanhando esses estudos, já muito adiantados, e espero, dentro de pouco tempo, ver transformada em realidade essa importante iniciativa de assistência social.

Barateamento da vida

Dentro dos princípios conhecidos de amparo aos setores mais desprotegidos da população, tem o governo assentado o método de luta contra toda espécie de açambarcadores e intermediários, cuja intervenção encarece os gêneros de primeira necessidade e dificulta a vida das classes trabalhadoras.

As primeiras iniciativas consistem na criação de entrepostos que facilitem a entrega ao consumo e à fiscalização do poder público. O Ministério da Agricultura está construindo o entreposto do peixe; virão depois os de carnes e frutas, leite e ovos.

Além das providências de caráter puramente administrativo, vem o governo se interessando pelo aumento da produção nas zonas vizinhas, como as de Santa Cruz e Baixada Fluminense. O Ministério da Agricultura, o Prefeito e o Presidente da Caixa Econômica, incumbidos por mim, tiveram, a respeito, diversos entendimentos. O Conselho Administrativo da Caixa Econômica já resolveu promover, pelos meios mais indicados, o financiamento da lavoura no Distrito Federal.

A iniciativa dos entrepostos e as medidas de fiscalização e tabelamento não bastam, certamente, para assegurar o barateamento dos gêneros de primeira necessidade. É preciso que a população coopere com as autoridades, prestigiando-as e denunciando os abusos dos açambarcadores.

A recente lei acerca das cooperativas, desligando-as da tutela dos sindicatos profissionais, facilita, por outro lado, a formação de associações com

interesses restritos ao campo econômico, e capazes de produzir os melhores resultados. O que desejo, porém, acentuar aqui é a conveniência de estender a organização cooperativista. O governo, naturalmente, poderá ir ao encontro das necessidades gerais, nesse particular, mas a iniciativa cabe aos interessados imediatos. Concito-os, pois, a se organizarem, certos de contar com o apoio do poder público para as realizações que tenham em vista.

Amparo à economia popular

Tenho verificado, com evidente satisfação, o crescente aumento dos depósitos nos estabelecimentos de crédito popular.

As Caixas Econômicas Federais ampliam cada vez mais as suas operações, concorrendo para a melhoria das construções urbanas e auxiliando o desenvolvimento industrial do país. Por outro lado, o funcionamento dos institutos de pensões e aposentadorias, em franco progresso, entremostra o que será, de futuro, a nossa obra de amparo ao trabalho e ao trabalhador.

Tanto a forma espontânea como a obrigatória de acumulação se equivalem pelos resultados animadores que vêm apresentando. É preciso estimular a primeira, a fim de que o senso de previdência se incorpore definitivamente aos hábitos dos brasileiros. Não temos o espírito de economia desenvolvido como os povos da velha formação, mas vamos progredindo, e dentro em breve, o hábito de poupar se estenderá a todas as camadas.

O que, entretanto, está merecendo cuidadosa atenção do governo é a salvaguarda do pecúlio popular. Não há muito, registraram-se desvios de valores, com prejuízo para milhares de pessoas confiantes, que resguardavam uma pequena parte dos seus ganhos, adquirindo títulos de empréstimos populares. A legislação comum é excessivamente benevolente para esses fraudadores dos bens do povo.

Devemos, em breve, fazer decretar leis mais previdentes, pondo em execução, aliás, o prescrito no art. 141 da Constituição, para punir os culpados de tais desvios. O dinheiro do povo, empregado como economia, deve ser tão sagrado como o dinheiro público. Faz-se mister uma legislação e justiça especiais, tornando mais rigorosas as penas dos que atentarem contra o dinheiro da Nação e o dinheiro do povo.

Serviço de estiva

Tendo o governo recebido reclamações de que o excessivo custo da estiva nos portos estava dificultando a exportação, resolveu examiná-las e mandar proceder ao estudo dos salários pagos aos estivadores. Verificou-se, em consequência, não ser o salário recebido pelo estivador que onera a exportação, a ação dos intermediários e o regime de trabalho decorrente dessa interferência.

Como os contratos com os intermediários são feitos, em geral, na base de tonelagem, incluídas as despesas portuárias, e a estiva é paga por dia e hora, sujeitos a toda sorte de extraordinários, não foi possível precisar a diferença

entre o que é cobrado como pagamento do serviço e o que recebem realmente os estivadores. Por meios indiretos, absolutamente seguros, pode-se verificar, por exemplo, num dos maiores portos do país, um aumento de mais de 100% entre o preço pago por tonelagem ao estivador e cobrado dos armadores.

Em alguns portos, porém, vários serviços já são executados diretamente, isto é, sem intermediários, como no de Santos, a estiva de banana. Segundo informações do Sindicato dos Agricultores de Bananas de Santos, a exportação, no período de 29 de junho a 15 de julho do corrente ano, foi de 80.288 cachos, custando a estiva apenas 173 réis por cacho, enquanto que, no porto desta capital, onde não é adotado esse sistema, o preço cobrado excede, algumas vezes, ao seu valor, o que motivou a paralização completa da exportação dessa fruta.

Semelhante situação estava a exigir uma providência por parte do poder público. O projeto de decreto-lei que mandei elaborar, e está sendo examinado cuidadosamente, estabelece que os contratos sobre serviços de estiva sejam celebrados entre as partes diretamente interessadas – armadores e trabalhadores – na base de tonelagem, cubagem e unidade, desaparecendo todo e qualquer serviço extraordinário. Com esse regime de trabalho, a estadia dos navios nos portos diminuirá, no mínimo, de um terço, o que significa um aumento para a nossa frota.

Nos portos não aparelhados, onde o serviço é feito por alvarengas, e desde que atuais proprietários não desejem mantê-lo, será criada uma Caixa Portuária, cuja administração caberá ao governo. Essa Caixa poderá desapropriar, por

utilidade pública e nos termos da lei, o material fixo e flutuante a ser empregado pelos trabalhadores de estiva.

Codificação do Direito Nacional

O Ministério da Justiça, cumprindo determinações do governo, incumbiu alguns juristas de nomeada e conhecidos professores da revisão e atualização dos nossos corpos de leis.

Três deles, a saber, o Código Criminal, o do Processo Penal e do Processo Civil e Comercial já saíram das mãos de seus autores e estão passando por uma revisão final. Depois de sujeitos, como é natural, ao reparo crítico dos entendidos e técnicos, magistrados e advogados, serão postos em vigor.

Quanto ao Código Civil, está sendo revisto, para atualização e ampliação dos seus dispositivos.

Em matéria de legislação comercial, não é possível, entretanto, sem o risco de fazer obra precária, de pequena duração, decretar um corpo orgânico de leis fundamentais. Estuda-se, apenas, uma consolidação, por forma a estabelecer bases para o futuro Código Comercial Brasileiro.

Educação nacional

Entre os temas a serem debatidos na Conferência Nacional dos Interventores, avulta pela sua significação, o que diz respeito à entrosagem do aparelhamento do ensino. Nas circunstâncias atuais, divididos os encargos e sem ligação orgânica os aparelhos de direção, cada administração local distribui, da maneira que melhor lhe parece, pequena porcentagem das rendas para a educação. Predomina, nuns casos, o cuidado pela simples alfabetização, enquanto noutros a atenção dos poderes públicos é dirigida para outros setores.

Deveremos, agora, combinar e iniciar a execução de um programa verdadeiramente adaptado às peculiaridades regionais, tomando-se por base o censo da população em idade escolar para a distribuição justa das verbas orçamentárias, a unificação dos métodos de ensino no sentido de dar-lhe feição nitidamente nacionalista, e uma conjugação completo de esforços da União, dos Estados e Municípios, com o fim de tornar obrigatório em realidade, e não como princípio apenas, o ensino primário.

Quanto ao ensino profissional, manteremos firmemente o plano iniciado de organização de uma rede nacional de estabelecimentos do 1º e do 2º graus, em condições de prepararem bons técnicos, insistindo-se, ao mesmo tempo, junto às empresas industriais, pela criação de escolas de ofícios, onde os filhos dos operários e os próprios trabalhadores adquiram habilitação conveniente e proveitosa. O progresso do país depende, em grande parte, da preparação profissional e, por isso, se faz necessário difundi-la o mais possível.

Além disso, é indispensável dar a máxima extensão à campanha de alfabetização do povo, não somente na infância como em todas as idades. Com os instrumentos próprios de educação extraescolar, hoje tão eficientes – cinema, teatro, esportes – será possível levar-se a todas as populações do Brasil o culto da Pátria e das suas tradições mais gloriosas.

Aliás, a reforma do serviço militar terá em vista esse importante objetivo, ajustando à tarefa educacional os contingentes militares de todo o país.

De cada recanto do nosso território surgirão, estou certo, auxiliares e colaboradores dessa obra grandiosa, diretamente ligada ao engrandecimento da Nação.

Cultura cívica e preparação militar

As disposições patrióticas das forças armadas, que se empenham a fundo na manutenção da ordem e da lei, fechando os ouvidos às atoardas facciosas para cuidarem exclusivamente a preparação profissional e do aumento de eficiência da nossa capacidade defensiva, têm encontrado, de parte do governo, completo apoio material e moral.

Não somente há elevação do nível de instrução especializada, como cresce o número de técnicos industriais, hoje indispensáveis ao preparo dos nossos soldados de terra e mar.

Os Estados-Maiores e o Conselho de Segurança Nacional trabalham ativamente, dispondo de todos os elementos indispensáveis ao êxito das suas tarefas. Intensificam-se os serviços de aparelhamento das nossas indústrias bélicas, a fim de podermos prescindir, em futuro próximo, de importação de materiais relacionados com a defesa nacional, o que aumentará a nossa segurança e beneficiará a balança comercial, evitando a saída de ouro.

A par dessas iniciativas, estuda-se com carinho o modo mais prático de incrementar a educação cívica das novas gerações, organizando a juventude por forma a constituir reserva facilmente mobilizável, sempre que houver objetivo patriótico a alcançar.

O problema de assistência à infância

Já fiz ressaltar, no discurso do Dia da Independência, a imperiosa necessidade de proteger a infância e a maternidade e de eugenizar as nossas populações.

O povo brasileiro, dotado de tão excelentes qualidades, reclama apenas, para completo desenvolvimento das suas energias, um cuidado permanente pelas gerações novas.

Estuda-se, no momento, a possibilidade de organizar um Departamento da Criança, coordenador de todas as atividades nesse setor, ligado aos serviços de puericultura em todo o país.

As organizações locais vão, também, ser articuladas e ajustadas, de modo que, em lugar de dispormos apenas de pequenos serviços modelares nos grandes centros urbanos, possamos fazer obra de extensão, capaz de servir a todo o território nacional.

Bem observadas as circunstâncias gerais, mais do que recursos, propriamente, o que tem faltado, para solução desse problema, é direção técnica e sistematizada, em condições de transformar os esforços dos particulares e do poder público em instrumento seguro da preparação da infância e da juventude.

O Ministério da Educação e Saúde prepara, entretanto, o plano de ação a executar, e que será iniciado no ano vindouro.

Plano das atividades governamentais

Já não é novidade para a imprensa a notícia de estar o governo elaborando um plano das suas atividades, para um período não inferior a 5 anos, com o fim de assegurar-lhes maior rendimento. Alguns jornais anteciparam a iniciativa, no justificado afã de bem informar o público. Realmente, há vários meses, assentei com os meus auxiliares de governo as premissas necessárias à organização de um programa de trabalho, condicionado aos recursos financeiros disponíveis, para ter início no próximo ano.

A iniciativa não carece de explicações minuciosas para ser compreendida e apreciada no seu alcance prático. Qualquer pessoa, simplesmente interessada

no desenvolvimento do progresso do país, conhece os inconvenientes da falta de continuidade nas tarefas administrativas. Essa falta de continuidade é causa não só de desperdícios como de perturbações mais ou menos profundas na vida nacional. As iniciativas tomadas às pressas, de afogadilho, muitas vezes sem os recursos indispensáveis, estão destinadas a falhar. Outras, melhor orientadas, se interrompem e paralisam por falta de coordenação e espírito de ordem nos trabalhos projetados. Não precisamos citar exemplos. Eles são numerosos e conhecidos. Tudo resulta, afinal, em desconfiança para a ação do poder público, em perda de tempo, dispersão de esforços e gastos inúteis.

Afirmei, certa vez, que não posso, como Chefe de Estado, pensar profissionalmente, reduzindo a tarefa de governar a um único e determinado aspecto. Para os especialistas a equação do nosso progresso apresenta-se, geralmente, com uma só incógnita. Acreditam uns que, resolvido o problema da educação, teremos a solução de todos os problemas nacionais; outros concentram as preferências nos transportes e comunicações; ainda outros nas questões de saúde e assistência, de trabalho ou saneamento financeiro. A observação e a experiência convenceram-me que não há problema único, como não há pequenos problemas na vida de uma nação. Na realidade, quando não resolvidos de modo acertado e prático, são todos grandes. Por isso mesmo, afigura-se-me de absoluta necessidade ver, simultaneamente, o essencial e secundário, sistematizar e coordenar todas as atividades, dentro de um quadro geral de possibilidades, capaz de permitir realizações a prazo certo e resultados compensadores.

O que pretendemos fazer é simples. A distribuição equitativa dos benefícios da União é ponto capital de programa. Os recursos nacionais terão conveniente e justa aplicação, visando unicamente a satisfazer as necessidades mais prementes do país, sem preferências de zonas ou regiões. A cada setor administrativo corresponderá um programa de realizações com verbas próprias, antecipadamente previstas nos orçamentos comuns. No momento oportuno, divulgaremos o plano em estudos, mostrando como deverá ser executado.

Posta a iniciativa em prática, e verificadas as suas vantagens e repercussões, poderemos, então, cogitar de um esquema mais largo, de controle e direção das nossas forças econômicas, no sentido vertical, isto é, da sua mobilização em conjunto, do engrandecimento orgânico da Nacionalidade.

Aliás, a reunião de todos os Interventores nesta capital, em princípios de 1939, tem por objetivo coordenar os elementos que se fazem necessários ao estudo da vida administrativa e econômica do país. O inquérito prévio à Conferência Nacional de Economia, a cargo do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, abrange todas as atividades, pesquisadas nas suas fontes locais. O exame feito, em linhas gerais, dos 300 primeiros questionários até agora recebidos dos pontos mais diversos do país, já revela, de modo insofismável, problemas que, pela sua natureza, não podem continuar desprezados pelo poder público. A falta de serviços de saúde; a carência de escolas primárias; as dificuldades e os preços elevados dos transportes; as riquezas naturais desaproveitadas e um grande número de produtos que não se exportam e para os quais há colocação segura; a ausência de assistência técnica

às atividades rurais, tanto agrícolas como pastoris; as deficiências de crédito; o não aproveitamento das quedas de água; o devastamento das florestas; esses e numerosos outros assuntos estão se caracterizando, através desse inquérito, de tal maneira, que os resultados hão de surpreender e desarmar aqueles que, exaltando as seduções da vida urbana e condenando os rumos que logicamente havemos de seguir, iludem os fracos e comodistas, incutindo-lhes no espírito doutrinas ou teorias contrárias à nossa índole e formação social.

Política externa

O reforço e a afirmação dos princípios de direito internacional, em nosso hemisfério, constituem motivos de nobre satisfação para o povo e o governo do Brasil.

Sempre que ocorrem desentendimentos ou choques de interesses concretos entre os povos americanos se faz possível, apelando para a boa razão e a justiça, restabelecer a paz. A solução definitiva e completa do conflito do Chaco é um atestado vivo e eloquente desse espírito de compreensão política e alta solidariedade.

O Brasil regozija-se com isso e sente cada vez mais estáveis e seguras as suas relações de amizade com as outras nações do continente. Com os povos vizinhos, em especial, mantemos completa harmonia de vistas e propósitos comuns de trabalho construtivo. O Tratado com a Bolívia, já em vigor, abre a essa nação irmão o mercado de petróleo do Brasil e o prolongamento ferroviário

do nosso sistema de transportes para essa República e a do Paraguai cria maiores possibilidades de intercâmbio.

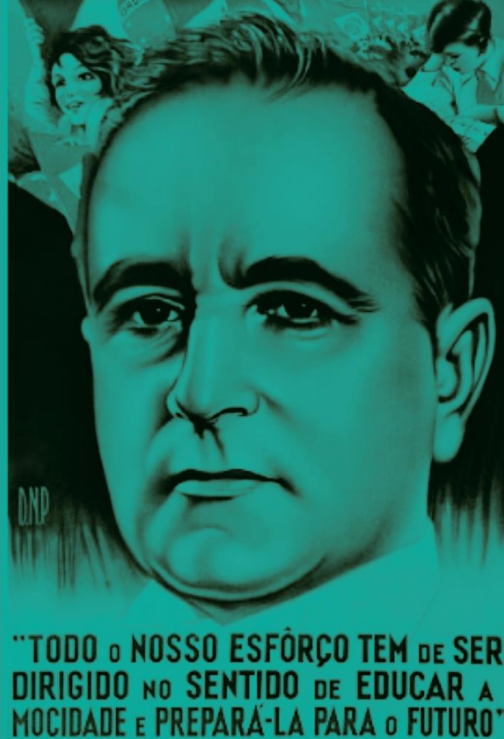
Enviamos, há pouco, à Venezuela uma missão de comércio e amizade, cujos primeiros resultados começam a aparecer. Com as facilidades de transporte que estão sendo estudadas, contamos seja possível aumentar esse intercâmbio mutuamente proveitoso.

Dos nossos vizinhos sul-americanos continuamos a receber inequívocas demonstrações de cordialidade. As visitas recentes do Chanceler do Chile e da Comissão Militar Argentina; a próxima reunião dos Ministros da Fazenda da Argentina, do Uruguai e do Brasil, com o fim de estabelecer um convênio aduaneiro e estudar outras questões de intercâmbio comercial; o recente decreto do governo paraguaio oficializando o ensino do nosso idioma – constituem sólidos marcos de entrelaçamento crescente de relações entre os povos deste hemisfério.

Da Conferência Interamericana, a reunir-se na capital do Peru, esperamos novos estímulos à paz e ao espírito de cooperação das nações americanas, cuja união se faz tão necessária, nesta hora conturbada da vida universal.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos 51

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia


**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

**EDIÇÕES BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



edicoesbibliotecariograndense.com

ISBN: 978-65-89557-23-4